



DOMÍNIO HOLANDÊS

16º Mandatário do Rio Grande do Norte
16º (décimo sexto) governante da Capitania do Rio Grande do Norte
De 12 de dezembro de 1633 a fevereiro de 1654

Precedido por
Pero Mendes de Gouveia

Sucedido por
Antônio Vez Gondim

INVASÃO E DOMÍNIO HOLANDÊS (1633-1654)

Nota introdutória. Há zonas de sombra em nossa história. Algumas das possíveis razões estão indicadas na introdução deste estudo. Vamos, agora, enveredar por considerável período do passado no qual, não raro, há singular nebulosidade na descrição dos acontecimentos. É certo, também, que os fatos e referências aqui expostos estão fundamentados em cronistas que vivenciaram aquela quadra ou dela foram contemporâneos ou, ainda, em registros irrefutáveis e definitivos pertencentes ao acervo da Torre do Tombo, em Lisboa, assim preservados da sanha destruidora do invasor. Tais os caminhos permeados por nossos historiadores que, na busca da informação mais completa, arriscam interpretações as quais, em que pese sua acuidade, muitas vezes se entrecrocaram, especialmente na citação de datas. Há os que deduzem, há os que supõem, a partir de informações periféricas; daí a ocorrência de pontos controversos. Tentam preencher lacunas entre dados procedentes, lacunas essas cujos sucessos efetivos foram absorvidos pela inexorável noite do passado remoto. Mas sempre que ocorrem tais divergências as referimos, assim como as respectivas fontes. Cumpre-nos fazer o registro.

No entanto, a partir de obras de eminentes historiadores, como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Câmara Cascudo e Hélio Galvão, entre outros, cotejando-os em dados e informações, cremos poder consignar nas próximas páginas uma síntese consistente dos fatos daquele período.

Outro ponto a considerar. Quando citamos, mais detidamente, a caminhada de uma coluna holandesa internando-se por trajetos de matas serpeantes entre dunas, hoje plenamente identificáveis no traçado e denominação de algumas de nossas vias e recantos, em detrimento da concisão, o fizemos para facilitar a percepção dos mais jovens que neste estudo queiram se aprofundar, bem como àqueles que, por quaisquer outras razões, os queiram apreender com mais clareza.

Antecedentes históricos

Antes de sondar o território da Capitania do Rio Grande, a Companhia das Índias Ocidentais já havia invadido a capital da Colônia: *Desde 623 (1623) começou a preparar uma expedição contra a Bahia* (ABREU, p. 100). Registra o autor que, naquele ano e no início do ano seguinte os batavos *pouco a pouco* foram reunindo na Ilha de São Vicente, no Arquipélago de Cabo Verde, *vinte e três navios e três iates com quinhentas bocas de fogo, tripulados por mil e seiscentos marinheiros*. A poderosa frota, para os padrões da época, partiu a 26 de março rumo ao Brasil, avistou a costa continental a 4 de maio e a 8 surgiu na Baía de Todos-os-Santos, desencadeando o ataque no dia seguinte: *Ao amanhecer (do dia 10), além de escravos e gente baixa sem nada a perder, encontravam-se apenas o governador e alguns fiéis na cidade deserta* (op. cit., p. 101)

Recife e Olinda caíam em 1630, e estes eram os três principais núcleos do poder português no Brasil. As próximas capitanias cobiçadas pelos flamengos seriam as da Paraíba e do Rio Grande. Não conseguiriam dominar completamente a primeira. Voltemo-nos a esta.

Primeiras incursões

Vários observadores holandeses frequentaram o solo potiguar em pelo menos três oportunidades, antes da invasão: *Em 20 de junho de 1625 ancorava na Baía da Traição a grande esquadra de Edam Boudewinji Hendrikszoon (...). Lançando ferro, o almirante flamengo mandou desembarcar e construir alojamentos para os enfermos* (CASCUDO, p. 60).¹ Uma patrulha penetrou terras do Rio Grande e estabeleceu contato amistoso com índios, diz o historiador citando Johannes de Laet (História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, Rio de Janeiro, 1916).

A esquadra retornou à Holanda em agosto, levando vários potiguares que retornariam *falando holandês e lendo a Bíblia da Religião Reformada. Seriam os chefes animadores da adesão entre a indiaría* (op. cit., p. 61).

Em 1630 ocorreu segunda abordagem. Adriano de Verdonck entrou por Cunhaú e atravessou Mipibu, onde se situava a maior aldeia indígena da área. Anotava tudo: o perímetro povoado não excederia cinco milhas da costa, Mipibu teria 800 flecheiros e Natal resumia-se a quarenta casas de taipa cobertas de palha. Mas seu intuito principal era conhecer a Fortaleza. Sobre ela, desce à sutilezas, conforme segue: (...) *este forte é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo e está armado com 11 canhões de bronze (...) e ainda 12 ou 13 de ferro, porém estes imprestáveis; na entrada há, também, duas peças e daí chega-se ao paiol de pólvora; as muralhas podem ter 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas, tendo o intervalo de barro; ordinariamente entre estes portugueses não reina muita ordem (grifo nosso); a guarnição consta habitualmente de 50 a 60 soldados (...) e com a maré-cheia fica ilhado, de modo que ninguém pode dele sair nem nele entrar* (do original, citado por HÉLIO GALVÃO, op. cit., p. 287). Detalha Verdonck outras circunstâncias, inclusive sobre o Rio Potengi, a água potável disponível nas proximidades do Forte, fruticultura nativa, carne bovina, pau-brasil e o sal de Macau. Tudo isso com notável concisão. A abundância informativa do Relatório Verdonck é corroborada por HÉLIO GALVÃO: (...) *descreve a Fortaleza com todos os pormenores, indicações secretas, inclusive esta minúcia que não está em nenhum outro informante: as paredes dobradas, o vão entre uma e outra preenchido com barro. Não faltava nada. Tudo apontado e anotado* (op. cit., p. 52).

Em outubro de 1631 Marcial, índio fugido de um acampamento português, procurou o Conselho Político do Brasil Holandês objetivando intermediar uma aliança. Apresentou-se como emissário dos chefes cariris Janduí e Oquenaçu e fazia-se acompanhar por vários daqueles índios que tinham ido à Holanda, anos antes, na esquadra do comandante Hendrikszoon. O Conselho, aquiescendo, enviou uma expedição às terras do Rio Grande: (...) *foi mandado o Capitão Albert Smient, com o Capitão Joost Closter como imediato, um iate e uma chalupa* (op. cit., p. 77). Como guias, seguiam, além de Marcial, os indígenas Ararova, Mataune e Tacon, e mais o judeu Samuel Cochín, o qual recebeu instruções especiais do Conselho.

Os barcos passaram ao largo da Fortaleza, evitando seus canhões, e foram ancorar em Ubranduba (ou Uberanduba, segundo Laet), onde os índios desceram.

Certa noite, guiados pelos clarões de uma fogueira, caíram sobre um acampamento. Surpreenderam o português João Pereira que aprisionara o índio André Tacon e oito companheiros, várias mulheres e crianças. Mataram João Pereira, apreenderam uns papéis que ele conduzia e que continham informações sobre o Ceará e soltaram os presos. Closter seguiu para o Ceará e foi atacado de surpresa por portugueses, fugindo em direção às Antilhas, sendo posteriormente expulso da corporação. Smient voltou a Pernambuco levando a papelada com informações preciosas. A viagem fora para simples observação mas, logo em seguida, a Companhia tenta a invasão.

Com efeito, a 21 de dezembro partiu de Recife uma frota composta por quatorze navios, transportando dez companhias (segundo Johannes de Laet). Outras fontes mencionam 29 navios (Cipriano Pita Porto Carreiro) e 19 companhias (Ambrósio Richshoffer). Bem, já falamos de alguns desencontros informativos, eis aí um exemplo. Mas há unanimidade na informação de que esta tentativa também foi abortada: *Um navio que acabava de chegar de Portugal informa que, pela manhã, tinha avistado as naus flamengas nas proximidades de Baía Formosa. O Governador Antônio de Albuquerque, observando os movimentos do inimigo, determinou providências adequadas: veio por terra seu irmão Matias de Albuquerque Maranhão com três companhias e duzentos índios, e por mar o Capitão João Vasques de Dueñas, em um caravelão, com sua Companhia, pólvora e munições. A 26 o Capitão Dueñas está em Ponta Negra e na manhã do dia seguinte entra na barra e entrega na Fortaleza o socorro que trazia. A 28 chega Matias de Albuquerque com sua tropa* (id., pp. 78-79). *Três chalupas aproximaram-se tanto de Natal que divisaram perfeitamente o Forte e seus soldados. Era Capitão-mor Cipriano Pita Porto Carreiro, que mandou abrir fogo de canhão. Retrocederam estas para Ponta Negra e abandonaram (por enquanto) a idéia do assalto ao Rio Grande* (CASCUDO, op. cit., p. 63).

Em 1632 e até novembro do ano posterior não houve qualquer tentativa de ataque, diversamente do que ocorreria no mês seguinte.

Mas, por que tanta insistência?

Cumprir registrar, aqui, as prováveis motivações e a essencialidade, na perspectiva holandesa, do domínio da Fortaleza e, por decorrência, desta Capitania. O sal e o rebanho bovino, abundantes, eram sem dúvida ponderáveis fatores a atizar a cobiça dos europeus mas não exatamente determinantes. Na verdade, a conquista do norte, do Ceará ao Amazonas, estava condicionada ao domínio da esquina do Atlântico, da Fortaleza dos Reis Magos ao Cabo de São Roque, e esta provavelmente terá sido a razão fundamental das inúmeras tentativas.

A invasão

Face à experiência das ações anteriores e tomando como referência o circunstanciado Relatório de Adriano Verdonck, deliberou o Conselho enviar mais uma expedição às terras potiguares com vistas à sua ocupação definitiva. Assim, a 5 de dezembro partiu de Recife a esquadra que, finalmente, lograria êxito.

A frota, sob o comando do Almirante Jan Cornellissen Lichthard, compunha-se de duas chalupas e treze iates, e a ela integrou-se um dos diretores da Companhia, Matias van Keulen. O Tenente-Coronel Baltazar Bijma comandava as tropas compreendidas por oito companhias, uma das quais lhe era diretamente subordinada e outra, ao Conselheiro Keulen; as demais foram confiadas aos Majores De Vries e Cloppenburgh e aos Capitães Joris Garstman, Tailler, Frederico Maulpas e Hendrick Frederick Mansvelt.

A estratégia consistia, basicamente, em cercar a Fortaleza, pelo que o comboio cindiu-se em duas vertentes, nas suas proximidades; enquanto Bijma desembarcava com seis companhias na Ponta do Pinto, em Areia Preta², o Almirante prosseguia e em seguida penetrava, com o restante das tropas, no Rio Potengi: *O grosso das tropas, vindo por terra, já encontrou a situação facilitada. Registra o Diário da Expedição que em Natal ficou parte dos soldados enquanto o resto caminhou em direção à Fortaleza, distando uma hora de marcha* (GALVÃO, op. cit., p. 81).

Mas houve mudança de rumo. Cerca de 900 metros além do ponto de desembarque, margeando a costa a caminho do Forte, foram informados de que *a dita praia por onde caminhavam (Areia Preta), além de muito estreita, na preamar ficava alagada, de modo que se dirigiram para o interior por um passo* (MEDEIROS Filho, p. 33). Este explica que referido passo corresponde, hoje, ao trecho final da Rua Pinto Martins, uma ladeira: *Através de tal passo os neerlandeses alcançaram o planalto, possivelmente onde hoje se situa a Avenida Getúlio Vargas* (op. cit., p. 38).

O sol causticante, o areal e a sede fustigavam (e minavam) a resistência física e psicológica da, àquela altura, trôpega coluna, e não podia ser diferente; oriundos de uma região de clima frio na maior parte do ano, estavam no limite, se ressentindo do intenso calor tropical: *O dia era extremamente cálido, o caminho muito penoso devido a areia solta, na maior parte conduzindo através de um vale fechado por altas dunas que impediam fosse ventilado pela aragem marítima, de sorte que no percurso das duas primeiras horas de marcha em parte alguma encontramos água potável* (CARVALHO, pp. 173-174). Deduz MEDEIROS Filho que caminhavam por uma picada talvez correspondente, hoje, ao eixo formado pelas avenidas Nilo Peçanha-Prudente de Moraes, em direção à atual Lagoa de Manoel Felipe. Ali se acomodaram, por algumas horas, e se refizeram.

À época a lagoa formava um riacho chamado Tiuru, presentemente Riacho do Baldo. Quando retomaram os holandeses o fizeram acompanhando o seu curso: *Chegamos até próximo à pequena povoação, onde havia uma casa sobre uma eminência (Cidade Alta) da qual nos fizeram alguns disparos; para sua desgraça. Se não nos houvessem agredido, passaríamos sem atacá-la; à vista da ofensiva foi mandada atacar por um sargento, a frente de vinte ou trinta soldados, que a tomaram e fizeram boa presa* (op. cit., p. 174). Analisando o mapa de Marcgrave (1643), interpreta MEDEIROS Filho que referida casa localizava-se na atual Rua Santo Antônio.

Pouco depois, seriam três horas da tarde, chegaram ao núcleo da povoação, provavelmente nas adjacências das vias hoje denominadas Câmara Cascudo (ex-Junqueira Ayres), Dr. Barata e Eng^o Hildebrando de Góis, em algum ponto deste trecho atravessando uma ponte sobre um riacho, a qual Bijma mandou ocupar. Mais uma vez o meticuloso pesquisador é quem decifra: *Dois gravuras de procedência holandesa, intituladas VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRASIL ANNO 1633 e AFBEELDINGHE VAN T'FORT OP RIO GRANDE ENDE BELEGERINGRE, nos mostram uma certa ponte sobre um riacho provindo da atual Lagoa do Jacó. Tal riacho corta os trechos finais das avenidas Januário Cicco e Eng^o Hildebrando de Góis, no bairro das Rocas* (MEDEIROS Filho, op. cit., p. 34).

Sem maiores incidentes, ao pôr-do-sol reuniu-se a tropa que entrara pelo Potengi, já acampada nas dunas próximas ao Forte, onde atualmente se localiza o Círculo Militar de Natal, a poucos metros do início da Ponte Newton Navarro (Forte-Redinha).

Naquele mesmo dia (8 de dezembro), e enquanto se desenrolavam esses acontecimentos, ocorria o desembarque no Rio. Ao perceber a manobra dos navios holandeses com vistas à transposição da barra, a artilharia da Fortaleza abriu fogo, ao qual os flamengos responderam de forma fulminante e precisa. Duas caravelas portuguesas, fundeadas ao lado do Forte, cujos tripulantes bateram em retirada, foram aprisionadas e incorporadas à frota invasora.

O plano era desembarcar em certo local à margem esquerda do Rio, visando cortar o abastecimento d'água do Forte. O manancial de água potável correspondia ao rio da Redinha, diz MEDEIROS Filho, mas concluíram ser dispensável tal providência, posto que os próprios botes dos navios impediriam a aproximação inimiga. Desembarcaram, então, na margem direita e foram acampar nas dunas já mencionadas, onde aguardaram a chegada dos que vinham por terra.

À noite, o cerco se consolidou. Seguiram-se três dias de sangrentos combates. *Uma bateria, erguida a cavaleiro do Forte, sobre uma duna que não existe mais, fazia voar os canhões portugueses nos reparos, espatifando os baluartes e desmontando as peças, espalhando em pedaços sangrentos os corpos dos artilheiros* (CASCUDO, op. cit., p. 64).

Ao amanhecer do dia 12, uma segunda-feira, foi hasteada a bandeira branca. Era a rendição. Reféns foram permutados, os soldados liberados com suas bagagens e embarcações. Por outro lado, a artilharia, o paiol de munições, víveres e bandeiras, além do Forte, ficaram na posse da Companhia. Segundo Johannes de Laet, o espólio constava de nove canhões de bronze, vinte e dois de ferro, quarenta e seis barris de pólvora (cada uma com 60 libras) e cento e doze balas, afora paióis com farinha e víveres. Uma outra fonte, no entanto, menciona apenas farinha, algumas pipas com água e uma pipa e meia de vinho.

Mas, em síntese, foi uma luta desigual: 85 portugueses se bateram contra 808 holandeses. E não se teriam entregado, na perspectiva do Capitão-mor: *Gravemente ferido, Pedro Mendes de Gouveia protestou contra a rendição, acusando terem-lhe furtado as chaves da porta quando dormia. Os chefes holandeses prestaram-lhe homenagem militar, autorizando (inclusive) o médico da nau-almirante pensar-lhe os*

ferimentos. *Pedro Mendes de Gouveia recobrou a saúde e a liberdade e faleceu entre 1646 e 1647, em Goiana ou Itamaracá, onde residia* (CASCUDO, op. cit., pp. 64-65).

Hasteada a bandeira holandesa, a Fortaleza dos Reis Magos passou a chamar-se Kastel Keulen (em homenagem ao Conselheiro) ao longo de duas décadas.

Nota complementar

Duas vertentes interpretativas podem ser consideradas, na análise dos vinte anos em que aqui se estabeleceu a Companhia das Índias Ocidentais. **Sua força criativa e ideal desenvolvimentista e sua sanha destrutiva**, especialmente demonstrada ao se caracterizar a impossibilidade de fixar-se na primeira diretriz.

Com efeito, a ação holandesa, no curso daquele período, revela esta singular contradição. De um lado, a vida da cidade começou a evoluir. Reformaram e reforçaram a Fortaleza (profundamente avariada pelos combates), tinham uma proposta avançada de colonização e de organização da cidade, regulando o seu desenvolvimento de forma planejada e, enfim, tentaram fazer de Natal uma Nova Amsterdã, em contraponto à tacanha administração portuguesa dos primeiros tempos e retomada sem solução de continuidade a partir de 1654.

Cientistas e artistas da comitiva do Conde (depois Príncipe) Maurício de Nassau vieram de Pernambuco e escreveram importante página de cultura em todo o Nordeste.

A propósito, é surpreendente o fato de que, em todo o período colonial, desde o descobrimento até a vinda de D. João VI (compreendendo mais de três séculos, portanto), à exceção desse intervalo (1637-1644)³, quaisquer pesquisas no Brasil foram *manifestações esporádicas e isoladas de estrangeiros que, aproveitando a oportunidade de sua permanência na Colônia, tomaram os habitantes e as riquezas naturais do país para objeto de seus estudos, e de algumas figuras excepcionais de brasileiros que viveram fora do país e se dedicaram na Metrópole e, mais tarde, na Colônia, a atividades científicas* (AZEVEDO, pp. 368-369).

Dessa missão, que duraria sete anos, faziam parte, entre outros, o médico holandês Guilherme Piso e o naturalista alemão Marcgrave, cujas pesquisas da flora e da fauna nativas os levaram a produzir a *História Naturalis Brasiliae* (1ª edição, 1648), e artistas como Albert Eckhout, Zacarias Wagner e Franz Post. Comentando o registro informativo sobre as nascentes da formação histórica brasileira, através das manifestações artísticas, assim se manifesta eminente sociólogo pernambucano: *Quanto à iconografia da escravidão e da vida patriarcal, está magistralmente feita por artistas da ordem de Franz Post, Zacarias Wagner, Debret, Rugendas (...)* (FREYRE-a, p. 26). Franz Post especialmente, segundo os “experts”, se revelou vigoroso divulgador da ambiência colonial, (...) *pintando casas de engenho, palhoças de índios, mocambos de pretos, cajueiros à beira dos rios, negros com trouxa de roupa suja à cabeça* (FREYRE-b, p. 272).

Noutra vertente, a presença flamenga ilustrada por uma crônica de barbárie, um espantoso elenco de chacinas e massacres, grande parte das quais maquinadas e orquestradas pelo aventureiro Jacob Rabi mas com a complacência dos seus até que, eles próprios após tantas atrocidades, decidiram eliminá-lo. Cunhaú, Uruaçú e outros sítios, evocam tristes eventos por ele promovidos, fartamente relatados por diversos historiadores, pelo que nos escusamos de aqui enumerá-los.

Enfim, se foram. A 25 de janeiro de 1654 era assinada a capitulação dos holandeses, em Pernambuco. A 12 de fevereiro sai daquela Capitania uma frota para ocupar os fortes da Paraíba e do Rio Grande, (...) *os quais foram encontrados abandonados por terem os holandeses, prevenidos a tempo, podido fugir em alguns barcos de que (ainda) dispunham* (TAVARES DE LIRA, p. 93). Melancólico final em novo cenário de terra devastada: *A população quase desapareceu. Plantios, gado, destruídos. Os flamengos tinham incendiado as casas principais, queimando os livros de registro* (CASCUDO, op. cit., p. 93).

Essa particularidade — o espírito extremista holandês — também é evocada por CAPISTRANO DE ABREU, em referência aos últimos anos do governo de Maurício de Nassau na Capitania de Pernambuco: *Da obra do administrador nada sobrevive; seus palácios e jardins consumiram-se na voragem de fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa (...); os livros de Barlaeus, Piso, Markgraf, devidos a seu mecenato, atingiram uma altura a que nenhuma obra portuguesa ou brasileira se pode comparar, nos tempos coloniais; parecem mesmo terem sido pouco lidos no Brasil apesar de escritos em latim, a língua universal da época, tão insignificantes vestígios encontramos deles* (ib., id., p. 114).

Na esteira do caos fumacento da debandada flamenga, dá-se o reinício da colonização portuguesa com o Capitão-mor Antônio Fernandes Furna.

¹ Parte da tripulação sofria de escorbuto, doença causada pela carência de vitamina C e que se caracteriza por enfraquecimento geral e hemorragias diversas, inclusive das gengivas. Também é chamado mal-de-luanda.

² A Ponta Negra considerada à época, segundo mapas holandeses do período, incluía a tradicional Ponta do Pinto, informa MEDEIROS Filho, aditando que *o local onde o desembarque flamengo ocorreu foi na angra existente ao norte da referida Ponta, no trecho sul da Praia de Areia Preta. Nesta encontram-se as barreiras íngremes descritas pelos cronistas, por detrás das quais encontra-se o chamado Morro de Mãe Luíza* (op. cit., p. 33).

³ Maurício de Nassau e seu séquito de artistas e cientistas permaneceram no Brasil sete anos, entre 1637 e 1644.

Fonte:

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500—1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**, 5ª edição (revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira — introdução ao estudo da cultura no Brasil**, 4ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil** (Prefácio de Antônio Cândido), 4ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Jose Augusto/Ed. Achiamé, 1983.
- CARVALHO, Alfredo de. **Aventuras e aventureiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1929.
- FREYRE, Gilberto de Melo. **Casa-grande & senzala**, 12ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- _____. **Sobrados e mocambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- GALVÃO, Hélio. **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande**, 2ª edição. Natal: Fundação Hélio Galvão/Scriptorim Candinha Bezerra, 1999.
- MEDEIROS Filho, Olavo de. **Aspectos da história da Cidade do Natal** (organizado por João Gothardo Dantas Emerenciano). Natal: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo - Depto. de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.
- TAVARES DE LIRA, Augusto. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição. Brasília: Fundação José Augusto/Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

Governo holandês no Rio Grande

Explicação necessária

A crônica dos primeiros tempos, é claro, encontra-se originalmente nos autores que os vivenciaram ou, quando menos, deles foram contemporâneos. Na época aqui abordada, entre 12 de dezembro de 1633 e início de fevereiro de 1654, elencam-se, entre outras eminentes figuras, Frei Vicente de Salvador (1564-1636), Johannes de Laet (1582-1649), Casparis Barleu (1584-1648), Frei Manuel Calado (1584-1654), Duarte de Albuquerque Coelho - Marquês de Basto (1591-1658), Frei Rafael de Jesus (1614-1693) e Joan Nieuhof (1618-1672), registrando o que viram (e sentiram) no calor dos combates. É de supor, data vênica, que este pormenor (o fator emocional) possa ter interferido em suas eventuais interpretações, quando não se tenham restringido a narrar os fatos⁽¹⁾

Na distância histórica tais narrativas foram retrabalhadas por diversos outros historiadores, então sendo subordinadas ao crivo da lógica fria e, assim, em algumas particularidades sendo identificadas contradições. Pertencem a esse período importantes nomes como Aires do Casal (1754-1822), Alphonse Beauchamp (1767-1832), Robert Southey (1774-1843), Monteiro Baena (1782-1850), Adolfo de Varnhagen - Visconde de Porto Seguro (1816-1878), P.M. Netscher (1824-1903), Vicente de Lemos (1850-1918), Capistrano de Abreu (1853-1927) e Barão de Studart (1856-1938), aos quais seqüenciaram, na mesma pisada investigativa, alguns talvez com mais acurado escrutínio, Nestor dos Santos Lima (1867-1959), Tavares de Lira (1872-1958), Rodolfo Garcia (1873-1949), Padre Serafim Leite (1890-1969), Câmara Cascudo (1898-1986), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Hélio Galvão (1916-1981) e Olavo de Medeiros Filho (1934-2005)⁽²⁾.

Toda essa arenga para dizer que “estamos vendendo o peixe conforme a fatura”, ou seja, somos simples repassadores de acontecimentos que, vistos e escritos por testemunhas *in loco* e submetidos a inúmeras apreciações de incontáveis mestres da literatura histórica, devem chegar ao conhecimento das atuais gerações sem novos expurgos e/ou influências.

Fatos do período – resumo

Três dias após a conquista, a 15 de dezembro de 1633, o Tenente-Coronel Baltasar Bijma, comandante do corpo expedicionário, nomeou o capitão Jorge Garstman – Joris Garstman van Werwe, este o nome completo em seu idioma –, comandante do Forte, o qual a princípio relutou; findaria por aceitar, a instâncias do próprio Mathijs van Keulen, Conselheiro da Companhia, o qual foi agraciado com o novo nome da Fortaleza, que passou a chamar-se Kasteel Keulen.

A guarnição inicial ficou assim composta: 1º Condestável (oficial de artilharia), Adam Jacobszoon van Dockum, do iate Pernambuco; 2º Condestável, Degnum Pieterzoon, do iate Der Veer; Sargento, Villem Cock; carpinteiros, Jam Werpszn van Dockum, do iate Pernambuco, Jan Janszn, do iate Der Veer, Pieter Adolfzen, do iate De Whinthondt, e Claes Janssen, natural de Bergen, na Noruega, do navio Overyssel, afora 150 soldados, munidos com mosquetes e escopetas.

Garstman, inteligente e acessível, teve bom desempenho: *No governo da nova província holandesa foi uma voz de equilíbrio e bom senso, contribuindo positivamente para firmar o domínio da Companhia*, diz HÉLIO GALVÃO (1979, p. 92). NIEUHOF reputava-o *homem de indiscutível valor militar* (op. cit., mesma página). É quem articula aliança com os jandúis.

É praticamente impossível estabelecer-se a cronologia sucessória, mas, segundo o mencionado historiador, (...) *o Relatório DUSSEN informa que o Capitão Bijler se encontrava no governo em 1639 e que Blauenbeeck já estava no posto em abril de 1646, ao ser assassinado Jacob Rabbi*. NIEUHOF coloca o Major Bayert em 1646. O Diário BECK a gestão do Capitão Denniger em 1649 (1980, p. 88).

Nesta perspectiva e em síntese, sem especificar datas, o governo holandês no Rio Grande foi exercido pelos seguintes oficiais: Capitão Joris Garstman, Capitão Bijler, Capitão Iohannes Blauenbeeck, Major Bayert e Capitão Jan Denniger.

(1) Aqueles homens faziam anotações e comentários, redigiam diários meticulosos e crônicas mas, não raro, emitindo juízos de valor. A precisão informativa é mais própria ao pesquisador, especialmente com regular intervalo de tempo.

Retomada da Fortaleza

Afora, claro, a ininterrupta animosidade dos portugueses face à ocupação holandesa, aqui e ali ocorrem escaramuças. Por volta de 17 de novembro de 1639⁽¹⁾ por exemplo – e há eventos similares, anteriormente –, a esquadra comandada pelo Conde da Torre, Fernando de Magalhães, abriu fogo contra a armada de Jacob Huyghens, em algum ponto entre a Barra de Cunhaú e a Praia de Pipa. Registra CÂMARA CASCUDO, a propósito: *Batiam-se desde o dia 12, subindo para o norte, com visível vantagem para o holandês. Nesse 17, a noite separou os combatentes que não mais se avistaram* (1984, p. 68).

Deduz-se, não só pelo teor dessa narrativa mas, inclusive, pela circunstância a seguir exposta, que os portugueses sofreram pesadas perdas materiais, tanto que parte significativa dos seus marujos teve que seguir a pé por vasto e temível território. Com efeito, nessa frota estava o capitão-de-campo Luís Barbalho Bezerra, o qual encetaria épica jornada através de centenas de quilômetros, segundo menciona ABREU:

Cerca de mil dos nossos soldados lograram tomar terra na Praia de Touros, de onde Luís Barbalho, por entre inimigos e pelo sertão, levou-os heroicamente à Bahia. Já o precedera, por via marítima, com os destroços que pode salvar (grifo nosso), o Conde da Torre. O resto da esquadra dispersara-se (1963, p. 113).

A caminho Luís Barbalho bateu o Coronel Jorge Garstman que, partindo da Fortaleza (então Kastel Keulen) com uma coluna de 60 milicianos e algo em torno de 220 cariris, pretendia interceptá-lo. Preso e levado à Bahia, o batavo seria solto anos mais tarde por alegar, e provar, ser casado com uma portuguesa.

Dá-se certa calma nos acontecimentos até que, em 1645, recrudescem as hostilidades, especialmente em Recife. Diz CÂMARA CASCUDO: *A 3 de agosto os holandeses são batidos no Monte das Tabocas, quatorze dias depois perdem na Casa-Forte. Porto Calvo e Forte Maurício, no (rio) São Francisco, caem. A 3 de setembro a Paraíba reage* (op. cit., p. 68). O ritmo desta construção parece reproduzir a dinâmica dos fatos em rápida seqüência, e foi assim que se deram. Todos eles, até então, eram redutos praticamente inexpugnáveis⁽²⁾.

Em 1648, na primeira Batalha de Guararapes, as lutas se tornam cumulativamente mais renhidas e, pois, mais sangrentas. Naquele 19 de abril não mais que 2.250 homens dispersaram cerca de 5.000 soldados do Coronel Sigemundt von Schkoppe, senhor de Krebsbergen. Nos primeiros dias do mês anterior, na Capitania do Rio Grande, o Mestre-de-campo Henrique Dias atacara os holandeses na Lagoa de Guarairas, em Arez: *Expulsou-os da ilha, ainda chamada do Flamengo, e assolou a campina, levando mais de 2.000 cabeças de gado* (CÂMARA CASCUDO, op. cit., p. 70).

Quando chega a ação decisiva já fermentava, cozinhando em fogo brando, um sentimento de brasilidade impregnado de energia oriunda das três raças-mãe que se mesclavam, pouco a pouco, em terras do Nordeste. Portugueses, índios e africanos, miscigenados, insurgiam-se, indignados, na condição de legítimos donos da terra que, orgulhosos e arrogantes, uns quantos batavos oportunistas se arvoravam conquistadores.

Na segunda Batalha de Guararapes (19.02.1649) 3.500 holandeses, sob o comando do Coronel Van der Brincke, que morreu lutando, na sua maioria são dizimados, e alguns deles, presos por 2.600 guerreiros liderados pelo General Francisco Barreto de Menezes, designado por Dom João IV como comandante geral das tropas.

Os tormentosos eventos a que aludimos no ato da invasão aqui se repetem, agora com fúria redobrada. Enquanto, hoje, se digitam teclas à distância asséptica e reduz-se a escombros e cinzas embaixadas, represas, campos petrolíferos e torres monumentais, então era o caos do corpo-a-corpo com arma branca, uma vez esgotadas nos paióis as munições para canhões e arcabuzes. Imagine-se o rasgar de carnes e entranhas na ponta do sabre e homens bestializados se engolfando e caindo em atroz agonia⁽³⁾. Aliás, lembra ABREU que *uma das vantagens da vitória era a de proporcionar armas de fogo e munições subtraídas dos inimigos mortos* (op. cit., p. 117). Estranha, mas lógica dedução, sobretudo por tratar-se de indivíduos afeitos a tal expediente.

Conforme RAFAEL DE JESUS, citado por ABREU (op. cit., p. 118), quando Francisco Barreto de Menezes assumiu o comando supremo das forças pernambucanas, este era o estado em que encontrou a situação:

Sem armas e soldados venceu (Vieira) o inimigo que o buscava com soldados e armas na Batalha das Tabocas. Depois, unido com o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros, ganharam a vitória ao flamengo (sic) no engenho de D. Ana Pais, e nove fortalezas, com outros redutos e casas fortes; perto de oitenta peças de artilharia de diversos calibres, a maior parte de bronze; armas, munições e petrechos de guerra em tanta quantidade quanta bastou para sustentar a guerra viva em cinco anos contínuos.

Depois da segunda Batalha de Guararapes não houve mais combates notáveis, quer por terra ou por mar: *A vitória dos insurgentes foi um desastre irreparável para os invasores que, desde então, marcham para*

a completa ruína, diz TAVARES DE LIRA (1982, p. 92). Segundo aquele autor, o Coronel Schkoppe sabia, por experiência própria, que Vidal de Negreiros não exagerava ao caracterizar a diferença fundamental de comportamento, naquelas lutas, entre os seus liderados e os homens da Companhia das Índias Ocidentais: enquanto os primeiros lutavam pela honra – vez que se sentiam ultrajados, usurpados em seus direitos –, na defesa de suas vidas, de suas famílias e do chão comum, estes o faziam por rapinagem e mercenarismo. A propósito, assinala BUARQUE DE HOLANDA: *O exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, irlandeses, ingleses e neerlandeses* (1963, p. 44), no que ABREU se mostra mais específico, ao relatar que (...) *os holandeses têm apenas soldados arrebanhados de diversas nações, comprados antes que escolhidos, de cuja fidelidade não pode estar seguros, impróprios aos costumes e ao ar estranho do país, ignorantes de desvios e emboscadas* (op. cit., p. 119).

Importa considerar, outrossim, em apoio a esses argumentos, a facilidade com que os portugueses se adaptaram ao estilo de vida, aos costumes da região tropical, ao contrário dos europeus do norte, por natureza incompatíveis com a zona tórrida, conforme comenta BUARQUE DE HOLANDA:

Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, os portugueses entraram em contato íntimo e freqüente com a população de cor. Mais do que qualquer outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizavam-se ou africanizavam-se, segundo fosse preciso (op. cit., p. 47).

Destes aspectos sobressai-se a linguagem como fator primordial, haja vista ser a condição *sine qua non* para o desenvolvimento e, enfim, concretização dos demais. As prédicas e exortações jesuíticas, por exemplo, obtinham mais êxito do que a pregação dos missionários calvinistas. Segundo MARTIUS, citado por BUARQUE DE HOLANDA (op. cit., p. 47), para nossos índios, *os idiomas nórdicos apresentam dificuldades fonéticas praticamente insuperáveis, ao passo que o português, assim como o castelhano, lhes é muito mais acessível*.

De uma forma ou de outra, portanto, quer pela cultura – para eles, impermeável –, quer pelas nuances da emulação nos combates ou, ainda, pela estratégia militar então adotada, os holandeses “marchavam para a completa ruína”.

Seguem-se dias de aflição e angústia ao longo dos quais, literalmente sitiados por terra e por mar, assim sem acesso ao Atlântico ou às áreas limítrofes, já não podiam receber víveres (só comiam o que vinha da Europa)⁽⁴⁾ ou munições. A água escasseia e passam a racionar o seu consumo. Comem cães, gatos e ratos. A esse ponto de desespero e exaustão, assim de impotência, lhes é dado o golpe final.

Em fins de dezembro de 1653 uma esquadra, comandada pelos Almirantes Pedro Jacques de Magalhães, depois Visconde de Forte Arcada, e Francisco de Brito Freire, posteriormente Capitão-mor de Pernambuco (1661-1664), reforçou o cerco do Recife, enquanto o General Francisco Barreto e os mestres-de-campo Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira e Francisco Figueiroa, chefiando um exército superior a 3.000 homens, avançaram por terra. Os combates, a princípio, são encarniçados mas, finalmente, os flamengos sucumbem àquela avalanche:

Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram, unânimes, pela liberdade (ABREU, op. cit., p. 119).

A 24 de janeiro de 1654 reúnem-se, na Campina do Taborda, proximidades da Fortaleza das Cinco Pontas, representantes das duas facções, três delegados de cada lado para debaterem e lavrarem os termos da capitulação, que seria assinada no dia seguinte⁽⁵⁾.

Barreto de Menezes, que entraria triunfante na cidade a 28 daquele mês, em 2 de fevereiro despachou o Capitão Francisco de Figueiroa para ocupar o Rio Grande.

Acercando-se da atual Praia de Areia Preta o experiente oficial alertou seus homens, colocando-os em formação condizente e mandando dois deles como pontas-de-lança. Nada, ninguém foi encontrado. Debaixo da semiperceptível névoa que a envolvia, insólito silêncio completava um ar sepulcral no âmbito da Fortaleza.

Os invasores, avisados da queda da Mauricéia⁽⁶⁾, bateram em retirada, fugiram, deixando em sua esteira verdadeiro rastro de destruição, depredando engenhos, matando reses, incendiando plantações e queimando documentos que não puderam levar. Mas salvaram, nessa insensatez, e levaram – e ainda hoje integram os museus de Copenhague, na Dinamarca, e de Haia, na Holanda, e a Biblioteca Nacional de Berlim, na Alemanha –, extraordinários desenhos e pinturas dos nossos canaviais, bosques, matas, fios d’água, lagoas, rios, praias, índios, danças guerreiras e ... do Forte, da Fortaleza dos Reis Magos, imortalizados nos traços e tintas de Jorge Marcgrave, Albert Eckhout e Franz Post, afora o primoroso estudo sobre nossas flora e fauna *Historia Naturalis Brasiliae*, dos sábios Guilherme Piso e George Marcgrave, já mencionados neste estudo.

Vê-se, o que fizeram com sensibilidade e inteligência permaneceu; tudo o mais foi relegado ao passado, leito natural das tristes lembranças, a exemplo das bestiais intervenções de Jacob Rabbi, um dos seus, no outro extremo, também já referido.

Algum tempo depois, naquele dia, com as salvas da ordenança, tornou a tremular no alto dos nossos baluartes a bandeira portuguesa, dando continuidade ao Brasil-Colônia. Posto que “há tempo pra tudo debaixo do sol”, chegaria o tempo em que este, também, seria relegado ao passado.

(1) ABREU assinala tais ocorrências entre 12 e 17 de janeiro de 1640, e não novembro de 1639 (op. cit., p. 113).

(2) Sitiado por forças portuguesas comandadas pelos Capitães Valentim da Rocha Pita e Nicolau Aranha, o Forte Maurício terá capitulado em 19 de setembro de 1645, segundo SOUSA (1885, p. 89).

(1) (3) A anestesia geral só foi descoberta em meados do séc. XIX. Antes, quaisquer ferimentos, bem como cirurgias – extrações dentárias, remoção de tumores, amputações, etc. –, incidiam diretamente no corpo do enfermo, expondo-o à morte, pela dor ou exaustão física e/ou psíquica.

(4) Afora os nativos, as tropas defensoras compunham-se de portugueses aqui nascidos, já na quarta geração, e de descendentes de cruzamentos entre as três raças. Em seu habitat, nutriam-se com o que a terra produzia. Os holandeses, diversamente, dependiam do que vinha da Europa.

(1) (5) Os artigos, na íntegra, encontram-se em **Holandeses no Brasil**, de Porto Seguro (Francisco Adolfo de Varnhagen), e em **História do Brasil**, de Rocha Pombo (José Francisco da Rocha Pombo).

(2)

(3) (6) Claez, ex-comandante da Fortaleza das Cinco Pontas, disfarçado de pescador, rompeu o cerco no Recife e avisou às guarnições da queda de Schkoppe.

FONTES:

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**, 5ª edição, revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto / Ed. Achiamé, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 4ª edição. Prefácio de Antônio Cândido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

TAVARES DE LIRA, Augusto. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição, com atualização gráfica do Prof. Waldson Pinheiro: Brasília: Fundação José Augusto / Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XLVIII, parte II, 1885.

Wikipedia = http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_Mauricio.

Notas

Décimo Sexto Mandatário

16º (décimo sexto) governante da Capitania do Rio Grande do Norte

Invasão holandesa

12 de dezembro de 1633 a fevereiro de 1654

Procedido por **Pedro Mendes de Gouveia** = Sucedido por **Antônio Vez Gondim**

Em 1618, durante a Guerra dos Trinta Anos, Nassau ingressa no Exército dos Países Baixos (**Holanda**) e participa de várias campanhas. Em 1632 vai para Haia, onde começa a construir o Palácio Mauritius e contrai muitas dívidas... Segundo os historiadores, isso o leva a aceitar em 1636 a proposta da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais para administrar as possessões holandesas no **Brasil**...

Em 1621 - Criou-se na Holanda a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais destinada a agir nos domínios ultramarinos de Portugal e Espanha. O Brasil, cujo litoral já vinha sendo visitado pelos holandeses atraídos pelo pau-brasil e pelo açúcar, tornou-se o alvo imediato da ação da Companhia. A primeira tentativa holandesa foi na Bahia, cuja cidade do Salvador foi atacada em maio de 1624. Em face da pequena oposição levantada pelos moradores, conseguiram desembarcar e logo ocupar a cidade.

Em 1625 - O governo holandês na Bahia, com Dorth, durou apenas 1 ano (1624-1625), pois a resistência do interior, liderada por D. Marcos Teixeira e a esquadra espanhola liderada por D. Fradique de Toledo, acabou expulsando os holandeses da Bahia.

Em 1628 - Os holandeses capturaram uma importante carga de navios espanhóis, o que lhes permitiu investir no equipamento de uma nova esquadra para invadir o Brasil. Dessa forma, em 1630, os holandeses capturaram Olinda, firmando-se assim no Brasil e cuidando logo de expandir seu território, de modo que uma razoável extensão da costa do Nordeste brasileiro ficasse sob seu domínio.

Em 1630 - Os holandeses apossaram-se inicialmente de Pernambuco e aos poucos foram estendendo suas conquistas para o sul até Sergipe e para o norte até Maranhão. Acreditando a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais que a nomeação de um Governador-Geral poderia consolidar suas conquistas no Brasil, contratou para o cargo o conde Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), que chegou a Recife em 1637.

Em 1633 - No dia 5 de dezembro, partiu do Recife a esquadra sob o comando do almirante Jean Cornelis Sem Lichtard. Comandava as tropas o tenente-coronel Baltazar Bijma.

Em 1633 - No dia 11 de dezembro, o Tenente-coronel Bijma intimou o capitão-mor **Pedro Mendes Gouveia** para que se rendesse, através de uma carta. Resposta de Gouveia: "V. Excia. deve saber que este forte foi confinado à minha guarda por S.M. Católica e só a ela ou alguém de sua ordem o posso entregar". Atitude heróica, porém inútil. A artilharia flamega, montada nas dunas próximas da fortaleza falava mais alto...

Em 1637 - Albert Eckhout e Franz Post chegam ao Brasil, com a missão cultural holandesa, criada por Maurício de Nassau, com o objetivo de descrever a natureza exótica que tanto fascinava aos europeus. Eles viajaram pelo nordeste retratando suas paisagens e seu povo...

Em 1641 - O governo português, finalmente livre de 60 anos de domínio espanhol, assinou um tratado de paz de dez anos com os holandeses.

Em 1644 - Desentende-se com a Companhia das Índias e pede demissão e volta à Europa, ocupando cargos diplomáticos e militares importantes.**Em**

Em 1645 - Canguaretama além de ser palco de um show de belezas naturais foi palco também de uma das maiores carnificinas do Rio Grande do Norte. Em 16 de junho de 1645, o Pe. André de Soveral e outros 70 fiéis foram cruelmente mortos por mais de 200 soldados holandeses e índios potiguares. Os fiéis participavam da missa dominical, na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho Cunhaú, que deu nome ao local. O engenho Cunhaú, também fica em Canguaretama, na verdade um pouco longe de Barra do Cunhaú.

Em 1646 - Frans Post ingressou na confraria de pintores de sua cidade natal, da qual seria procurador e finalmente tesoureiro (1658-59).

Em 1652 - Nassau recebe o título de príncipe do Império germânico. Retira-se da vida pública em 1674 e morre cinco anos mais tarde, em Kleve, na Alemanha.

Em 1654, Pernambuco rendeu-se aos portugueses. Com a invasão de Pernambuco pelos holandeses, estes começaram, em pouco tempo, a fazer incursões no território potiguar, até se instalarem, definitivamente, em 1633, no RN. Durante os 21 anos em que os holandeses estiveram no RN teve o Estado os seguintes governadores flamengos: Capitães Joris Gostman, Bijter e Johanes Blaenbeeck; Major Bayerl e o Capitão Jan Denniger. Até fevereiro de 1654, os holandeses governaram o Rio grande do Norte, ano em que foram expulsos definitivamente de todo o Nordeste brasileiro. (Fonte: Diário de Natal - fascículo no. 4 - Natal/RN - 5.3.00)

HISTÓRIA DO BRASIL

Instituto Brasileiro de História e Geografia

INVASÃO HOLANDESA NO BRASIL

Felipe II revoltado com a independência da Holanda, expulsa os batavos da região. Estes participavam do projeto açucareiro do Brasil desde a montagem da colonização, através do financiamento, refinação, transporte e distribuição.

A primeira reação dos holandeses foi através do ato de pirataria saqueando o Rio de Janeiro através da Cia. das Índias Orientais, visando a ocupação do comércio de especiarias com a Índia. Deste momento, um grupo de holandeses (Bôeres), criaram uma colônia na África do Sul.

Mais tarde, criaram a Cia. das Índias Ocidentais com a finalidade de ocupação da produção açucareira no Brasil.

Os holandeses liderados por Willekens, Heyn e Dorth, escolheram a capitania da Bahia (Local da sede administrativa - Salvador - e da 2º maior produção da colônia), derrotando o governador Diogo Mendonça Furtado.

O governo holandês na Bahia, com Dorth, durou apenas 1 ano (1624-1625), pois a resistência do interior, liderada por D. Marcos Teixeira e a esquadra espanhola liderada por D. Fradique de Toledo, acabou expulsando os holandeses da Bahia.

A INVASÃO HOLANDESA EM PERNAMBUCO: Cerca de 7.000 homens invadiram Pernambuco (principal capitania produtora de açúcar e com menor proteção militar), derrotando o efetivo militar da região governada por Mathias de Albuquerque que segue para o interior, usando a "Tática da Terra Devastada" ou "Arrasada" (colocavam veneno nas águas, queimavam as produções e fugiam para o interior), onde funda o "Arraial de Bom Jesus" (Centro irradiador da ação de guerrilha durante cinco anos consecutivos praticamente esmorecendo o efetivo holandês prestes ao abandono da região).

Este panorama se reverte com a prisão de Domingos Fernandes Calabar, onde este acaba informando a localidade do arraial, permitindo o domínio efetivo da região - "Traição de Calabar".

ADMINISTRAÇÃO NASSOVIANA (1637-1644): Maurício de Nassau Siegen foi indicado pela WIC como representante holandês no Brasil.

Político hábil e grande diplomata, Maurício de Nassau inicia uma política de boa vizinhança, anistiando as dívidas brasileiras contraídas com Portugal, estipulando 18% de juros e reativando engenhos desativados.

A nível político-administrativo, dominou praticamente todo o nordeste (com exceção da Bahia), dando o nome de Nova Holanda; criou o Conselho dos Escabinos (espécie de Câmara Municipal), liderados por um esculteto.

A nível religioso determinou a liberdade de culto.

A nível econômico, ocupou com a WIC as feitorias africanas, interrompendo o tráfico de escravos para a parte brasileira dominada pela Espanha. Os espanhóis foram obrigados a articularem a escravidão indígena. Estes eram emboscados nas reduções (Locais de índios guaranis aculturados pelos Jesuítas), pela ação dos bandeirantes.

A nível cultural, trouxe o primeiro observatório astronômico, primeiro jardim botânico e Zoológico, primeira biblioteca; obras de embelezamento de Recife, fundação da cidade de Maurícia etc...

INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA (1644-1654): O atraso no pagamento das dívidas brasileiras contraídas com a Holanda, estava causando prejuízo para a WIC, irritados com a benevolência de Nassau e com o desperdício de recursos em obras na colônia para a autopromoção do governador.

Acuado pela WIC acaba renunciando, sendo substituído por 3 representantes, iniciando uma política de exploração direta da Nova Holanda.

A revolta contra a mudança de posicionamento da WIC acontece primeiro no Maranhão, mas acaba se fortalecendo em Pernambuco, com a liderança de André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, o índio Felipe Camarão (Poti) e o negro Henrique Dias.

A trégua de dez anos realizada por Portugal com a Inglaterra, França e Holanda no processo de restabelecimento de sua autonomia, determinou a luta política dos nordestinos contra os holandeses, principalmente nas guerras dos Guararapes.

A situação veio a se modificar para os brasileiros quando em 1651 o lorde protetor Oliver Cromwell estabeleceu o ato de navegação (tratado internacional que determinava a primazia comercial marítima da Inglaterra ou das metrópoles em relação ao comércio com as suas respectivas colônias). Os holandeses prejudicados pela medida, foram obrigados a abrirem duas frentes de batalhas com os brasileiros e com os ingleses, sendo derrotados em ambas.

CONSEQÜÊNCIAS DA EXPULSÃO DOS HOLANDESES:

1- Os holandeses levaram a técnica do açúcar para as Antilhas, local mais próximo do mercado consumidor, gerando a queda gradativa do açúcar brasileiro;

2- Formação do sentimento nativista no Brasil, em virtude da ausência de auxílio inicial português, na luta contra os holandeses.

8 de dezembro de 1633: O desembarque holandês em Areia Preta

Por Olavo de Medeiros Filho

Os cronistas portugueses e holandeses são unânimes em afirmar que o desembarque de parte das tropas invasoras, da Capitania do Rio Grande, foi efetivado em PONTA NEGRA, aos 8 de dezembro de 1633,

Com a finalidade de cercar o Forte dos Reis Magos, uma parte das tropas neerlandesas penetrou no rio Potengi, sob o comando de Jan Cornelissen Lichthart. Outros combatentes, em número de 600 homens comandados pelo tenente-coronel Balthasar Bymae e representando seis companhias, desembarcaram de suas naus para outras embarcações menores, dirigindo-se à terra firme, ou mais precisamente à Ponta Negra, de onde procurariam se reunir àquelas outras tropas já desembarcadas no Potengi.

O desembarque teve início às 7 horas da manhã, concluindo-se às 11. Os cronistas da época informam que o fato ocorreu, em “uma pequena angra ao norte da Ponta Negra1”; “na enseada atrás do lado norte do Ponto Negro2”.

Os holandeses depararam-se com a angra, fortificada, pois “em volta de toda a angra estava levantada uma trincheira assente no topo dum renque do colinas muito íngremes, de dois piques de altura, que a circundavam3”. Uma outra descrição é mais minuciosa: “a praia é cercada por uma terra elevada de dois piques de altura, íngreme para escalar-se e ascendendo dali para os montes mais altos2”.

Antes de ocorrer o desembarque os holandeses divisaram dois ou três portugueses a cavalo, com alguns negros, os quais fugiram do local, tão logo viram desembarcar os inimigos flamengos. Os invasores flanquearam aquelas trincheiras, debaixo das quais haviam desembarcado, e sem nenhuma resistência marcharam para o seu objetivo 1 e 3 .

Tem-se considerado a atual praia de Ponta Negra, distante umas 3 léguas do Forte dos Reis Magos, como tendo sido o local onde desembarcaram os flamengos . Todavia, analisando-se certos mapas holandeses, contemporâneos dos episódios a que nos referimos, verificamos que a Ponta Negra considerada à época, correspondia à nossa tradicional PONTA DO PINTO 2 e 4. O mapa de João Teixeira também nos fornece tal indicação5.

De tal modo, o local onde o desembarque flamengo ocorreu foi na angra existente ao norte da referida Ponta, no trecho sul da atual praia de Areia Preta. Nesta encontram-se as barreiras íngremes descritas pelos cronistas, por detrás das quais existe o chamado Morro de Mãe Luiza. Aquelas barreiras já receberam a proteção representada por um muro de arrimo, construído de cimento, e medem aproximadamente 6 metros de altura.

A distância de dois tiros de mosquete do ponto de desembarque, os invasores foram informados de que a dita praia por onde caminhavam (Areia Preta), “além de muito estreita, na preamar ficava alagada”, de modo que se dirigiram “para o interior por um passo, que também estava entrincheirado3”.

Quando se caminha cerca de 900 metros, vindo da praia de Areia Preta em direção à fortaleza, chega-se ao início de uma ladeira, que possivelmente seria aquele mesmo passo mencionado pelo cronista, e que hoje corresponde ao trecho final da rua Pinto Martins. Através de tal passo, os neerlandeses alcançaram o planalto, possivelmente onde hoje acha-se a avenida Getúlio Vargas.

“O dia era extremamente cáldo, caminho muito penoso, devido à areia solta, e na maior parte conduzindo através dum vale fechado de altas dunas de areia, que impediam fosse ventilado pela aragem marítima, de sorte que no decurso das duas primeiras horas de marcha em parte alguma encontramos água potável 6”.

Pela descrição, verificamos que os flamengos estavam à procura do precioso liquido. Pelas nossas deduções,

caminhavam eles em direção à atual lagoa de Manuel Filipe, talvez por um caminho correspondente às atuais avenidas Nilo Peçanha e Prudente de Moraes. A referida lagoa dista cerca de 3,8 km daquela praia, onde ocorrera o desembarque das tropas. Como somente atingiram a lagoa após duas horas de marcha, constatamos a lentidão do seu deslocamento.

À época, a lagoa formava um riacho chamado TIURU, correspondente ao atual riacho do Baldo. Caminharam acompanhando o curso do riacho, em direção a cidadezinha do Natal. “Chegaram até próximo à pequena povoação, onde havia uma casa sobre uma eminência, da qual nos fizeram alguns tiros, para desgraça sua, pois se não nos houvessem agredido, teríamos passado avante sem atacá-la. À vista da ofensiva, porém, foi mandada atacar por um sargento à frente de 20 ou 30 soldados, que a tomaram e fizeram boa presa, não tendo os portugueses tido tempo de retirar os seus bens7”.

O mapa de Marcgrave (1643) nos dá idéia de um certo caminho, ligando o riacho Tiuru à povoação, o qual passava também por detrás da matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande. Um trecho do caminho corresponde à nossa atual rua Santo Antônio, de percurso enladeirado. A casa atacada pelos flamengos deveria ficar localizada na dita ladeira.

"Em seguida, pelas três horas da tarde, chegamos à povoação ou aldeia de Natal 7" O tiroteio ocorrido, a que já nos referimos, provocou um atraso na marcha dos invasores, que teriam dispendido cerca de duas horas, para caminharem da lagoa ao local da Cidade do Natal.

Depois as tropas invasoras marcharam em direção ao Forte, provavelmente nas proximidades das atuais Junqueira Aires, Dr. Barata e Hildebrando de Góis, percurso em que levariam uma hora. "Em caminho passamos uma ponte lançada sobre um riacho, a qual o Tenente-Coronel mandou ocupar⁷".

Duas gravuras de procedência holandesa, intituladas VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRASIL ANNO 1633 e AFBEELDINGHE VAN T'FORT OP RIO GRANDE ENDE BELEGERINGHE, nos mostram uma certa ponte, existente sobre um riacho provindo da atual Lagoa do Jacó. Tal riacho corta os trechos finais das avenidas Januário Cicco e Eng^o Hildebrando de Góis, no bairro das Rocas.

Pouco depois as tropas se reuniram àquelas outras, desembarcadas, no mesmo dia, no Potengi e acampadas junto às dunas próximas ao Forte, no mesmo local hoje ocupado pelo Círculo Militar de Natal.

1 CARVALHO, Alfredo de * Os holandeses no Rio Grande do Norte – 1625-1654, p.172.

2 LAET, Joannes de * História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, II, pp.422-423.

3 CARVALHO, Alfredo de * Obra citada , p.173.

4 BARLAEI, Casparis * Rerum per Octennium in Brasilia, etc. (Mapa de Marograve relativo a Capitania do Rio Grande).

5 CAMPOS MORENO, Diogo de * Livro que dá Razão do Estado do Brasil, p.81.

6 CARVALHO, Alfredo de * Obra citada, pp. 173-174.

7 CARVALHO, Alfredo de * Obra citada, p. 174.

Relatório Bijler

O "Relatório sobre o estado das Capitânicas conquistadas no Brasil", de autoria de Adriaen van der Dussen, datado de 4 de Abril de 1640, complementa, atribuindo-lhe a Companhia do Capitão Bijler, com um efetivo de 88 homens: "(...) o Castelo Keulen no Rio Grande; foi construído de pedras, é muito alto e tem do lado de terra dois meio-baluartes com orelhões e casamatas do estilo antigo, mas tanto as cortinas como os baluartes [são] exíguos e pequenos, não tendo flancos nos demais lados; foi construído próximo do mar, além das dunas, em um arrecife, a um tiro de mosquete da barra. À distância de um tiro de fuzil do forte há dunas tão altas ou quase tão altas quanto ele, de modo que delas são dominadas as passagens da muralha do Castelo, o que agora se procurou impedir com a construção de travessões ao longo da muralha, com os quais ficou resguardado o forte e livre do perigo de ser canhoneado. Nesse Castelo contam-se 10 peças de bronze, a saber: 4 de 12 libras, 1 de 10 lb, 3 de 8 lb, 1 de 7 lb e 1 de 3 lb, e mais 16 de ferro, a saber: 1 de 6 lb, 4 de 4 lb, 7 de 3 lb e 4 de 2 lb nas casamatas, 1 de 4 lb e 2 de 3 lb dentro da porta externa, todas espanholas."

BARLÉU (1974) transcreve a informação: "No Rio Grande o forte de Keulen está a cavaleiro do mar, muito bem amparado pela sua posição e construção, e por dez canhões de bronze e dezesseis de ferro." (op. cit., p. 144). Atribui-lhe, porém, um efetivo de apenas 82 homens (op. cit., p. 146).

Fonte: <http://www.smileatyou.com/400/2/6/44/400-2-6-44-3.html>

Cronologia do domínio holandês - Militar e Ações Armadas

02/03/1630 Holandeses tomam o forte São Jorge (PE)

13/07/1631 D. Antônio de Oquendo chega à Bahia com 53 embarcações para combater os holandeses

12/09/1631 Batalha naval dos Abrolhos (2º invasão holandesa)

01/05/1632 Holandeses atacam a Vila de Igarapé

05/12/1633 Sai do Recife uma esquadra holandesa de 4 navios e 7 iates para tomar o Forte dos Reis Magos (RN)

12/12/1633 Holandeses tomam o Forte dos Reis Magos - início do domínio holandês no Rio Grande do Norte

24/12/1634 Holandeses conquistam Filipéia (futura João Pessoa - PB) e dão-lhe o nome de Frederikstad

18/02/1637 Batalha de Porto Calvo (Guerra Holandesa)

05/03/1637 Rendição de Porto Calvo à Maurício de Nassau

08/04/1638 Derrota de Maurício de Nassau no ataque a cidade de Salvador

10/01/1639 D. Fernando de Mascarenhas chega ao Brasil com 26 galeões para combater os holandeses

12/01/1640 Holandeses enfrentam esquadra aliada nas proximidades de Itamaracá

30/09/1642 Antônio Teixeira de Melo e Antônio Muniz Barreiros iniciam rebelião contra holandeses no Maranhão

03/08/1645 Batalha das Tobacas (brasileiros x holandeses)

03/10/1645 Índios (potiguares e tapuias) e holandeses promovem massacre no engenho de Cunhaú (RN)

08/02/1647 Almirante Schkoppe ataca a ilha de Itaparica (BA)

19/04/1648 Tropas luso-brasileiras e holandesas enfrentam-se nos montes Guararapes

16/02/1649 Segundo combate entre luso-brasileiros e holandeses nos montes Guararapes.

20/12/1653 Pedro Jaques de Magalhães chega ao Recife com 13 navios para combater os holandeses

15/01/1654 Início dos combates no Recife para expulsão dos holandeses

26/01/1654 Assinatura da rendição dos holandeses - a cidade do Recife passa para a coroa portuguesa

Os holandeses no Brasil e sua cunhagem obsidional

O presente trabalho tem como objetivo principal lembrar um período específico da história do Brasil no qual, parte da região nordeste do Brasil esteve sob dominação holandesa, se fez necessária a emissão de moeda corrente, que se tornou a primeira emissão de dinheiro em território brasileiro. Ao mesmo tempo, pretendo complementar as grandes obras já editadas por: Dr. Gastão N.T.T. Dessart, Lupércio Gonçalves Ferreira, Kurt Prober e José Antonio Gonsalves de Mello e outros, sem a pretensão de contradizê-los, ou mesmo, criticar estudos de grande profundidade científica, elaborados por fontes fidedignas baseadas em arquivos da época. Na verdade, a presente conferência pretende apresentar duas moedas no valor de XII florins de 1645, cunhadas com o mesmo cunho “aparentemente inédito” e outra, no valor de III florins, também com cunho “inédito” citados nas antigas obras, mas que somente foi possível confirmar após o “achado” do galeão “UTRECHT” em 1981.

UMA SÍNTESE HISTÓRICA

A curta passagem dos holandeses pelo Brasil foi marcada por um grande avanço não só do comércio ultramarino, mas também nas áreas da cultura, ciência e tecnologia. Foi também um período tumultuado nas questões políticas e sociais, no período de 1624 a 1654. Por três oportunidades, os holandeses procuraram firmar sua presença no Brasil. Duas desastrosas tentativas na Bahia, nos anos de 1624 e 1638 e uma transitoriamente bem sucedida em Pernambuco, em 1630. Essas localidades foram os principais marcos definidos pela estratégia militar holandesa que se utilizou de uma empresa, com o privilégio de comercializar na América e África à semelhança do que já ocorria no Oriente. Essa empresa denominada Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (Geoctroyerde Westindische Compagnie) objetivou uma ocupação de parte da maior colônia luso-espanhola das Américas. Com o privilégio de exploração por 24 anos, logo reuniram-se recursos de origem preponderantemente judaica, no valor de sete milhões de florins, tornando-se uma sociedade de grandes negociantes dessa religião.

A idéia dessa iniciativa ocorreu em uma das reuniões do Conselho dos XIX - dessa Companhia dos Países Baixos, visto que, após a incorporação de Portugal à Coroa de Castela em 1580, os holandeses sentiram-se prejudicados e ameaçados - uma vez que cidades como Lisboa, Porto e Viana suspenderam seu comércio de produtos exóticos, madeira, tabaco e açúcar, passaram, então, a atacar os domínios da coroa espanhola, na África e no Novo Mundo, priorizando o contato direto com fontes produtoras na América. Na verdade a Companhia tinha por objetivo principal o da exploração do açúcar. A Companhia das Índias Ocidentais preparou uma esquadra de 36 navios com 1600 marinheiros e 1700 mercenários que, sob o comando do almirante Jacob Willekins dirige-se ao Brasil e, em 9 de Maio de 1624, invade a Bahia. No porto, encontravam-se 15 navios portugueses, dos quais 7 são destruídos e 8 apoderados pelos holandeses. O governador Diogo Mendonça Furtado é levado à Holanda, assumindo o governo local Joan Van Dorth.

Confiantes de que tal operação havia firmado seu domínio no Brasil, a esquadra, agora, liderada pelo contra almirante Pieterzoon Heeyn se retira, dirigindo-se para o Espírito Santo, onde desembarcam 300 homens que atacam a província; porém, é vigorosamente repellido pela população local e pelas tropas de Salvador Corrêa, o então Governador do Rio de Janeiro. Derrotado, o imediato do almirante Jacob Willekins, que atacara a Bahia, passou a exercer atos de pirataria contra vários pontos da costa americana. Atacou uma esquadra de três navios que iam do México para Espanha, apossando-se da prata, no valor de 15 milhões de florins, mais do que o dobro do capital formado pelos judeus holandeses e portugueses que tinham amealhado para formar a Companhia das Índias Ocidentais. Esse montante foi fundamental para preparar a expedição que objetivava a conquista de Pernambuco.

Ainda, na Bahia, organiza-se uma resistência que poria fim ao domínio holandês na região, pelo período de aproximadamente 1 ano. Outras tentativas como a de Pieterzoon Heeyn de 1627 que saqueou o Recôncavo baiano se seguiram, porém sem sucesso. As riquezas naturais da Capitania de Pernambuco (Zuikerland - Terra do açúcar) no início do séc. XVII já eram bastante conhecidas pelas grandes potências da época. Os Países Baixos necessitavam do açúcar que era produzido no Brasil para suas refinarias, cuja produção de 121 engenhos de açúcar, em Pernambuco, despertou a ganância dos diretores da Companhia que, com o apoio da Inglaterra e França, rancorosos inimigos da Espanha mandaram armar uma extraordinária esquadra de 70 navios e 7280 homens, sob comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck.

A 14 de fevereiro de 1630, as tropas comandadas por Pieter Andrianzoon apresentam-se nas costas de Pernambuco. Objetivando atacar a cidade de Olinda - a mais importante cidade da região, naquela época, a esquadra se divide e, sob o comando do general Diederick Van Weerdenburg, desembarca ao norte, em Pau Amarelo, com um contingente de 3000 homens. Olinda é conquistada sem opor resistência. Os pernambucanos se organizam e remetem sucessivos ataques de guerrilhas aos invasores, impedindo-os de prosseguir com sua dominação ao interior. Entrementes, os holandeses conseguem construir um forte na extremidade da ilha de Itamaracá e o guarnecem com 300 soldados sob o comando do capitão polonês Artichovsky. Na noite de 21 de novembro de 1631, os holandeses, supondo que as forças portuguesas que haviam derrotado uma esquadra-reforço enviada pela Companhia fossem muito numerosas, incendiam Olinda e pensam em abandonar Pernambuco.

Em 1632, porém, com auxílio do mameluco Domingos Fernandes Calabar, rompem o cerco formado pelos portugueses e, em sucessivas vitórias, dilatam o domínio holandês em solo brasileiro. Em janeiro de 1637, o governo holandês julga seu domínio firmado e escolhe um local onde fundam Recife como sede de seus domínios no Brasil, por ter, nessa localidade, a segurança que não dispunham em Olinda. A Recife holandesa possuía rios e canais muito similares aos que os holandeses estavam acostumados em sua pátria. Olinda situa-se e região montanhosa, muito semelhante as cidades portuguesas. O Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais enviam, então, um príncipe da família reinante, o conde João Maurício de Nassau-Siegen, para ocupar a função de governador-geral do Brasil Holandês.

O BRASIL NASSOVIANO

O conde Maurício de Nassau aportou em Pernambuco, em 23 de janeiro de 1637 e trouxe em sua comitiva, não um exército, mas uma verdadeira missão artística e científica, o que até hoje desperta a atenção dos estudiosos desse período. Ao chegar ao Brasil, o conde Maurício de Nassau procurou imediatamente estabelecer a segurança da colônia holandesa, reunindo um exército capaz de afastar as tropas luso-brasileiras para o outro lado do Rio São Francisco, na Bahia. Maurício de Nassau estabeleceu na margem esquerda do Rio São Francisco o limite sul da conquista, fundando a Vila do Penedo e o Forte Maurício.

O conde de Nassau estava pronto para se dedicar à tarefa de restabelecimento econômico da colônia, restaurando a indústria açucareira que, com o abandono dos engenhos pelos antigos proprietários luso-brasileiros e dos estragos causados pelas seguidas guerras, encontravam-se em ruínas. Em 1640, Portugal reconquista sua independência, com a expulsão dos Felipes da Espanha e a assunção ao trono do nobre João de Bragança, dessa forma D. João IV, procura desde cedo, retomar as relações de amizade com todas as potências inimigas da monarquia espanhola.

Em 12 de julho de 1641, Portugal celebra com a Holanda um Tratado de Aliança Defensiva e Ofensiva, porém ambas agem de má fé e, por conseqüência, o Tratado não tem efeito nas colônias portuguesas, em poder dos holandeses. Nesse ínterim, aproveitando-se das circunstâncias, o conde Maurício de Nassau amplia os domínios de seu governo e ocupa Sergipe, Ceará e Maranhão, contudo pouco depois, em 28 de fevereiro de 1644, os holandeses são expulsos do Maranhão e concentram suas atenções em Pernambuco. Durante a administração do conde Maurício de Nassau, o progresso vigorou de forma impressionante. As fronteiras foram finalmente estabelecidas do Maranhão à foz do Rio São Francisco. A cidade do Recife passou por inúmeros melhoramentos urbanísticos, como a instalação de duas pontes de grandes dimensões - a primeira ligando Recife à ilha Antônio Vaz e a outra da ilha Antônio Vaz ao continente. Supostamente essas foram as primeiras pontes construídas no Brasil.

Nesse período, Nassau construiu o palácio de Friburgo e a Casa da Boa Vista - um Horto Zoológico. Instalou o primeiro Observatório Astronômico das Américas e diversas outras obras de infra-estrutura, como nunca havia se visto na região. O Brasil holandês foi, nessa época, uma democracia ascendente formada não só de holandeses, mas de franceses, italianos, belgas, alemães, flamengos e uma infinidade de judeus - pseudo neo-cristãos, oriundos da Península Ibérica e do norte da Europa, visto a liberdade de culto à religião que não existia, no continente europeu.

A 22 de maio de 1644, o conde Maurício de Nassau retorna à Europa, após sete anos de governo, por pressão da Companhia das Índias Ocidentais, que desejava imprimir à colônia rumos distintos a seus desejos. Nassau era um mecenas e desejava formar do Brasil holandês, uma nação próspera e forte, governando com justiça e sabedoria. Procurou expandir o comércio, as artes, a indústria e as profissões liberais; incentivou a lavoura e a pecuária. Porém, seu programa de governo, ocasionaria despesas e reduziria os recursos imediatos da Companhia e, por isso, foi desprestigiado.

A finalidade da Companhia era retirar o máximo proveito financeiro da colônia, pouco importando o progresso ou o futuro da mesma, arrancando-lhe tudo o que podia. Após a retirada de Nassau, a G.W.C. passou a extorquir os moradores locais e portugueses. Os colonos, então, procuram salvar suas economias enterrando-as no interior das florestas, o que provocou, cada vez mais, a falta de dinheiro em circulação. Para minimizar essa situação caótica, a Companhia enviou para Pernambuco 27.000 florins em moedas de um soldo, dois soldos e xelins; porém, a situação tornara-se irreversível.

Em 13 de junho de 1645, se inicia a Insurreição Pernambucana e, com ela, avolumou-se cada vez mais a crise monetária, tornando-a prontamente angustiante. O momento era de entressafra do açúcar e não havia dinheiro suficiente nem para pagar as tropas que eram compostas de mercenários de todas as nacionalidades e que estavam à mercê dos ataques das tropas luso-brasileiras. Nesse ínterim, foi declarada a guerra entre Holanda e a Inglaterra. Esse fato favoreceu o Insurreição Pernambucana, visto que a Holanda ficava impossibilitada de socorrer sua colônia no Brasil. Aliás, o Conselho dos XIX da G.W.C. dificilmente enviava recursos à colônia e não seria nesse momento que haveria de fazê-lo.

Para a Metrópole, os navios da Companhia das Índias Ocidentais também transportavam ouro, proveniente da África, mais precisamente da Guiné e, como se tratava de mercadoria valiosa, todas as precauções eram tomadas para se evitar ataques de pirataria ou naufrágios em alto mar. Os navios, que vinham da costa africana, faziam escala em Recife, onde coletavam correspondências, abasteciam e carregavam o navio de açúcar e pau-brasil e, quando conveniente, depositavam, com segurança, caixas de

ouro em pepitas ou em barras, até o momento em que partindo um comboio de navios para a Europa, pudessem ser transportadas com segurança para os cofres da Companhia, na Holanda.

A primeira vez em que se faz referência à idéia de se cunhar moeda no Brasil pelos holandeses, está em relação às necessidades militares e às dificuldades da tesouraria da Companhia das Índias Ocidentais. Lutando com a falta de numerário, o Alto e Secreto Conselho começou a vender e hipotecar as mercadorias que tinham em depósito. Em ata de 21 de julho de 1645, o órgão supremo da administração local da colônia brasileira descreve que já havia disponibilizado a venda de aproximadamente 741 kg de ouro, retirados da última remessa vinda da Guiné e, com a crítica situação em que se encontravam, pela escassez de numerário face à necessidade de dispor de dinheiro para o pagamento da milícia, serviços e víveres, resolve mandar cunhar moedas de ouro de 12, 6 e 3 florins, tendo de um lado a marca da companhia e do outro a data, dando-lhes um aumento de 20% no valor do ouro, a fim de que as mesmas não saíssem do país e pudessem ser recolhidas no futuro.

A decisão de se cunhar moedas só foi tomada pelo Alto e Secreto conselho na sessão de 18 de agosto de 1645. O Conselheiro Supremo da G.C.W. , Pieter Janssen Bas, foi o encarregado da produção das moedas brasileiras, mediante concessão formal e isento de qualquer acusação futura. A cunhagem das moedas obsidionais começou imediatamente, e a 14 de setembro de 1645 foram remetidos exemplares de cada um dos valores ao Conselho dos XIX, na Holanda. Finalmente, a 10 de outubro de 1645, Pieter Janssen Bas ordenou o início da cunhagem dos ducados brasileiros para circulação local.

AS EMISSÕES DE 1645 E 1646

Em meados de julho de 1645, o navio Zeeland, recém chegado da Guiné, transportava 360 marcos ou cerca de 309 quilogramas de pepitas de ouro. A Companhia das Índias Ocidentais, que passava por uma situação de desespero, pois encontrava-se sitiada e constantemente atacada pelos luso-brasileiros, resolveu retirar aproximadamente 90 quilogramas, sem a autorização de seus superiores na Holanda, para comercialização imediata ou transformação do metal em moeda, com aumento de 20% do valor para posterior recompra e suprir, dessa forma suas necessidades básicas como alimentação e pagamento dos soldados dos mercenários contratados para sua proteção.

As moedas foram cunhadas nos valores de 3,6 e 12 florins com as iniciais da Companhia e valor (dentro de um colar de pérolas) no anverso e a palavra ANNO/BRASIL e data (dentro de um colar de pérolas) no reverso. Legalmente, um Marco de ouro (247,047 g.) de título 916 2/3, deveria fornecer na cunhagem, 32 moedas de XII Florins (com peso de 7,72 g. ou 5 engels) e, para as de VI e II Florins, 64 e 128 moedas respectivamente, com peso proporcional. C. Scholten, em trabalho intitulado "The Coins of the Dutch Overseas Territories", indica como peso legal, 7,690, 3,845 e 1,920 g., respectivamente, porque de forma errônea, tomou por base o Marco de Amsterdam, que tinha 246,084 g., quando deveria se basear pelo Marco da Batávia que pesava 247,047 g. ou 160 engels.

Os holandeses comercializavam o ouro da Guiné a 37 Florins por Onça, ou seja, 296 Florins por Marco. Cunhando as moedas, apuravam um valor muito maior, já que as moedas entraram em circulação com um valor superior a 20%. Infelizmente, para a G.W.C., o ano de 1646 não foi diferente. Na realidade, o que se seguiu foi a maior crise que a Companhia sofreu durante toda a ocupação em terras brasileiras. A situação econômica e social agravou-se a tal ponto, que não se avistavam animais de nenhuma espécie para saciar a fome da população. Cavalos, aves, cães, gatos e ratos chegaram ao limiar de sua extinção na região.

A exigüidade de moeda obrigou os holandeses a repetir a operação de retirada de ouro dos navios que vinham da África com destino à Europa. Em agosto de 1646, retiraram 405 marcos de ouro, dos quais 50 foram vendidos a peso e 355 foram entregues ao Conselheiro Pieter Janssen Bas, para a cunhagem de novas moedas obsidionais. Utilizando-se do mesmo regimento, a "Instrução" de 10 de outubro de 1645, Bas convocou os mesmos ourives que realizaram o trabalho de cunhagem das moedas, no ano 1645. Em 27 de agosto de 1646, deu-se o início às atividades de cunhagem; porém, com grande dificuldade, face à péssima qualidade e capacidade dos cadinhos para fundição do ouro e dos equipamentos empregados.

Durante a cunhagem de 1646, pela documentação oficial existente, foram abertos 16 novos cunhos, mas se verifica que pela perolagem das moedas conhecidas, como autênticas, foram utilizados 18 cunhos. Devemos considerar que nesse período foram usados cunhos de 1645, devidamente restaurados. No entanto, há de se considerar que somente os cunhos de anverso, por não apresentarem a data da moeda, puderam ser restaurados e reaproveitados.

BIBLIOGRAFIA

- COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática
DESSART, Gastão N.T.T. Ensaio Histórico e Descritivo das Primeiras Moedas Cunhadas no Brasil - 1960
FERREIRA, Lupércio Gonçalves. As Primeiras Moedas do Brasil - 1987
GONÇALVES, Cleber Batista. Casa da Moeda do Brasil - 2. Ed. rev., ampl. e atualizada - RJ - Casa da moeda do Brasil - 1989
GONÇALVES, Cleber Batista. Casa da Moeda do Brasil - 290 anos de História
HERKENHOFF, Paulo. Brazil and the Dutch - 1630-1654 - 1999
LOON, Gerard Van. Beschryving der Nederladsche Historipenningen - 1726
MARSON, Isabel. Moedas e História no Brasil - 1500-1889 - 1989
MEILI, Julius. O Meio Circulante no Brasil - As Moedas da Colonia do Brazil - 1897
MEILI, Julius. O Meio Circulante no Brasil - As Moedas do Brazil Independente - 1905
MELLO, José Antonio Gonsalves de. Os Ducados Brasileiros de 1645 e 1646 Separata do Vol.48 da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - 1976
PROBER, Kurt. Catálogo das Moedas Brasileiras - 1982

O aviso de Matias de Albuquerque

Por Paulo Heroncio

Ainda bem não clareara o dia, uma pequena embarcação cortava as águas do Potengi, em direção ao forte dos Reis Magos.

O bater cadenciado dos remos chamara a atenção da sentinela que vigiava a fortaleza.

Olhando através da luz que a aurora vinha trazendo às águas do rio, o guarda procurou reconhecer o barco.

Ao avizinhar-se das muralhas, a embarcação rumou para a entrada do forte.

A sentinela deu sinal à guarnição, reconhecendo quem se aproximava. Era o capitão-mor.

Havia poucos dias, Francisco Gomes de Meio assumira o governo da Capitania. Por várias vezes, já estivera no forte. Mas aquela visita matinal tinha algo de extraordinário. A presteza com que saltara, o nervosismo com que galgara o parapeito, as feições de quem passara a noite em vigília, tudo denunciava a preocupação do capitão-mor.

Dentro de alguns instantes, a guarnição estava a par dos acontecimentos.

A esquadra de O. Fradique de Toledo havia reconquistado a Bahia.

O almirante Hendrichszoon chegara tarde demais para auxiliar os batavos. Não era com 28 navios que iria enfrentar a esquadra de Toledo e os fortes de S. Salvador, já guarnecidos de mais bocas de fogo.

Ante a inutilidade de sua viagem, o almirante holandês resolvera voltar. E velejara para o norte. Avistando Olinda, continuara a rota. Mas era preciso refazer o rancho e a aguada. Convinha, antes de tornar à Europa, fundear em algum porto. Parecera-lhe propícia a baía da Traição. Transpusera a barra e arreara os ferros. Desembarcara com alguns oficiais e marinheiros e procurara logo conquistar a amizade dos naturais.

Marciliano, um dos chefes indígenas da região, oferecera hospedagem aos flamengos e fizera-lhes muitos oferecimentos, não sem primeiro receber presentes e bugiangas.

Hendrichszoon levantara na praia algumas fortificações de emergência e instalara um pequeno hospital para os marujos que haviam adoecido em viagem.

O chefe indígena falara, ao almirante, das vantagens de uma entrada no Rio Grande. Organizara-se uma pequena expedição. Marciliano levara os holandeses ao engenho Cunhaú. De lá, os batavos conduziram para bordo muito gado e 200 caixas de açúcar — auxílio providencial para quem ia atravessar o Atlântico.

Ao anoitecer da véspera daquele dia, chegara a Natal um mensageiro de Matias de Albuquerque, com um aviso para o capitão-mor. Os holandeses estavam nas costas da Paraíba e do Rio Grande e Francisco Gomes devia seguir com as forças de Francisco Coelho, capitão-mor da Paraíba, para repelir os invasores.

Essa a razão por que naquela madrugada o capitão-mor se dirigira ao forte dos Reis Magos. Era preciso que a guarnição da fortaleza estivesse de sobreaviso, olhos fixos no horizonte, na suposição de que a esquadra inimiga poderia surgir de momento diante de Natal.

Fonte: "Os Holandeses no Rio Grande", de Paulo Heroncio. Editora Clima / Fundação José Augusto, 1980

Tentativas de Conquista - A Rendição e a Tomada da Fortaleza

Ao que parece, os holandeses temiam encontrar uma forte resistência por parte dos defensores da fortaleza. Precisavam conquistar o Rio Grande, sobretudo porque a captura desta capitania significava a solução para o abastecimento de carne bovina para os batavos. Richshoffer, quando esteve em Genipabu, não escondeu o seu entusiasmo: "consumimos mais carne fresca do que no decurso de todo o ano anterior"...

Em 1632, não se realizou nenhum ataque.

Por que a tomada da fortaleza foi tão fácil?

A Fortaleza da Barra do Rio Grande estava apenas com um efetivo de oitenta homens, sendo seu capitão-mor **Pero Mendes de Gouveia**, que lutou como um bravo, mas cometeu um erro que lhe seria fatal: abandonou as dunas próximas da fortaleza. Essas dunas deveriam ser defendidas. Caso contrário, se os inimigos colocassem ali sua artilharia, transformariam aquele edifício num alvo fácil de ser atingido. Foi exatamente o que aconteceu.

O capitão-mor **Pero Mendes Gouveia** agiu como se acreditasse que as muralhas da fortaleza fossem inexpugnáveis... Erro tático, que o levou para uma derrota inglória...

Os holandeses, ao contrário dos lusitanos, agiram como verdadeiros profissionais da guerra, segundo interpretação de Hélio Galvão: "A operação foi pré-traçada, dentro do quadro militar rígido: uma operação combinada".

No dia 5 de dezembro de 1633, partiu do Recife a esquadra sob o comando do almirante Jean Cornelis Sem Lichtard. Comandava as tropas o tenente-coronel Baltazar Bijma.

Afirma Câmara Cascudo: "Todo o dia 9 é de artilharia. Os holandeses montam as peças de 12 libras e os morteiros lança-granadas erguem trincheiras com cestões e sobem os canhões para os morros, a

cavaleiro do forte. De lá atiram, quase de pontaria, desmontando as peças portuguesas. Assim 10, com trocas de descargas, gritos, toque de cornetas e granadas. Dia 11 foi a mesma tarefa".

O Tenente-coronel Bijma intimou o capitão-mor **Pero Mendes Gouveia** para que se rendesse, através de uma carta. Resposta de Gouveia: "V. Excia. deve saber que este forte foi confinado à minha guarda por S.M. Católica e só a ela ou alguém de sua ordem o posso entregar". Atitude heróica, porém inútil. A artilharia flamega, montada nas dunas próximas da fortaleza falava mais alto...

Segunda-feira, dia 12 hasteada a bandeira branca pelos sitiados. O capitão-mor Gouveia estava gravemente ferido. Por essa razão, não participou das negociações para a entrega da fortaleza ao inimigo. Enfermo, não possuía mais o comando. Fala-se, inclusive, em traição... Na realidade, as negociações da rendição foram realizadas por pessoas estranhas, como registra Hélio Galvão: 'Sargento Pinheiro Coelho, foragido de uma prisão na Bahia; Simão Pita Ortigueira, preso na fortaleza, condenado à morte; Domingos Fernandes Calabar, que viera na expedição".

Caía a Fortaleza da Barra do Rio Grande. Começava, a partir daquela data, o domínio holandês no Rio Grande do Norte.

Fonte: TRIBUNA DO NORTE

Retomada da Fortaleza

Afora, claro, a ininterrupta animosidade dos portugueses face à ocupação holandesa, aqui e ali ocorrem escaramuças. Por volta de 17 de novembro de 1639(1), por exemplo – e há eventos similares, anteriormente –, a esquadra comandada pelo Conde da Torre, Fernando de Magalhães, abriu fogo contra a armada de Jacob Huyghens, em algum ponto entre a Barra de Cunhaú e a Praia de Pipa. Registra CÂMARA CASCUDO, a propósito: *Batiam-se desde o dia 12, subindo para o norte, com visível vantagem para o holandês. Nesse 17, a noite separou os combatentes que não mais se avistaram* (1984, p. 68).

Deduz-se, não só pelo teor dessa narrativa mas, inclusive, pela circunstância a seguir exposta, que os portugueses sofreram pesadas perdas materiais, tanto que parte significativa dos seus marujos teve que seguir a pé por vasto e temível território. Com efeito, nessa frota estava o capitão-de-campo Luís Barbalho Bezerra, o qual encetaria épica jornada através de centenas de quilômetros, segundo menciona ABREU:

Cerca de mil dos nossos soldados lograram tomar terra na Praia de Touros, de onde Luís Barbalho, por entre inimigos e pelo sertão, levou-os heroicamente à Bahia. Já o precedera, por via marítima, com os destroços que pode salvar (grifo nosso), o Conde da Torre. O resto da esquadra dispersara-se (1963, p. 113).

A caminho Luís Barbalho bateu o Coronel Jorge Garstman que, partindo da Fortaleza (então Kastel Keulen) com uma coluna de 60 milicianos e algo em torno de 220 cariris, pretendia interceptá-lo. Preso e levado à Bahia, o batavo seria solto anos mais tarde por alegar, e provar, ser casado com uma portuguesa.

Dá-se certa calma nos acontecimentos até que, em 1645, recrudescem as hostilidades, especialmente em Recife. Diz CÂMARA CASCUDO: *A 3 de agosto os holandeses são batidos no Monte das Tabocas, quatorze dias depois perdem na Casa-Forte. Porto Calvo e Forte Maurício, no (rio) São Francisco, caem. A 3 de setembro a Paraíba reage* (op. cit., p. 68). O ritmo desta construção parece reproduzir a dinâmica dos fatos em rápida seqüência, e foi assim que se deram. Todos eles, até então, eram redutos praticamente inexpugnáveis(2).

Em 1648, na primeira Batalha de Guararapes, as lutas se tornam cumulativamente mais renhidas e, pois, mais sangrentas. Naquele 19 de abril não mais que 2.250 homens dispersaram cerca de 5.000 soldados do Coronel Sigemundt von Schkoppe, senhor de Krebsbergen. Nos primeiros dias do mês anterior, na Capitania do Rio Grande, o Mestre-de-campo Henrique Dias atacara os holandeses na Lagoa de Guarairas, em Arez: *Expulsou-os da ilha, ainda chamada do Flamengo, e assolou a campina, levando mais de 2.000 cabeças de gado* (CÂMARA CASCUDO, op. cit., p. 70).

Quando chega a ação decisiva já fermentava, cozinando em fogo brando, um sentimento de brasilidade impregnado de energia oriunda das três raças-mãe que se mesclavam, pouco a pouco, em terras do Nordeste. Portugueses, índios e africanos, miscigenados, insurgiam-se, indignados, na condição de legítimos donos da terra que, orgulhosos e arrogantes, uns quantos batavos oportunistas se arvoravam conquistadores.

Na segunda Batalha de Guararapes (19.02.1649) 3.500 holandeses, sob o comando do Coronel Van der Brincke, que morreu lutando, na sua maioria são dizimados, e alguns deles, presos por 2.600 guerreiros liderados pelo General Francisco Barreto de Menezes, designado por Dom João IV como comandante geral das tropas.

Os tormentosos eventos a que aludimos no ato da invasão aqui se repetem, agora com fúria redobrada. Enquanto hoje, se digitam teclas à distância asséptica e reduz-se a escombros e cinzas embaixadas, represas, campos petrolíferos e torres monumentais, então era o caos do corpo-a-corpo com arma branca, uma vez esgotadas nos paióis as munições para canhões e arcabuzes. Imagine-se o rasgar de carnes e entranhas na ponta do sabre e homens bestializados se engolfando e caindo em atroz agonia(3). Aliás, lembra ABREU que *uma das vantagens da vitória era a de proporcionar armas de fogo e munições subtraídas dos inimigos mortos* (op. cit., p. 117). Estranha, mas lógica dedução, sobretudo por tratar-se de indivíduos afeitos a tal expediente.

Conforme RAFAEL DE JESUS, citado por ABREU (op. cit., p, 118), quando Francisco Barreto de Menezes assumiu o comando supremo das forças pernambucanas, este era o estado em que encontrou a situação:

Sem armas e soldados venceu (Vieira) o inimigo que o buscava com soldados e armas na Batalha das Tabocas. Depois unido com o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros ganharam a vitória ao flamengo (sic) no engenho de D. Ana Pais, e nove fortalezas, com outros redutos e casas fortes; perto de oitenta peças de artilharia de diversos calibres, a maior parte de bronze; armas, munições e petrechos de guerra em tanta quantidade quanta bastou para sustentar a guerra viva em cinco anos contínuos.

Depois da segunda Batalha de Guararapes não houve mais combates notáveis, quer por terra ou por mar: *A vitória dos insurgentes foi um desastre irreparável para os invasores que, desde então, marcham para a completa ruína*, diz TAVARES DE LIRA (1982, p. 92). Segundo aquele autor, o Coronel Schkoppe sabia, por experiência própria, que Vidal de Negreiros não exagerava ao caracterizar a diferença fundamental de comportamento, naquelas lutas, entre os seus liderados e os homens da Companhia das Índias Ocidentais: enquanto os primeiros lutavam pela honra – vez que se sentiam ultrajados, usurpados em seus direitos –, na defesa de suas vidas, de suas famílias e do chão comum, estes o faziam por rapinagem e mercenarismo. A propósito, assinala HOLANDA: *O exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, irlandeses, ingleses e neerlandeses* (1963, p. 44), no que ABREU se mostra mais específico, ao relatar que (...) *os holandeses têm apenas soldados arrebanhados de diversas nações, comprados antes que escolhidos, de cuja fidelidade não pode estar seguros, impróprios aos costumes e ao ar estranho do país, ignorantes de desvios e emboscadas* (op. cit., p. 119).

Importa considerar, outrossim, em apoio a esses argumentos, a facilidade com que os portugueses se adaptaram ao estilo de vida, aos costumes da região tropical, ao contrário dos europeus do norte, por natureza incompatíveis com a zona tórrida, conforme comenta HOLANDA:

Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, os portugueses entraram em contato íntimo e freqüente com a população de cor. Mais do que qualquer outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizavam-se ou africanizavam-se, segundo fosse preciso (op. cit., p. 47).

Destes aspectos sobressai-se a linguagem como fator primordial, haja vista ser a condição *sine qua non* para o desenvolvimento e, enfim, concretização dos demais. As prédicas e exortações jesuíticas, por exemplo, obtinham mais êxito do que a pregação dos missionários calvinistas. Segundo MARTIUS, citado por HOLANDA (op. cit., p. 47), para nossos índios, *os idiomas nórdicos apresentam dificuldades fonéticas praticamente insuperáveis, ao passo que o português, assim como o castelhano, lhes é muito mais acessível.*

De uma forma ou de outra, portanto, quer pela cultura – para eles, impermeável –, quer pelas nuances da emulação nos combates ou, ainda, pela estratégia militar então adotada, os holandeses “marchavam para a completa ruína”.

Seguem-se dias de aflição e angústia ao longo dos quais, literalmente sitiados por terra e por mar, assim sem acesso ao Atlântico ou às áreas limítrofes, já não podiam receber víveres (só comiam o que vinha da Europa)(4) ou munições. A água escasseia e passam a racionar o seu consumo. Comem cães, gatos e ratos. A esse ponto de desespero e exaustão, assim de impotência, lhes é dado o golpe final.

Em fins de dezembro de 1653 uma esquadra, comandada pelos Almirantes Pedro Jacques de Magalhães, depois Visconde de Forte Arcada, e Francisco de Brito Freire, posteriormente Capitão-mor de Pernambuco (1661-1664), reforçou o cerco do Recife, enquanto o General Francisco Barreto e os mestres-de-campo Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira e Francisco Figueiroa, chefiando um exército superior a 3.000 homens, avançaram por terra. Os combates, a princípio, são encarniçados mas, finalmente, os flamengos sucumbem àquela avalanche:

Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram, unânimes, pela liberdade (ABREU, op. cit., p. 119).

A 24 de janeiro de 1654 reúnem-se, na Campina do Taborda, proximidades da Fortaleza das Cinco Pontas, representantes das duas facções, três delegados de cada lado para debaterem e lavrarem os termos da capitulação, que seria assinada no dia seguinte(5).

Barreto de Menezes, que entraria triunfante na cidade a 28 daquele mês, em 2 de fevereiro despachou o Capitão Francisco de Figueiroa para ocupar o Rio Grande.

Acercando-se da atual Praia de Areia Preta o experiente oficial alertou seus homens, colocando-os em formação condizente e mandando dois deles como pontas-de-lança. Nada, ninguém foi encontrado. Debaixo da semiperceptível névoa que a envolvia, insólito silêncio completava um ar sepulcral no âmbito da Fortaleza. Os invasores, avisados da queda da Mauricéia(6), bateram em retirada, fugiram, deixando em sua esteira verdadeiro rastro de destruição, depredando engenhos, matando reses, incendiando plantações e queimando documentos que não puderam levar. Mas salvaram, nessa insensatez, e levaram – e ainda hoje integram os museus de Copenhague, na Dinamarca, e de Haia, na Holanda, e a Biblioteca Nacional de Berlim, na Alemanha –, extraordinários desenhos e pinturas dos nossos canaviais, bosques, matas, fios d’água, lagoas, rios, praias, índios, danças guerreiras e ... do Forte, da Fortaleza dos Reis Magos, imortalizados nos traços e

tintas de Jorge Marcgrave, Albert Eckhout e Franz Post, afora o primoroso estudo sobre nossas flora e fauna **Historia Naturalis Brasiliae**, dos sábios Guilherme Piso e George Marcgrave, já mencionados neste estudo.

Vê-se, o que fizeram com sensibilidade e inteligência permaneceu; tudo o mais foi relegado ao passado, leito natural das tristes lembranças, a exemplo das bestiais intervenções de Jacob Rabbi, um dos seus, no outro extremo, também já referido.

Algum tempo depois, naquele dia, com as salvas da ordenança, tornou a tremular no alto dos nossos baluartes a bandeira portuguesa, dando continuidade ao Brasil-Colônia. Posto que “há tempo pra tudo debaixo do sol”, chegaria o tempo em que este, também, seria relegado ao passado.

(1) ABREU assinala tais ocorrências entre 12 e 17 de janeiro de 1640, e não novembro de 1639 (op. cit., p. 113).

(2) Sitiado por forças portuguesas comandadas pelos Capitães Valentim da Rocha Pita e Nicolau Aranha, o Forte Maurício terá capitulado em 19 de setembro de 1645, segundo SOUSA (1885, p. 89).

(3) A anestesia geral só foi descoberta em meados do séc. XIX. Antes, quaisquer ferimentos, bem como cirurgias – extrações dentárias, remoção de tumores, amputações, etc. –, incidiam diretamente no corpo do enfermo, expondo-o à morte, pela dor ou exaustão física e/ou psíquica.

(4) Afora os nativos, as tropas defensoras compunham-se de portugueses aqui nascidos, já na quarta geração, e de descendentes de cruzamentos entre as três raças. Em seu habitat, nutriam-se com o que a terra produzia. Os holandeses, diversamente, dependiam do que vinha da Europa.

(5) Os artigos, na íntegra, encontram-se em **Holandeses no Brasil**, de Porto Seguro (Francisco Adolfo de Varnhagen), e em **História do Brasil**, de Rocha Pombo (José Francisco da Rocha Pombo).

(6) Claez, ex-comandante da Fortaleza das Cinco Pontas, disfarçado de pescador, rompeu o cerco no Recife e avisou às guarnições da queda de Schkoppe.

FONTES:

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**, 5ª edição, revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto / Ed. Achiamé, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 4ª edição. Prefácio de Antônio Cândido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

TAVARES DE LIRA, Augusto. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição, com atualização gráfica do Prof. Waldson Pinheiro: Brasília: Fundação José Augusto / Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XLVIII, parte II, 1885.

Wikipedia = http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_Mauricio.

Arquivo provisório:

H: [Trabalhos/Mandatários/Capitães-mores/Retomada da Fortaleza pelos portugueses](#)

Restos mortais de Jerônimo de Albuquerque Maranhão



Capela de N. S. das Candelas, no Engenho Cunhaú, em Cangasretama. Inaugurada em 1612, na qual repousa os restos mortais de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, segundo mandatário da Capitania do Rio Grande, falecido em 1616.

A marcha de Luís Barbalho

Por Paulo Heroncio

Depois de tantos anos de abandono a metrópole se lembrou um dia de socorrer a colônia de além-mar.

Firmava-se cada vez mais, na América portuguesa, o domínio flamengo. Para o Brasil holandês, viera uma figura de alta linhagem, que procurava dar novos rumos ao governo das terras conquistadas. Sua chegada fôra motivo de esperança de melhores dias para quantos sofriam o jugo dos exploradores flamengos.

Espírito de larga visão, o príncipe Maurício teria realizado um belo programa administrativo se não fôsse tolhido pela Companhia das Índias Ocidentais que visava tão somente a lucros argentários, e se contasse com a colaboração de auxiliares dignos desse título.

Ao chegar a Pernambuco, Nassau quis conquistar a Bahia. A tentativa neerlandesa deu motivo a que a metrópole voltasse suas vistas para o Brasil e mandasse uma esquadra em socorro da colônia.

D. Fernando de Mascarenhas, conselheiro de Estado, conde da Torre, foi o capitão-general de terra e mar escolhido para comandar as tropas.

Em outubro de 1638, as naus partiram de Lisboa.

Mas a esquadra luso-espanhola viera com maus fados. Aportando a Cabo Verde, perdera mais de 3.000 homens. Chegando a 5. Salvador, estacionara kio porto por muitos meses. Fazendo-se ao mar, para

oferecer combate à esquadra holandesa, fôra vencida quatro vezes, travando a última batalha na altura de Cunhaú.

Depois de tantas derrotas, o conde da Torre abandonou a esquadra.

O mestre de campo, Luís Barbalho, que vinha na frota, juntando tripulações de alguns navios, fundeara no porto de Touros e efetuara um desembarque de 1.500 homens.

Não se sentindo bastante forte para ficar no Rio Grande com aquela gente, porque o príncipe Maurício lhe negara quartel, o grande capitão resolveu marchar para a Bahia.

O que foi aquela arrojada travessia de mais de quatrocentas léguas, sertão a dentro! sem viveres suficientes, ao sol e à chuva, enfrentando todas as desgraças, tendo que vadear rios, escalar montes, transpor abismos, combater selvagens, há tantos séculos atrás, — quem o pode dizer? Todas aquelas dificuldades passaram, certamente, pelo espírito do valente chefe, mas que importava o sacrifício se havia ideal?

Antes de iniciar a marcha, Barbalho falou assim aos seus soldados:

“O motivo que nos tirou da Bahia, nos deitou agora nesta praia; dela nos tirou a conquista, a ela nos leva a defesa; determinação, uma e outra, tão filha de ânimos portugueses, que livre de achar nos estranhos competência, busca em si mesmo o excesso, tanto maior em conservar o possuído, que em recuperar o estragado, quanto é maior o perigo de conduzir este socorro que o de perder aquela armada; em seu mau sucesso tiveram parte os elementos, e não os inimigos, nesta viagem havemos de pelejar com os inimigos e com os elementos; estes armados dos rigores do tempo, aqueles das cóleras do ódio. Tudo venceremos, se, só estribados na causa alentarmos a confiança, pois é certo que não falta Deus com auxílios a quem lhe dedica obséquios. A favores do céu se nutre o valor dos homens. Irmos a socorrer e a livrar a pátria das leis da infidelidade e das extorsões da tirania, e a influir nas esperanças dos parentes e dos naturais, que em Pernambuco vivem oprimidos pelo jugo holandês, como libertarmos a Bahia do seu império. Pudera-nos acovardar a falta de mantimento, se não se costumarão a suprir com os frutos agrestes dos matos; neles mais certos e menos custosos nos tem ensinado que mais facilmente se vence a falta que a resistência; mas onde se contrasta a maior glória, sou de parecer que nesta marcha busquemos o povoado, no qual poderemos conseguir remédio para a força e argumento para a fama, mais grata a quem vence homens que a quem mata feras. Por esta vereda caminharemos a dois fins: a matar a fome e a refrear a força; pois é certo que os inimigos, que agora deixa nosso braço destruído, nos há de faltar depois contrários. E quando o holandês irritado nos busque poderoso, em nossa mão está a retirada, porque lhe fizemos tanta vantagem no conhecimento do sertão, quando ele nos pode fazer no número dos soldados”.

A coluna marchou com armas e bagagens. À testa, ia a vanguarda de guerrilheiros batedores de mata, rasgando picadas, improvisando estradas, prontos também para oferecer combate a quem quer que se antepusesse àquela avalanche de bravos.

A notícia do feito de Barbalho chegara a Natal.

Gartsman, comandante do forte, saiu ao encontro da coluna, com 60 soldados e 200 índios.

Mas a fortaleza moral dos expedicionários era sobre-humana.

Às margens do Potengi, travou-se renhido combate. Apesar dos esforços dos batavos e da ferocidade dos índios, Luís Barbalho venceu o inimigo. Garstman caiu prisioneiro.

O mestre de campo poderia ter assaltado o forte Ceulen e se assenhorado da Capitania. Mas não lhe seria fácil manter a conquista. E continuou a marcha.

Entrando a coluna em Pernambuco, redobram-se as ocasiões dos combates. Tropas aguerridas iam no encalço de Barbalho. Carlos Tournal chegou a andar dezessete léguas em doze horas, perseguindo a coluna. A avançada, porém, era impetuosa.

Conseguiram os bravos atravessar o S. Francisco e chegar à Bahia a tempo de salvar a cidade que certamente cabia nas mãos de Lichthard, se não fôsse o auxílio daquela gente faminta e maltrapilha, mas de alma cada vez mais forte.

Luís Barbalho escreveu urna das mais belas e emocionantes páginas da guerra holandesa, com a trilha que abriu das praias do Rio Grande aos longínquos sertões da Bahia.

Fonte: “Os Holandeses no Rio Grande”, de Paulo Heroncio. Editora Clima / Fundação José Augusto, 1980

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E O SEU ACERVO DOCUMENTAL DA HISTÓRIA COLONIAL DO RIO GRANDE DO NORTE E BRASIL

Marta Maria de Araújo e Ana Verônica Oliveira Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Quanto à história, ela só pode ser uma ciência da mutação e da explicação da mudança
(LE GOFF, 1992)

A História Colonial, especialmente a História da Capitania do Rio Grande, pode ser pesquisada pelo menos em duas ordens de documentos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN): os documentos publicados na Revista do IHGRN e os do acervo de manuscritos. A inserção exploratória nessa documentação preciosa propicia tanto um conhecimento multiforme da história do Rio

Grande Norte dos tempos coloniais quanto possibilita, a *posteriori*, uma interação entre um antigo passado e um presente em constante mutação.

É a partir da possibilidade de uma interação como essa, envolvendo uma instituição cultural — o IHGRN e o seu expressivo acervo de documentos escritos provenientes do contexto colonial, especialmente da Capitania do Rio Grande —, que se visa explicitar pelo ângulo da leitura interpretativa de fontes documentais uma conjugação de manifestações políticas, religiosas, sociais, e também individuais, consoante a (e até mesmo dissonante) da vigência das tradições da cultura portuguesa.

Na cidade de Natal, quem caminha entre a Praça Padre João Maria e a Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo) aprecia um conjunto arquitetônico representado pela Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, o Memorial Câmara Cascudo, o Palácio da Cultura (antigo Palácio do Governo), o Palacete da Prefeitura Municipal, o Museu Café Filho, a Coluna Capitolina e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

A Casa do IHGRN, na Rua da Conceição, nº 622, foi construída em 1906, numa época em que se vivia a euforia do remodelamento e do embelezamento das cidades, um projeto das elites republicanas para modernizar a sociedade e as instituições brasileiras. O seu prédio expressa uma arquitetura neoclássica, típica da europa da segunda metade do século XIX, revelada por seu desenho geométrico, pelas colunas, pelo entablamento, bem como pelo modo de acesso pelas laterais (valorizado pelas escadarias) e fachada monumental. Na fachada, destacam-se os frontões curvos triangulares, as balaustradas arrematadas com o coroamento das paredes, as esquadrias em madeira e vidro e os vãos de vergas retas. Esse prédio foi tombado como patrimônio estadual, em 30 de novembro de 1984. (MOREIRA, 2005).

Os Institutos Históricos e Geográficos são instituições responsáveis pelos acervos documentais que guardam grande parte das fontes da história colonial, imperial e republicana brasileira. Sua importância em levantar, metodizar e sistematizar um conhecimento histórico foi tamanha a ponto de o historiador José Honório Rodrigues (1978) afirmar que a pesquisa histórica nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro. Do ponto de vista dessa missão, o IHGB auxiliou o governo imperial na definição de um projeto de nação e de uma identidade nacional.

O IHGB, que se espelhou em agremiações congêneres europeias, especialmente o Instituto Histórico de Paris, incentivou a fundação de institutos locais em cada Província, objetivo que, à exceção do Instituto de Pernambuco (fundado em 1862) e o de São Paulo (fundado em 1894), somente foi atingido no início do século XX, a exemplo da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

O IHGRN, uma das entidades culturais mais antigas do Estado foi fundado, em Natal, sob a inspiração do IHGB, a 29 de março de 1902, durante o primeiro Governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, num momento enfático de preocupação com a preservação do patrimônio histórico-documental, que possibilitaria a escrita da história de acordo com os parâmetros da ciência positivista, do encontro da história nacional com a memória social e do testemunho documental.

Inicialmente sem sede própria, o IHGRN funcionou numa sala do Ateneu Norte-Rio-Grandense (local em que funcionava a Biblioteca Estadual), no salão da Intendência Municipal, numa residência onde atualmente se encontra o prédio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, para finalmente instalar-se, em 1938, no atual prédio doado ao Instituto por Decreto do Interventor Federal Rafael Fernandes Gurjão, atendendo à solicitação do então presidente Nestor dos Santos Lima.

Uma das finalidades do IHGRN, semelhante à de outros Institutos Históricos, consiste em “[...] coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe forem possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado, e à língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil.” (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 09).

O Instituto, pode-se afirmar, fez-se fruto da iniciativa de historiadores, intelectuais e políticos como Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (Governador do Estado), Augusto Tavares de Lyra (Historiador e Deputado Federal), Antonio de Mello e Souza (Escritor e Procurador Geral do Estado), Eloy Castriciano de Souza (Escritor e Deputado Federal), Francisco de Salles de Meira e Sá (Presidente do Tribunal de Justiça), Francisco Pinto de Abreu (Diretor do Atheneu Norte-Riograndense), Henrique Castriciano de Souza (Escritor e Secretário de Governo), Joaquim Ferreira Chaves (Senador da República), Manuel Dantas (Escritor e Diretor Geral da Instrução Pública), Olympio Manuel dos Santos Vidal (Juiz Federal), Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (Senador da República), Thomaz Ladim (Procurador da Fazenda Nacional), Vicente Simões Pereira de Lemos (Desembargador e idealizador do Instituto), Pedro Avelino (Jornalista), Sérgio Barreto (Industrial), Pedro Soares de Araújo (Coronel da Milícia e Inspetor do Tesouro do Estado), dentre outros preocupados com a preservação da história e da memória social e aspectos geopolíticos do Estado e do Brasil.

Assim, há cento e quatro anos, o IHGRN é portador de um notável acervo documental composto de obras raras de história, etnografia, geografia, política, literatura, artes, jornais, periódicos, coleções especializadas, fotografias, esfinges, pergaminhos, manuscritos, relíquias, além da própria Revista do IHGRN, que publica tanto documentos quanto artigos dos sócios efetivos e correspondentes. O IHGRN, face a seu valor histórico e monumental, é cotidianamente freqüentado por professores pesquisadores, estudantes e visitantes nacionais e internacionais.

Essa Casa da Memória Norte-Rio-Grandense (NAVARRO; PETROVICH, 2005) ainda preserva objetos ou artefatos materiais, como a primeira pia batismal da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a primeira urna eleitoral, um pelourinho, a sentença que condenou à morte o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (frei Miguelinho), a réplica do Marco de Touros, dentre outros, cujos atributos memoráveis derivam de uma história local e, por meio dela, constituem a nossa formação cultural e identitária. Nessas casas de memória “[...] pretende-se a cristalização do tempo.” (FRAIZ, 1998, p. 67).

No livro *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: história e acervo* — obra de referência para aqueles que pesquisam nessa Casa da Memória Norte-Rio-Grandense, os seus autores Morais e Oliveira (2005) relacionaram desde as atas do IHGRN, a coleção mossoroense, os jornais e revistas, passando por títulos de livros e de legislações que circularam nas nações européias, especialmente em Portugal e seus domínios, dos séculos XVI ao XVIII, como *fábulas* de Jean La Fontaine, os *Iusíadas*, de Luís de Camões, *Res memorabíles*, de Tito Lívio, a *legislação portuguesa de 1775 a 1820*, bem como as *publicações do próprio Instituto*. **1 A Revista do IHGRN, textos e contextos da época colonial** A Revista do IHGRN foi criada conjuntamente com a fundação da entidade (1902). O seu primeiro número data de 1903 e o último, de 1996, sendo essa edição comemorativa do Quarto Centenário do Rio Grande do Norte. No decorrer desses anos de 1903 a 1996, a historiografia colonial norte-rio-grandense nela presente geralmente se reporta às incursões dos franceses em terras potiguaras, à concessão de sesmaria, aos jesuítas na colonização da Capitania, aos missionários franciscanos nas aldeias e aldeamentos, aos principais [chefes] indígenas, aos povos indígenas e seus conflitos, ao domínio holandês, ao cultivo do algodão pelos gentios, às crônicas de viajantes, às consultas do Senado da Câmara ao Conselho Ultramarino, ao surgimento dos municípios, ao regimento de ofícios de sapateiro, alfaiate e ferreiro, dentre outras tantas matérias. Cabe ao IHGRN editar duas vezes por ano a sua Revista, objetivando difundir “[...] memórias e documentos relativos à história do Rio Grande do Norte e a sua geografia, os trabalhos dos sócios e as notícias ou os extratos de nossa história publicados em outra parte, no País e no Estrangeiro.” (ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 9). Nos anos de 1903 a 1996, a Revista do IHGRN, apesar da ausência de regularidades, editou 48 números e 562 títulos entre artigos, crônicas, sonetos, e publicou documentos em geral. Destes 562 títulos, 115 (20,3%) eram referentes à história colonial, assim distribuídos por número da Revista: 1903 (1), 1904 (1), 1905 (6), 1906 (11), 1907 (2), 1908 (3), 1909 (6), 1910 (4), 1911 (2), 1912 (3), 1913/1915 (3), 1916 (3), 1917 (1), 1918 (4), 1919 (1), 1920/1921(2), 1922 (-), 1923/1925 (-), 1926/1927 (2), 1928/1929 (-), 1930/1931(-), 1932/1934 (3), 1935/1937 (2), 1938/1940 (2), 1941/1943 (4), 1944/1947 (2), 1948/1950 (4), 1951/1952 (1), 1953 (2), 1954 (1), 1955/1959 (-) 1960 (1), 1961 (-), 1962/1963 (1), 1964/1966 (-), 1967/1969 (1), 1970 (-), 1971/1972 (1), 1973/1975 (-), 1976/1977 (-), 1978 (-), 1979/1980 (-), 1981/1982 (1), 1983/1984 (5), 1985/1986 (2), 1987/1888 (-), 1989/1991 (1), 1992/1993 (2) e 1994/1996 (4).

Como visto, rara era a Revista do IHGRN que não tinha documentos e registros historiográficos sobre o nosso período colonial, levando à constatação de que desde o século XVII, e sobretudo o século XVIII, a escrita está presente de alguma forma na vida de todo dia colonial da Capitania do Rio Grande.

Um aspecto aqui a considerar é o fato de o documento escrito já ser um dado essencial nesse período de tempo; portanto, um instrumento constituinte e constitutivo das demandas humanas em geral. Pensar assim leva-nos a pensar a história como possibilidade de registro documental, de processos de devassas, de disputas de poder, de lutas cotidianas, de consultas e negociações políticas e de maneiras de sociabilidades.

Conforme Le Goff (1992, p. 12), um elemento fundamental da história da humanidade é o tempo. Para que o tempo se torne historicamente pensável, o autor chama a atenção para o fato de que “[...] não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da história.” Com efeito, a construção histórica da interação passado e presente é deveras essencial para aquisição da consciência das heranças do passado e exigências do presente.

Talvez, por essa razão, era extremamente comum os primeiros membros do IHGRN, na missão de coletar e de coligir a farta documentação relativa à nossa história colonial fazerem publicar, um ou outro documento, como registro dessa história (matéria prima dos historiadores). Assim sendo, sob a denominação de *Notas Avulsas*, a Revista do IHGRN de 1906 e de 1910 trouxe extratos comentados de casamento entre indígenas, bem como o fato de a capital Natal já ter “nascida” como cidade, abrindo veios históricos a respeito do nosso passado colonial, como podemos constatar a partir dos referidos registros.

Uma índia do gentio do Camarão casada no Rio Grande do Norte. Do livro de registro de casamentos desta freguesia, correspondente ao ano de 1753, fl. 132, consta terem-se casado solenemente no dia 8 de maio do dito ano, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, Antonio Pinto de Araújo, gentio de Guiné e Ignacia Dias dos Santos, índia do gentio do Camarão. (NOTAS AVULSAS, 1906, p. 88).

A 25 de dezembro de do ano de 1599 Jerônimo de Albuquerque demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal. Suscitando-se dúvidas sobre a época em que Natal foi vila, e

Mesmo sobre si o foi, tivemos ocasião de convencer-nos, diante de documentos valiosos, de que a capital da antiga Capitania foi cidade desde os seus fundamentos, o que é confirmado pelo auto de repartições das terras de 1614 [...] Pela informação geral que prestou à Metrópole o capitão general governador de Pernambuco, em 1749, vê-se que, a esse tempo, existiam apenas duas cidades em todas as Capitanias que lhe eram subordinados — Olinda e Natal. (NOTAS AVULSAS, 1910, p. 152).

Iniciado o povoamento da Capitania do Rio Grande, em 1600, por meio da concessão de sesmarias, a exploração de sítios, de fazendas e de engenhos fez-se sentir nas adjacências de Natal (leia-se nas várzeas do rio Potengi) e em direção ao sertão. Fazendo um bosquejo na farta documentação existente no IHGRN (crônicas, datas de terra, mapas, plantas, atlas, marcos, topônimos), um dos seus sócios escreveu um estudo demográfico (no sentido amplo), que assim descreve o início da povoação da Capitania:

O que é certo é que, cerca de 1630, Domingos da Veiga já arrolava uns trezentos moradores brancos, escravaria e pouco mais de trezentos índios flecheiros, trabalhando e garantido a criação de gado, produção de açúcar, farinha, milho, sal que, segundo o brabantino Adriaen Verdonck, já eram exportados para Pernambuco, nessa época, afora o comércio de peixe e de madeiras, inclusive o famoso pau Brasil e o apreciado jacarandá. (CASTELLO BRANCO, 1952, p. 28).

Rotineiras, portanto, fartas, eram as correspondências trocadas entre as autoridades reinóis e os dirigentes coloniais no exercício das funções políticas, administrativas e eclesiásticas. Sem dúvida, por meio do recurso à correspondência régia era que um rei ou uma rainha ausentes, manifestava a presença do poder ou da vontade soberana e divina perante seus súditos.

Entretanto, toda a correspondência régia relativa a assuntos políticos, administrativos e financeiros da Capitania do Rio Grande geralmente era enviada ao Capitão-Geral da Capitania de Pernambuco, governo ao qual aquela Capitania estava oficialmente subordinada a partir de 1701 (Carta Régia de 11 de novembro de 1701).

Mas, antes, em 15 de janeiro de 1698, o Conde de Alvos, por ordens do Rei Dom Pedro II, enviou uma carta régia ao Governador-Geral de Pernambuco, Caetano de Mello de Castro, dando ciência do pedido do Capitão-Mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, de transferir cem casais de índios do Ceará para o sertão do Assu, conforme registramos a seguir:

Caetano de Mello de Castro. Amigo, eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo visto o que me escreveu o Capitão-Mor do Rio Grande sobre ser conveniente para a segurança do presídio que de novo tem assentado no Assu o mandarem-se-lhe para esses cem casais de índios do Ceará para se situarem em parte cômoda naquele Sertão **com seu missionário que lhes ensine a Doutrina para que com o exemplo deles venham melhor os Tapuias ao conhecimento da fé**, e fique o Assu de todo seguro do impulso dos bárbaros. Me pareceu dizer-vos que achando que é conveniente que se tirem do Ceará estes cem casais de Índios para se transplantarem no Rio Grande, e que nisto não pode haver embaraço o façais, reconhecendo que nisto se pode dar a utilidade que se representa ao Capitão-Mor [...]. (ARQUIVO SOBRE A NECESSIDADE DE SEGUIREM..., 1913-1915, p. 130-131, grifo nosso). Pelo teor da carta, há uma conjunção de medidas políticas, religiosas, mercantis, geográficas e operacionais, indiscutivelmente calcadas numa colonização deveras exploradora, de subalternidade e de opressão. Daí, também, advinha a função intervencionista do soberano expressa numa escrita epistolar. Não menos expressiva era a correspondência enviada diretamente aos soberanos portugueses pelo Senado da Câmara de Natal ou mesmo pelos súditos moradores da Capitania, um gesto de independência de “levar suas vozes até o Real Trono.” Assim sendo, em 5 de outubro de 1799, o Senado da Câmara de Natal expediu uma correspondência à Rainha Dona Maria I, suplicando a independência da Capitania do Rio Grande da Capitania Geral de Pernambuco, justificando-se o pedido em função das potencialidades locais agrícolas, extrativistas, pecuaristas e exportadoras. Sua Majestade Fidelíssima, que Deus a Guarde. Os oficiais da Câmara desta cidade do Natal, do Rio Grande do Norte, bem persuadidos das incomparáveis virtudes cristãs, morais e políticas que exortam a grande alma de Sua Majestade, a quem tributam o mais ardente amor, a mais extrema fidelidade vêm por este meio suplicar uma pronta providência, tal o que passamos a expor. Esta cidade cabeça da Capitania do Rio Grande [...] tem belos portos marítimos que franqueia entradas a embarcações de alto bordo. [...] Quanto a gêneros de exportação aqui se fabrica açúcar excelente, produz excelente algodão e o pau Brasil desta Capitania é o melhor e o cria com profusão, [...] que fome, que cruel fome, Soberana Senhora, não sofrerão os moradores de Pernambuco, se não fosse constantemente fornecido peixe que lhes vão das praias desta Capitania, da mesma forma, que extrema necessidade de carne não chegarão os mesmos moradores, se os sertões do Assu, Seridó, Espinharas e Trairi, pertencentes a esta Capitania, [...] que precisões não teriam aqueles senhores de engenhos, se os sertões desta mesma Capitania os não fornecessem cavalos para suas moagens e outros gêneros de que se enriquece esta Capitania. Tudo isto que faz opulenta esta dita Capitania lhe faz merecer a mesma graça que V. Majestade se dignou elementemente de conferir à Capitania de Paraíba do Norte e a do Ceará um governo **independente da sujeição de Pernambuco**. [...] Com moderação e o Maternal amor com que V. Majestade nos governa, nos der justiça para conseguirmos a graça agora implorada pela qual protestamos, com os mais solenes votos à face do universo e dos altares, um ardente amor, uma eterna felicidade a V. Majestade, cuja preciosa vida o Todo Poderoso a queira dilatar para nossa maior dita. Cidade do Natal em Comarca de 5 de outubro de 1799. (CAPITANIA DO RIO GRANDE. OFÍCIO DIRIGIDO À METRÓPELE PELO SENADO DA CAMARA DE NATAL..., 1799, 1909, p. 153-159, grifo nosso).

A despeito desse e de outros pedidos de clemência feitos pelo Senado da Câmara de Natal à Rainha Dona Maria I e ao Rei Dom João VI, para tornar a Capitania do Rio Grande independente da sujeição política, administrativa e comercial da Capitania Geral de Pernambuco, tal independência somente foi conferida por

Alvará Régio de 3 de fevereiro de 1820, assinado por Dom João VI, oficializando à iniciativa da instalação de uma Alfândega em Natal, de José Inácio Borges, Governador da Capitania do Rio Grande.

Por sua vez, a missiva do Conde de Alvos, datada de 1698, expõe o entendimento de que às experiências vividas no período colonial no Brasil sobrepujam-se os ensinamentos e os exercícios práticos da doutrina religiosa — sacramentos, mandamentos, fé católica, missa diária, devoção a Deus, aos santos e aos soberanos. Assim proceder, era decorrência de todo um corpo social pertencente a uma sociedade cristã, sob o comando de um rei ou de uma rainha cristã. A fidelidade absoluta à doutrina da Igreja Católica e às ordens reais da coroa portuguesa devia estar expressamente confirmada e conservada em toda a escrita oficial, como melhor veremos no tópico seguinte.

2 Acervo de manuscritos do IHGRN

Considerando que toda escrita está culturalmente ancorada num determinado tempo e contexto social, o acervo de manuscritos do IHGRN abrange todos os períodos da história colonial, imperial e republicana brasileira. Nas palavras de Medeiros Filho (2005, p. 494), “[...] o preciso acervo de manuscritos ocupa cerca de 25 metros de prateleiras, achando-se devidamente guardado em pastas. Tal documentação pesaria, talvez, uma tonelada e meia!”

A valiosa e variada documentação manuscrita do período colonial compõe-se de concessão de datas e sesmarias, demarcações de terras, de ordens reais referentes à Capitania, folhas de cobrança de dízimos, prestações de contas da provedoria real, termo de vereação (atas das reuniões dos vereadores do Senado da Câmara de Natal), notas de cargas de escravos, termos de visitas de bispos, registros de batizados, de casamentos e de óbitos, inventários e correspondências em geral.

Porém, para quem estuda, grosso modo, a documentação manuscrita, que visão histórica pode ter do período colonial em terras brasílicas? Verifica-se que as correspondências trocadas entre a nobreza e os súditos e entre governadores e capitães-mores podem oferecer um ângulo de observação da cultura religiosa dominante que tem suas raízes na sociedade portuguesa. Nobres, clero, governantes, súditos e o povo dirigiam-se uns aos outros da mesma maneira, no tocante a Deus. Por excelência, a referência a Deus tinha como contrapartida a presença atuante de Deus em todos os negócios dos homens, quaisquer que eles fossem. Ao rei, cabia representá-lo junto à população em geral. (PAIVA, 2005).

Assim sendo, expressões como “Deus guarde a Vossas Mercês,” “Vossa Majestade Guarde Deus muitos anos,” “Augusto Senhor Nosso,” “Rainha Nossa Senhora, que Deus a Guarde” ou “Cidade de Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo” ou mesmo a “Serviço de Deus e do Rei,” postas na maioria das correspondências, ilustram o caráter social do religioso e o caráter religioso do social do reino português e de sua colônia brasileira.

Em correspondência dirigida, em 1º de junho de 1790, pelo governador de Pernambuco, Dom Thomaz José de Mello, e Junta formada por José Theotônio de Campos, Pedro Antonio Le Roy e Manoel Gomes Pinho, para Caetano da Silva Sanches, Capitão-Mor do Rio Grande, dando ciência do envio para a dita Capitania de uma botica de medicamentos e de barris de pólvora, faz-se representativa dessa reverência à divindade:

Recebeu-se nesta Junta da Real Fazenda uma Carta de Vossa Mercê, datada de 3 de fevereiro de 1799, acompanhada da relação dos medicamentos que são necessários para a Tropa dessa Capitania, e dando-se ao mesmo tempo parte de achar-se a Fortaleza da Barra dessa cidade sem pólvora necessária para salvar nos dias de costumes operações do Real Serviço. E sendo tudo visto, resolvemos mandar embarcar assim a Botica pedida, como a dita pólvora em que vão trinta barris com sessenta arrobas, no Barco denominado Nossa Senhora da Conceição Santo Antonio e Almas, de que é mestre Francisco Soares de Brito, do qual receberão V. Mercês os referidos gêneros pelo conhecimento incluso. [...] **Deus Guarde a Vossa Mercê.** (MELLO; CAMPOS; LE ROY, PINHO, 1790, f. 1, grifo nosso).

Noutra correspondência enviada, em 18 de julho de 1797, pelo governador de Pernambuco, Dom Thomaz José de Mello, e Junta formada por Antonio Luiz Pereira da Cunha e Pedro Antonio Le Roy, para o Adjunto da Real Fazenda da Capitania do Rio Grande, registra-se a expressão usual: “Deus Guarde a Vossas Mercês.”

Foi vista nesta Junta da Real Fazenda a carta de Vossa Mercê de 2 de junho passado em que dão parte de ficarem nomeados os Administradores pela arrecadação do subsídio literário, e de serem dadas todas as providências necessárias para uma boa arrecadação. Quanto a se tomarem e a juntarem as contas dos ditos administradores no fim de cada ano, assim se deve praticar; porém como os Professores são pagos [em] todos nos quartéis, também eles devem entrar no cofre com o que forem cobrando a fim de se aplicar àqueles pagamentos; sobre o que se recomenda a Vossa Mercê toda a vigilância **Deus Guarde a Vossa Mercê.** (MELLO; CUNHA; LE ROY, 1797, f. 1, grifo nosso).

Numa outra correspondência enviada, em 21 de julho de 1797, pelo governador de Pernambuco, Dom Thomaz José de Mello, e Junta formada por Antonio Luiz Pereira da Cunha, Pedro Antonio Le Roy, para o Governo do Senado da Câmara do Rio Grande, informando o fornecimento de bandeiras, tambores e pífanos para os Regimentos de Milícias e de Linha dessa Capitania, também se lê: “Deus Guarde a Vossas Mercês.”

Remete esta Junta a Vossa Mercê por o Real Decreto de 7 de agosto de 1796, e o Plano que com ele baixou para que pelo Real cofre desta Provedoria se forneçam aos Regimentos de Milícias de Capitania, Bandeiras e Tambores, e outrossim, sejam pagos os Tambores e Pífanos aos Regimentos de Linha. [...]

Observando-se e executando em tudo o sobredito Plano e Decreto. **Deus Guarde a Vossa Mercê.** (MELLO; CUNHA; LE ROY, 1797, f. 1, grifo nosso).

Segundo Paiva (2005, p. 6 e 12), a prática cristã era “[...] a forma de ser da sociedade portuguesa que lhe garantia a identidade e a unidade, portanto, cabia ao rei sua preservação [...] tanto na sua essência quanto na sua exteriorização.” Isso obrigava o governante, o capitão-mor e o clero, sob o dever de ofício, a promover e vigiar a esfera da religiosidade em toda a sua extensão e profundidade.

Por seu lado, absolutamente todos — colonos, índios, escravos — deviam, ao nascer, receber o sacramento do batismo; e ao morrer, o sacramento da extrema-unção. No dia-a-dia, a observância rigorosa aos Mandamentos, à fé católica e aos simbolismos cristãos davam os contornos da vida em sociedade de súditos (incluindo os escravos), toda ela religiosa, destarte imposta. Os assentos de registro de batismo do acervo do IHGRN elucidam, em parte, o cumprimento desse sacramento pelos pais, filhos e netos:

Vitoriano filho legítimo de Jerônimo de Souza natural da freguesia de Caicó e de Bernarda do Rego natural da freguesia de Pau do Alho, neto pela parte paterna de Luís de Souza, natural de Pernambuco e de sua mulher Josefa de Iracema, natural desta freguesia, e pela parte materna de Maria da Conceição, natural da freguesia de São José, nasceu aos quatorze de junho de mil setecentos e noventa e cinco e foi batizado aos dois de novembro do dito ano com os santos óleos de licença minha na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, pelo Reverendo Manoel Antonio de Oliveira, foram padrinhos José Marques Rodrigues e sua mulher Domingas Rodrigues moradores nesta freguesia, de que para mim constar fiz este assento em que assino. Ignacio Pinto de Almeida e Castro — Vigário Encomendado no Rio Grande. (ASSENTO DE BATISMO, 1759, f. 1).

Por sua vez, o assento de óbito era espécie de declaração de que em vida o súdito ou o escravo cumpriu todas as práticas sacramentais, acima de tudo a missa e a confissão. Foi o caso, por exemplo, da escrava Valeria que, como boa cristã, teve seu corpo encomendado em missa pelo padre coadjutor da Freguesia de Senhora da Apresentação da cidade de Natal.

Aos vinte e nove de março de mil setecentos e cinqüenta e oito anos faleceu da vida presente Valeria, escrava da viúva Suzana de Oliveira, filha legítima de João e de sua mulher Josefa, escravos do Capitão Mateus Mendes Pereira; a defunta crioula casada com Antonio, preto e escravo da dita Suzana de Oliveira, moradores desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, de idade vinte e cinco anos, ao julgar, faleceu com todos os sacramento foi sepultada de mortalha branca na dita Matriz, encomendada pelo padre coadjutor da dita freguesia, que dizia ter-lhe dito na missa de obrigação, do que fiz este assento em que por verdade assinei. Manoel Correia Gomes — Vigário de Natal. (ASSENTO DE ÓBITO, 1758, f.1).

A vida colonial em terras brasílicas estava, pois, em conformidade com a explicitação da religião e da fé católica como uma exigência cultural, segundo a tradição da Igreja e as tradições portuguesas. Com efeito, toda a prática social, portanto religiosa em suas raízes matriciais, funcionou como o elemento de coesão da formação da cultura brasileira, assaz avessa às inovações. (PAIVA, 2005).

Aos letrados cabia, a todo custo, a preservação da religião e da fé católica e a formação do bom cristão, alicerces de constituição de uma identidade cristã do homem e da mulher brasileiros. A unidade da sociedade colonial envolvente provinha dos fundamentos de uma cultura de tradição genuinamente cristã. Como medida cultural, esses fundamentos serviam de guia e de orientação no viver e no conviver do colono, do português, do índio, do escravo e do letrado.

Contudo, não seria possível deixar de fazer uma menção ao primoroso *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)*, integrado ao *Projeto resgate de documentação histórica “Barão do Rio Branco,”* do Ministério da Cultura, das Relações Exteriores e da Justiça, que foi organizado pela prof^a Fátima Martins Lopes (2000), pesquisadora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e sócia efetiva do IHGRN. A organizadora do Catálogo inventariou no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa seiscentos e oitenta e quatro manuscritos relativos à História Colonial do Rio Grande do Norte, que, no seu cômputo geral, correspondem à data de terras, cartas, requerimentos, bilhetes, pareceres, consultas, ofícios, despachos, dentre outros.

Se a escrita é um dos veículos para conhecer as experiências em sociedade e o entendimento progressivo de vida humana, e se atividade historiadora é comumente alicerçada por textos e contextos, selecionamos seis verbetes para ilustrar as formas *mentis* de pensar, agir, interagir e reivindicar por escrito de instituições políticos, de homens e de mulheres da Capitania do Rio Grande.

1. **Consulta** do Conselho Ultramarino ao Rei Dom João V [Lisboa, 5 de junho de 1731] sobre a carta dos oficiais da Câmara de Natal, pedindo permissão para se erguer um hospício (convento com colégio) de religiosos da Companhia de Jesus ou de São Francisco, para ensinarem Gramática aos filhos dos moradores.

2. **Carta** do Capitão-Mor do Rio Grande, João de Barros Braga, ao Rei Dom João V [Natal, 24 março de 1732], informando que era costume local permitir a ocupação de cargos públicos por Mulatos e Mamelucos por falta de homens brancos, e pedindo que se permitisse mais esse costume.

3. **Requerimento** de Francisco Paulo Moreira ao Rei Dom José [Natal, 13 julho de 1764], pedindo provisão de confirmação do posto de Cirurgião do presídio do Rio Grande, na Fortaleza dos Reis Magos, para o qual foi nomeado pelo Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva.

4. **Requerimento** do soldado condestável da Fortaleza dos Reis Magos, Manuel Fernandes, ao Rei Dom José [Natal, 20 junho de 1770], pedindo ordem para que o Capitão-Mor do Rio Grande, Joaquim Felix Lima, seja obrigado a entregar-lhe a sua Mulher, que lhe foi tomada e está vivendo maritalmente com o referido Capitão-Mor.

5. **Requerimento** de Maria da Apresentação à Rainha Dona Maria I [Açu (RN), 20 fevereiro de 1783], pedindo provisão para citar seu marido, o Provedor da Fazenda Real do Rio Grande, Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim, para libelo de Divórcio.

6. **Requerimento** do sargento-mor do Regimento de Milícias do Rio Grande, João Rebelo de Sequeira e Aragão, ao príncipe regente Dom João [Natal, 12 de junho de 1799], pedindo para lecionar a Cadeira de Engenharia, com a patente de tenente-coronel ou o cargo de inspetor geral da Capitania do Rio Grande do Norte.

A História como ciência do tempo, das experiências humanas inscritas num lugar específico, dos objetos e das imagens “[...] está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial na aparelhagem mental dos seus historiadores.” (LE GOFF, 1992, p. 52). Por assim ser, a escrita da História Colonial da Capitania do Rio é, inquestionavelmente, produto de uma infinidade de operações historiográficas, englobando desde o labor da pesquisa no IHGRN, a interpretação da variada e da rica documentação a ela pertinente e a definição de quadros teóricos analíticos e bibliográficos, que não podem estar desvinculados do objeto de estudo do historiador.

Nesse enlace, envolvendo Instituição e *corpus* documental escrito, o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) surge para a escrita historiográfica do período colonial do Rio Grande do Norte e do Brasil como um “museu vivo” que exhibe história, memória e patrimônio cultural da humanidade.

Referências

- ARQUIVO SOBRE A NECESSIDADE DE SEGUIREM com cem casais de índios com um missionário, para assistir no Assu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 11-13, p. 130-131, 1913-1915.
- ASSENTO DE BATISMO. Vitoriano. **Registro manuscrito de 1795**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (caixa antiga).
- ASSENTO DE ÓBITO. Valeria. **Registro manuscrito de 1758**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (caixa antiga).
- CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. O Rio Grande do Norte na cartografia do século XVII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 48 e 49, p. 27-68, 1952.
- ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 1, n. 1, p. 3-23, 1903.
- CAPITANIA DO RIO GRANDE. OFÍCIO DIRIGIDO À METRÓPELE PELO SENADO DA CAMARA DE NATAL em 5 de outubro de 1799. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 7, n. 1/2, p. 153-159, 1909.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LOPES, Fátima Martins. (Org.). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande (1623-1823)**. Natal: EDUFN, 2000.
- NAVARRO, Jurandy. Prefácio. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. (Org.). **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — história e acervo**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.
- NOTAS AVULSAS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 4, n. 1, p. 88, jan. 1906.
- NOTAS AVULSAS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 8, n. 1-2, p. 152, 1910.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. O mais valioso acervo de manuscritos históricos do Estado. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. (Org.). **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — história e acervo**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.
- MELLO, Dom Thomaz José de; CAMPOS, José Theotonio de; LE ROY, Pedro Antonio; PINHO, Manoel Gomes. [Correspondência do Governador de Pernambuco e Junta] 1º de junho de 1790, Recife [para] Caetano da Silva Sanches, Capitão-Mor do Rio Grande. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (Correspondências manuscritas de 1700 a 1799).
- MELLO, Dom Thomaz José de; CUNHA, Luiz Antonio da; LE ROY, Pedro Antonio. [Correspondência do Governador de Pernambuco e Junta] 18 de julho de 1797, Recife [para] Adjunto da Real Fazenda da Capitania do Rio Grande. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (Correspondências manuscritas de 1700 a 1799).
- MELLO, Dom Thomaz José de; CUNHA, Antonio Luiz Pereira da; LE ROY, Pedro Antonio. [Correspondência do Governador de Pernambuco e Junta] 21 de julho de 1797, Recife [para] o Governo do Senado da Câmara do Rio Grande. Natal, Carta do Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Correspondências manuscritas de 1700 a 1799).
- MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Mensagem recebida por <martaujo@digicom.br> Acesso em: 27 set. 2005.
- PAIVA, José Maria de. Religiosidade e cultura brasileira. Século XVI. Mensagem recebida por < martaujo@digicom.br> Acesso em: 10 jul. 2005.
- PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de (Org.). 2005.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

Contexto Histórico

Por Elly de Vries

No final do século XVI, a Holanda desenvolvia-se rapidamente nos campos da cartografia, da construção naval e dos instrumentos de navegação, começando a participar da conquista de novos territórios, ao lado de portugueses e espanhóis.

Em 1580, com a união das coroas ibéricas, que duraria até 1640, o Brasil passara a ser domínio espanhol. Em 1581, a Holanda, dominada pela Espanha desde 1551, declarara-se uma república independente, tendo combatido Madri até 1648 (com uma trégua entre 1609 a 1621).

Em 1602, foi fundada a Companhia das Índias Orientais (WOC), rapidamente transformada numa grande fonte de riqueza para a Holanda, que, incentivada pelo sucesso do empreendimento, fundou, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Tão importante quanto o comércio de açúcar e pau-brasil e a implantação de colônias agrícolas — visando o domínio sobre a produção do açúcar — era a pirataria, outro objetivo da Companhia. Ao fim da trégua de doze anos, entre 1609 e 1621, a Holanda voltaria a atacar o inimigo, não somente nos seus próprios territórios (BR território esp.) como também nos mares, corseando a

carga de navios que retornavam carregados à Espanha. Ao bloquear a entrada dessas riquezas, dificultava-se o financiamento da guerra deste país contra a Holanda. Um ponto estratégico de onde a pirataria facilmente poderia ser organizada era a costa do Nordeste brasileiro.

Do ponto de vista econômico, a costa brasileira era particularmente atraente. Após uma tentativa frustrada de tomar Salvador, na Bahia, em 1624-1625, a Companhia passou a empenhar esforços para conquistar Pernambuco — região igualmente favorável, devido ao cultivo da cana-de-açúcar.

Em 1628, os holandeses capturaram uma importante carga de navios espanhóis, o que lhes permitiu investir no equipamento de uma nova esquadra para invadir o Brasil. Dessa forma, **em 1630**, os holandeses capturaram Olinda, firmando-se assim no Brasil e cuidando logo de expandir seu território, de modo que uma razoável extensão da costa do Nordeste brasileiro ficasse sob seu domínio.

Em 1636, os diretores da WIC decidiram enviar ao Brasil um governador-geral que consolidasse o poder nos territórios conquistados, aumentando a produção de açúcar e, conseqüentemente, os lucros da Companhia. A escolha recaiu sobre um jovem oficial de apenas 32 anos, João Maurício de Nassau-Siegen. O Conde de Nassau (em 1652, príncipe) nasceu em 1604, em Dillenburg, Alemanha. Por parte de pai, tinha parentesco com a família real holandesa e, pelo lado materno, com a corte dinamarquesa. Após estudos nas Universidades da Basileia e de Genebra, Nassau estudou em Kessel, na Alemanha, onde começou a interessar-se por artes e ciências. Por volta de 1620, iniciou carreira militar em Haia, alistando-se mais tarde no exército holandês, quando veio a adquirir certa fama nas batalhas contra os espanhóis. Confiando nas suas capacidades administrativas e habilidades militares, a Companhia designou-o como seu representante e governador. A partir de então, é interessante notar como a administração de Nassau desenvolveu-se a partir de um conceito bastante diverso do adotado pela maioria de seus contemporâneos que iam para o Oriente. Isso fica evidente logo de saída, quando da escolha dos integrantes de sua comitiva, constituída não somente dos soldados e oficiais de praxe, mas também de cientistas e artistas.

Entre estes encontravam-se os cientistas Willem Piso (ou Pies) e Georg Marcgrave e os artistas Albert Eckhout e Frans Post. É sobre o trabalho inestimável realizado por essas pessoas no Brasil, no século XVII, que falarei no próximo bloco. Durante sua estada de quase oito anos no Nordeste, Maurício de Nassau construiu dois palácios — o Friburgo e o Boa Vista —, diques, pontes, praças, bem como concebeu uma nova cidade, a “Cidade Mauritia”. É interessante salientar que esses feitos não encontram paralelo em nenhum outro território ocupado pelos holandeses. O Palácio Friburgo era também conhecido como *Palácio das Duas Torres*, ambas utilizadas por Marcgrave como observatórios astronômicos. Nassau fez com que ali fosse também instalado e organizado um jardim zoológico e botânico, com todos os tipos de animais e plantas encontrados na região. Muitos desses animais eram presenteados a Nassau por moradores e colonos de localidades mais afastadas. Torna-se, pois, evidente aqui o papel de Maurício de Nassau como mecenas das artes e da ciência no Novo Mundo — um príncipe colonizador humanista —, já que, ao longo de sua estada no Brasil, foram incentivados e realizados estudos em diversas áreas do conhecimento, tais como a zoologia, a botânica, a etnologia, a cartografia e a astronomia.

Do ponto de vista político e econômico, a situação começou a deteriorar-se rapidamente **depois de 1640**, quando os portugueses tornaram-se novamente independentes da Espanha, voltando a preocupar-se com seus domínios no Brasil. Maurício de Nassau insistiu várias vezes para que os diretores da Companhia lhe enviassem mais recursos para expandir suas forças militares. Suas requisições, no entanto, não foram ouvidas, em parte devido a problemas financeiros que a Companhia então enfrentava, em parte porque pendia sobre ele a suspeita de ser um esbanjador que se ocupava de empreendimentos elitistas às custas da Companhia, sem visar lucros para a mesma.

Em 1644, Maurício de Nassau retornou à Holanda. **Em 1654**, Pernambuco rendeu-se aos portugueses. **Em 1661**, a Companhia, num acordo, abriu mão de todos os seus direitos sobre o território. Cientistas e artistas no Brasil holandês Sob o patrocínio e orientação de Maurício de Nassau, trabalharam aqui dois artistas — Frans Post e Albert Eckhout — e dois cientistas — Guilherme Piso e Georg Marcgrave. Todos jovens, com idades que variavam de 25 a 27 anos. Guilherme Piso era médico pessoal de Maurício de Nassau e desenvolveu aqui um valioso estudo das plantas e suas atribuições medicinais. Georg Marcgrave, alemão, era médico, astrônomo, cartógrafo, matemático e naturalista; estudara na cidade de Leiden, após ter freqüentado já nove universidades na Alemanha. Era um desses cientistas multidisciplinares e encontrou no Brasil um campo ilimitado para sua pesquisa.

O trabalho realizado por Piso e Marcgrave resultou, após o regresso à Holanda, na publicação do livro *Historia Naturalis Brasiliae* em 1648, editado por Johannes de Laet sob o patrocínio do próprio Maurício de Nassau. É importante mencionar que se trata de uma obra subdividida em oito volumes: os três primeiros tratam das plantas; o quarto, dos peixes; o quinto, das aves; o sexto, dos quadrúpedes e serpentes; o oitavo, da região e de seus habitantes, incluindo-se neste um apêndice sobre os tapuias e chilenos. Os dados científicos contidos na obra foram principal fonte de pesquisa no campo da ciência natural para espécies da flora e fauna brasileiras, até o final do século XVIII, sendo somente então suplantados.

Os resultados artísticos da estada de Nassau e sua equipe no Brasil não foram menos impressionantes. Albert Eckhout, que veio como retratista, debruçou-se também sobre a fauna e a flora. Muitos desses desenhos foram mais tarde aproveitados como base para as xilogravuras do livro HNB, bem como para a composição de quadros e tapeçarias. Para analisar as principais obras de Albert Eckhout,

observemos os retratos de quatro casais, que hoje pertencem ao acervo do Museu Nacional da Dinamarca, a saber:

Homem - Mulher Tapuia
Homem - Mulher Tupinambá
Mestiço - Mameluca
Negro - Negra

Esses quadros têm 2,60 metros de altura e retratam as várias etnias residentes no Brasil à época, bem como aspectos da miscigenação de raças. Os retratos impressionaram, a princípio, pelo tamanho e, a seguir, pela notável e detalhada observação etnográfica dos tipos humanos. Representam etnias ao mesmo tempo em que exibem a riqueza e exuberância de pormenores botânicos e zoológicos.

Nunca antes os povos americanos foram vistos e tratados com a dignidade conferida a essas figuras pelos artistas.

Os painéis com frutas - As naturezas-mortas de Eckhout mostram a riqueza das frutas tropicais e revelam uma postura quase didática do artista em relação ao objeto retratado.

Tapeçarias - São conhecidas como a *Série das Índias*. Consiste de oito temas básicos, baseados originalmente nos desenhos de Eckhout, e confeccionada pela Manufacture de Gobelins, na França, de 1687 a 1730. Quando os cartões ficaram desgastados pelo uso constante, foram encomendados novos cartões ao artista francês François Desportes. Essa nova série estabeleceu uma relação de distinção com a antiga, passando a ser, ambas, conhecidas como *Anciennes Indes* e *Nouvelles Indes*. A segunda série foi confeccionada entre 1740 e 1786.

Frans Post, paisagista, foi incumbido de documentar os cenários rurais e urbanos, os palácios, as fortificações militares, etc. Seu trabalho está inserido no contexto da pintura de paisagem na Holanda do século XVII. Ele filtra a paisagem brasileira com seu modo holandês de ver e pintar. São reconhecíveis em suas obras os mesmos recursos de enquadramento e perspectiva da tradição holandesa. Tendo feito muitos desenhos aqui, retratando ora uma capela, ora um engenho, ao retornar para a Holanda, ele se utiliza desse material com liberdade na composição dos cenários, não obrigatoriamente representando situações reais.

Quando Maurício de Nassau volta à Holanda, Eckhout e Post acompanharam-no e, durante certo tempo, ainda trabalharam para ele, seguindo mais tarde suas carreiras independentes, mas sempre retrabalhando os temas brasileiros, o que demonstra o quanto a experiência tornou-se significativa, um verdadeiro marco na carreira de ambos.

Morando na Mauritshuis, em Haia, Nassau colhia os frutos de sua missão no Brasil. Primeiro, financiou a publicação do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octenium in Brasiliae* (1647), contendo um relato dos feitos praticados durante sua estada. Em seguida, publicou o livro, já citado, de Piso e Marcgrave, *Historia Naturalis Brasiliae* (1648).

Em 1652, Nassau entrou para o serviço de Frederico Guilherme I, eleitor de Brandemburgo. Sua coleção começou, então, a espalhar-se pela Europa, por meio de presentes que oferecia em troca de retribuições que lhe conferissem “status” ou alguma recompensa financeira. O primeiro presente foi feito em 1652, quando, além dos desenhos, Nassau entregou pinturas, móveis e artefatos ao eleitor de Brandemburgo. O segundo presente foi enviado, em 1654, ao Rei Frederico III da Dinamarca. O presente constava de 26 pinturas a óleo e objetos.

A última transação aconteceu em 1679, quando Nassau enviou, a Luís XIV, os cartões de Eckhout para confecção de tapeçarias, quadros de Frans Post e objetos. Desse modo, por muito mais de trinta anos após seu retorno à Europa, sementes dos frutos dos anos brasileiros espalharam-se pelo Velho Continente, que, já há muito, vinha provando de seu caráter de novidade e exotismo. Os ecos da repercussão que esse material provocou no campo das artes e das ciências permanecem inscritos no tempo, como prova de uma experiência sem paralelo na história da colonização do Novo Mundo.

Fonte: www.artenaescola.org.br/imagens/eckhout/12ArteeCiencia.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PESQUISA E ESTATÍSTICA
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E DÍSSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

NATAL

NÃO – HÁ – TAL

Aspectos da História da Cidade do Natal

Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal (*)

Por Hélio Galvão

Fundada em 1599, a cidade dos Reis Magos, depois cidade de Natal, teve logo esse predicamento, mas não era uma povoação no sentido de que estava ocupada por moradores fixados.

Do Recife, 4 de dezembro de 1608, o Governador D. Diogo de Menezes escrevia a Sua Majestade sobre Natal, fundada há dez anos: “a povoação que está feita não tem gente” 1. E sabemos que ao tempo de

João Rodrigues Colaço só existiam em Natal duas mulheres brancas: a dele e a de um sentenciado a degredo, que veio a ser madrinha do filho do capitão-mor².

Quando o sargento-mor Diogo de Campos Moreno escreveu, sob recomendação de D. Filipe II, o Livro que dá Razão do Estado do Brasil, 1612, Natal era uma povoação apenas nascente: “tem pobrememente acomodados até vinte e cinco moradores brancos”³.

Num relatório de suas observações pessoais, precisas e exatas, 1630, Adriano Verdonck, enviado das autoridades holandesas de ocupação, informa que a cidade contava com trinta e cinco e quarenta casas, de barro e palha, os habitantes mais abastados vivendo nos sítios apenas vindo à cidade aos domingos⁴. Um pouco antes, em 1627, Domingos da Veiga que morou em Natal e depois mudou-se para Fortaleza, tinha escrito: “a povoação é muito limitada, a respeito dos moradores estarem e morarem nas suas fazendas, onde muito deles têm suas casas mui nobres”⁵. Em 1628, tinha uma igreja e oito casas, conforme o depoimento de um grupo de índios em Amsterdam, redigido por Hessen Gerritsz.

Joan Nieuhof e Adriaen van der Dussen também informaram sobre Natal, já ocupada pelos holandeses. O conselheiro Dussen afirma que Natal não existia mais: a capitania “já teve uma cidadezinha chamada cidade de Natal,

(*) Capítulo da “Pequena História da cidade de Natal”, a sair. situada a uma légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas está totalmente arruinada”⁶ e sobre este informe escrevia depois o panegirista de Nassau, Gaspar Barleu ser “a Vila de Natal de aspecto triste e acabrunhador pelas suas ruínas e vestígios de guerra”⁷. Em vista disso, na várzea do Potengi, confluência do rio Jundiá, foi edificada a capital holandesa da capitania, a cidade de Amsterdam, onde funcionou a Câmara de Escabinos⁸.

Quando os holandeses saíram (1654), era a desolação. Em 1673, dezembro, o capitão-mor Antônio Vaz Gondim e os oficiais da Câmara pediam a Sua Majestade uma esmola para as obras da matriz, em vista da pobreza dos moradores e ainda porque - entendiam eles - concluída, a igreja passaria a funcionar como pólo de atração para que se fixasse os moradores: “acabando-se a igreja se povoaria a cidade”⁹.

Quase meio século depois, 7 de abril, 1722, em carta a El-Rei, o capitão-mor José Pereira Fonseca, cujo antecessor, Luiz Ferreira Freire, tinha sido assassinado e ele próprio atacado a tiros por um mascate, diz que Natal tem apenas trinta casas e os arredores eram mato fechado¹⁰. Menos do que em 1627.

Cinco anos mais tarde, deixando o Governo do Maranhão, João da Maia da Gama recebeu a incumbência de inspecionar as capitanias, descendo por terra. O relatório que apresentou é minucioso e interessante. Empreendendo a viagem, abril de 1729, ano de inverno rigoroso, está em Natal, hóspede do jovem capitão-mor Domingos de Moraes Navarro, que o foi esperar em Extremoz. Ficou vários dias e passou a Semana Santa. De Natal, escreveu Maia da Gama:

“A cidade he fundada em hum alto e ainda que mto. ariento, comtudo com terreno mto. capaz, e lavado dos ventos, e tem cincoenta para 60 casas e mtas mais perto da cidade a mais gente vive nas suas fazendas”¹¹.

1. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. LVII, 1935, págs. 42-45.

2. Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d., revista de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, pág. 378.

3. Diogo de Campos Moreno, Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612, edição crítica, com introdução e notas de Hélio Vianna, Recife, Arquivo Público Estadual, 1955, pág. 209.

4. Adriano Verdonck, “Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil em 20 de maio de 1630”, tradução de Alfredo de Carvalho (Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, vol. IX, n. 55, 1901, págs. 215-227)

5. Domingos da Veiga, “Descrição do Rio Grande”, Revista Trimestral do Instituto do Ceará, t. XXXIV, 1920, págs. 258-260,

6. Adriaen van der Dussen – “Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos holandeses” (1639), tradução, introdução e notas de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947, págs. 78-79.

7. Gaspar Barleu, História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil pelos holandeses, tradução e anotação de Cláudio Brandão, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, MCMXL, pág. 128.

Os Holandeses e os Tapuias

(Por Evaneide Fidélis de Oliveira; Helder Alexandre Medeiros de Macedo; Márcia Batista de Araújo e Maria Helenice Dantas – Alunos do período 99.2)

Interessados em assegurar o seu controle sobre a Capitania do Rio Grande, os holandeses cedo firmaram alianças com os povos ditos Tapuias, com a “urgência de encontrar aliados, em número e força, para a manutenção do [seu] domínio” (PUNTONI, 1998, p. 38). Segundo CASCUDO, em 1631, dirigiu-se ao Conselho Político do Brasil Holandês o índio “*Marcial ou Marciliano, fugitivo dos acampamentos portugueses, informando que seus companheiros [os “reis” Janduí e Oquenaçu, Tapuias da Nação Tarairiú] estavam desejosos de uma aliança com os invasores*” (1984, p. 61).

Durante o período da Dominação Holandesa no Nordeste (1630-1654), a política da Companhia das Índias Ocidentais será a de relações amigáveis com os Tapuias, visando à sua participação no processo de colonização. O próprio Conde de Nassau "*reconhecia a importância de manter tais aliados [pois da] amizade dos índios dependia em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil*" (citado por PUNTONI, obra citada, p. 39). A aliança dos flamengos com os indígenas do interior da Capitania do Rio Grande foi relativamente pacífica, pois, ao contrário dos portugueses, os holandeses concederam aos Tapuias uma aparente liberdade e a não-escravização, além de manterem relações bastante íntimas.

A pedido do Conde Maurício de Nassau, o judeu alemão Jacob Rabbi foi ao interior da Capitania do Rio Grande e passou quatro anos junto aos Tapuias Janduí, chefiados pelo "rei" de mesmo nome. Além de servir de intérprete dos Janduí para os holandeses, sua permanência entre os índios fortalecia os laços de aliança política. Jacob Rabbi assimilou e adotou muitos dos costumes dos indígenas e, através dessa sua adaptação, tornou-se um verdadeiro líder, fazendo com que os Tarairiús tornassem-se "*uma espécie de matilha fiel, sempre pronta ao aceno do caçador para perseguir e despedaçar a caça levantada*" (CASCUDO, 1992, p. 50).

Rabbi foi autor de uma crônica relatando a vida e os costumes dos Tapuias, a qual foi oferecida ao Conde Maurício de Nassau. Através dessa crônica muitos aspectos etnográficos dos Tapuias são hoje conhecidos, pois foi utilizada por outros autores holandeses, em seus relatos. Além de Rabbi, outro holandês viveu entre os súditos do "rei" Janduí. Trata-se de Roulox Baro, que visitou o chamado "*País dos Tapuias*" (PUNTONI, obra citada, p. 40), no final da primeira metade do século XVII. O relato dessa viagem acha-se incluído no livro *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias* (1647), de Pierre Moreau e Roulox Baro, respectivamente. Escreveram, ainda, sobre os Tapuias: Joannes de Laet, com a *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o seu começo até o fim do ano de 1636* (1647); George Marcgrave, com a *História Natural do Brasil* (1648); Guilherme Piso, com a *História Natural e Médica da Índia Ocidental* (1658); Joan Nieuhof, com *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* (1682); Elias Herckman, com *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* (1639) e Zacharias Wagner, com *Zoobiblion*.

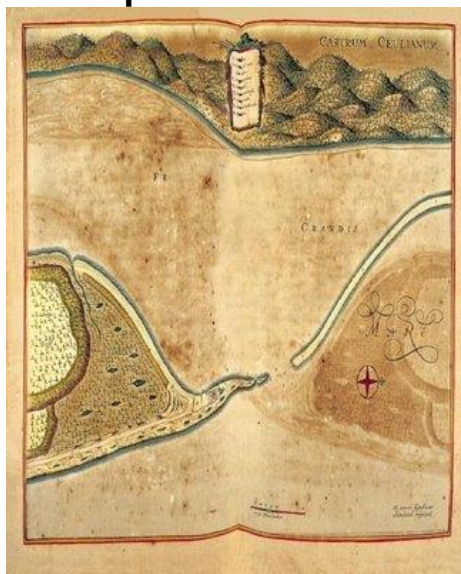
Por meio desses relatos podemos ter uma idéia – embora, na visão dos europeus - do modo de vida, costumes e hábitos dos Tapuias que habitavam o Sertão do Rio Grande, informações essas que foram compiladas por Olavo de MEDEIROS FILHO (1984 e 1998) em duas obras sobre o passado potiguar, *Índios do Açú e Seridó* e *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*.

Fonte: DIÁRIO DE NATAL

Diário de Natal Educação/Projeto Ler, 01/jun1992 (Fascículo 2)

<http://www.seol.com.br/mnaweb/historia/colonia/holandeses.htm>

O desembarque holandês no rio Potengi



Gravura flamenga do Livro de Barléu

por Olavo de Medeiros Filho

No mesmo dia em que ocorreu o desembarque holandês na antiga praia de Ponta Negra (hoje correspondente a Areia Preta) – 8 de dezembro de 1633, um dia de 5ª feira, cuja maré cheia verificou-se às 10 e meia da manhã - , parte das tropas dirigiu-se à barra do Rio Grande (Potengi), embarcada em diversos navios sob o comando de *Jan Cornelissen Lichthart*, conduzindo também os senhores *Van Keulen*, ten.cel. *Balthasar Bymae* e *Carpentier*. A esquadra veio impulsionada pelos ventos leste e norte, pretendendo a conquista do Forte dos Santos Reis, situado na barra daquele rio.

Quando os navios holandeses demonstraram a intenção de penetrar a barra do rio, a artilharia do Forte dos Santos Reis Magos passou prematuramente a atirar com os seus canhões, o que não impediu a manobra dos invasores. Chegados à distância conveniente do forte, os navios flamengos passaram a responder ao fogo português, com fúria e precisão.

Os holandeses encontraram junto ao forte duas caravelas fundeadas, cujos tripulantes portugueses as abandonaram, ante a aproximação da esquadra flamenga. O comandante *Lichthart*, já tendo penetrado no rio, determinou então fossem cortadas as amarras que retinham as duas caravelas abandonadas, tendo-as aprisionado e incorporado à esquadra flamenga.

Era plano dos invasores desembarcar a companhia que vinha a bordo, em certo local à margem esquerda do rio, com a finalidade de cortar o abastecimento d'água dos defensores do forte. Tal manancial de água potável correspondia ao rio da Redinha, cujas águas desembocavam na praia do mesmo nome, no Potengi. Todavia, verificaram ser desnecessária tal providência, pois os próprios botes dos navios poderiam impedir a aproximação dos portugueses, que pretendessem procurar aquele manancial d'água.

Ocorreu então o desembarque das tropas, que formavam uma única companhia, na margem direita do Potengi. Vieram-se-lhes juntar cerca de 150 marinheiros armados de mosquetes e sabres. Marcharam então em direção ao forte, chegando a uma duna de areia nas proximidades da fortificação, onde existia um poço d'água, que à época, abastecia do precioso líquido as tropas aquarteladas no Santos Reis. Ali acampou o comandante, ficando no aguardo das outras tropas flamengas que haviam desembarcado naquele mesmo dia, na Ponta Negra.

Logo em seguida começaram os combates entre os invasores e as tropas da fortaleza, em que foram utilizados canhões e mosquetes. Pelas três horas da tarde, chegaram àquela duna as tropas vindas da Ponta Negra, as quais se aquartelaram por detrás do médão, devidamente protegidas do fogo proveniente do Santos Reis.

Deixaremos de lado os diversos episódios ocorridos entre os dias 8 a 12 de dezembro de 1633, período em que decorreu o assédio do forte, culminado com a rendição do lado português e a vitória dos flamengos. Tal descrição fugiria ao nosso objetivo, ou seja, identificar a parte geográfica relacionada com o desembarque flamengo no rio Potengi.

Desenhos holandeses, um deles de Commelyn e o outro apresentado no livro de *Laet*, descrevem a paisagem e a conquista do Rio Grande, documentos de que nos utilizaremos para completar o quadro já descrito.

Em uma das gravuras vêem-se alguns navios holandeses fundeados no oceano, ao nascente da fortaleza. À altura do rio da Redinha, então navegável (*Versche Riever*), aparecem duas caravelas portuguesas, aprisionadas, subindo o Potengi rebocadas por duas canoas flamengas movidas a remo. À frente das duas canoas, segue uma outra embarcação similar. O grosso da esquadra flamenga achava-se ancorada em um ponto, à margem direita do Potengi, no local onde desembocava um certo riacho provindo da antiga Lagoa do Jacó, no porto hoje denominado de Canto do Mangue.

Ao sudoeste do forte havia um renque de dunas, aquelas mesmas em que os holandeses colocaram os seus canhões. Segundo informações coevas, as dunas tinham a altura de 60 pés (19,8m), superando o nível do forte: “Este forte está sujeito às dunas que lhe ficam a tiro de arcabuz, e são tão elevadas que delas se pode ver pelas canhoneiras o terrapleno, e daí fuzilar os do castelo, que se dirigem para as muralhas”.

Na gravura intitulada *Verovinge van Rio Grande in Brasil Anno 1633* (Assédio do Rio Grande no Brasil Ano 1633), divisam-se os alojamentos flamengos, por detrás e ao sudoeste das dunas.

Na gravura holandesa executada por *Commelyn*, intitulada *Afbeeldinghe van T'Forte op Rio Grande ende Belegeringhe* (Planta do Forte do rio Grande e arredores), já figura o Fort Tres Reys convertido no *Fort Ceulen*. Sobre as dunas três baterias, uma delas de morteiros.

Exatamente ao sudoeste do *Fort Keulen*, existia o *Het Quartier van ous volck*, o quartel do nosso pessoal, vizinho e ao poente do qual, via-se o *Logement vande K. Mathias van Ceulen*, o alojamento do comandante *Van Keulen*.

No livro de *Barléu* figura um mapa, intitulado *Castrum Ceulanium*, de alto valor informativo: ali vêem-se o Castellum e as pedras que as marés altas inundam, os arrecifes, a típica vegetação do terreno arenoso, as pedras submersas junto à entrada da barra.

Também as instalações de uma indústria de cal, *Fornax conficiendae calcis*, no terreno hoje ocupado pelo 17º G.A.C. Ademais, o canal de navegação do rio Potengi, as indicações exatas sobre a profundidade da barra, e alguns poços d'água doce, aquae dulces.

Na parte correspondente à atual praia da Redinha, vêem-se algumas casinhas à beira do Potengi, pertencentes a pescadores. À esquerda da gravura, havia os *Montes Excelsi*, abaixo dos quais corria um riacho, antigamente chamado de riacho da limpa, hoje desaparecido completamente.

Os Holandeses em Pernambuco - Uma história de 24 anos Palácios, tempos, jardins...

Coube ao Conde de Nassau realizar no Recife uma verdadeira revolução no âmbito de sua paisagem urbana. Ao seu tempo foram construídos o palácio de Friburgo (Vrijburg), também conhecido como Palácio

das Torres, e a casa da Boa Vista (1643). Foi ele responsável pela instalação do primeiro observatório astronômico das Américas, no qual Georg Marcgrave fez, dentre muitas outras, anotações acerca do eclipse solar de 13 de novembro de 1640 (Barlaeus). Ainda por essa época foi erguido o templo dos calvinistas franceses (1642), obedecendo ao traço de Pieter Post. Tratou-se também do calçamento de algumas ruas e do saneamento urbano, além da construção de três pontes, as primeiras em grandes dimensões do Brasil; a primeira delas ligando o Recife à Cidade Maurícia (a nova cidade erguida na ilha de Antônio Vaz), inaugurada em 28 de fevereiro de 1644, uma segunda, ligando esta ilha ao continente, na altura da Casa da Boa Vista (imediações do Convento do Carmo) e uma terceira sobre o rio dos Afogados.

Sobre a construção dessas pontes, comenta o padre Antônio Vieira, no seu Sermão de São Gonçalo, a propósito da administração portuguesa no Brasil, assinalando ser "cousa digna de grande admiração e que mal se poderá crer no mundo, que havendo 190 anos que dominamos e povoamos esta terra e havendo nela tantos rios e passos de dificultosa passagem, nunca houvesse indústria para fazer uma ponte. 4

Durante o seu governo, o conde João Maurício de Nassau fez plantar no Recife, em 1642, um grande jardim recreio, que era também um pomar e dispunha de alguns animais vindos das mais diferentes partes. O jardim veio a servir de "laboratório" a membros de sua comitiva, notadamente o médico Willem Piso (1611-1678), o botânico, também cartógrafo e astrônomo, George Marcgrave (1610-1644) e o artista Albert Eckhout (c1610- c 1664). Os dois primeiros são autores da *Historia naturalis Brasiliae* etc., impressa em Amsterdã em 1648, 5 na qual são publicados 429 desenhos, em grande parte retratando a flora e a fauna, bem como nativos, do Nordeste do Brasil. De Albert Eckhout são a maioria dos desenhos reunidos nos quatro volumes que compõem o *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. Coleção de desenhos policromados, em sua maioria, de autoria dos artistas da comitiva do conde João Maurício de Nassau, enfocando elementos de história natural, atualmente encontrados na Biblioteca Jagelônica de Cracóvia (Polônia), ainda não publicados em sua totalidade. O conjunto é formado por 417 desenhos, em sua maioria aquarelados, retratando animais aquáticos, aves, mamíferos, répteis, insetos, aranhas, plantas, flores, frutos e catorze figuras humanas. Aos quatro volumes do *Theatrum*, sob os títulos, *Icones Aquatiliium*, *Icones Volatiliium*, *Icones Animalium* e *Icones Vegetabilium*, somam-se dois outros, conhecidos como "Manuais", com desenhos (peixes, aves, animais) atribuídos a George Marcgrave, e um terceiro, *Miscellanea Cleyeri*, com seus desenhos (pessoas, animais, aves e plantas) atribuídos a Albert Eckhout. Sobre o tema Petronella Albertin de Vries publicou sua tese de mestrado em História da Arte, apresentada junto à *Vrije Universiteit Amsterdam* (1981), sob o título: "Arte e Ciência no Brasil Holandês. *Theatri Rerum Naturalium Brasiliae*: Um estudo dos desenhos".6

Na descrição de um contemporâneo, Frei Manuel Calado, in *O Valeroso Lucideno*, publicado em Lisboa em 1648, 7

No meio daquele Areal estéril, e infrutuoso plantou um jardim, e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes, e a força de muita outra terra frutífera, trazida de fora e barcas rasteiras, e muita soma de esterco, fez o sítio tão bem acondicionado como a melhor terra frutífera; pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e eles lh'os mandavam trazer em carros, e deles fez umas carreiras compridas, e vistosas, a modo da alameda de Aranjúes e por outras partes muitos parreirais e tabuleiros de hortaliças e de flores, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, aonde iriam as damas, e seus afeiçoados a passar as festas no verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas, e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos (...). Também ali trazia todas as castas de aves, e animais que pôde achar, e como os moradores da terra que lhe conheceram a condição e o apetite, cada um lhe trazia a ave ou o animal esquisito que podia achar no sertão, ali trazia os papagaios, as araras, os jacis, os canindés, os jabutis, os mutuns, as galinhas de Guiné, os patos, os cisnes, os pavões, os perus e galinhas grande número, tantas pombas, que não se podia contar, ali tinha os tigres, a onça, a suçuarana, o tamanduá, o búgio, o quati, o sagüim, o apeteá, as cabras do Cabo Verde, os carneiros de Angola, a cutia, a paca, a anta, o porco javali, grande multidão de coelhos, e finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse, porque os moradores lh'as mandavam de boa vontade.

Segundo testemunho do frei Manoel Calado a construção de palácios e horto botânicos, para onde eram transportadas árvores adultas, ocupava todo o tempo do Conde de Nassau que andava pela ilha com um cordão, traçando ruas e praças, demarcando limites, construindo parques arborizados, "tudo à moda de Holanda".

Para a população de menores posses, acostumada a morar em pequenas casas de tábuas, o Conde de Nassau projetou um bairro, localizado entre a igreja dos Calvinistas Franceses [local da igreja do Divino Espírito Santo] e o forte das Cinco Pontas, que aparece nos mapas como a Nova Maurícia (*Nieuw Mauritsstadt*), a qual veio a ser destruída pelos próprios holandeses em 1645.

1 BANCK, Geert Arent. "Memória e imaginário: pensando a cidadania atual no espelho do Brasil Holandês", in República das etnias. Rio de Janeiro: Museu da República, 2000. p. 51

2 BANCK, Geert Arent. Op. cit. p. 51

3 BARLAEUS, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Tradução de Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. 410 p. il. 60 gravuras, reproduzidas da ed. de Amsterdam de 1647, 27 assinadas por Frans Post (1645). (Coleção Recife; v. 4).

4 VIEIRA, padre Antônio. Sermões v. VII. Lisboa, 1689. p. 356.

30 PISO, Willem, MARCGRAVE, George. *Historia naturalis Brasiliae*. Amsterdam, [s.n.], 1648.

31 ALBERTIN DE VRIES, Petronella. "Arte e ciência no Brasil holandês. Theatri Rerum Naturalium Brasiliae: um estudo dos desenhos". Revista Brasileira de Zoologia. São Paulo, Sociedade Brasileira de Zoologia, 1985, p. 250322. Algumas dessas pranchas, pintadas a óleo, bem como desenhos a lápis e creiom, foram publicadas por WHITEHEAD, P. J. P., BOESEMAN, M. Um retrato do Brasil holandês no século XVII, tradução Edmard Jorge. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989, p. 236247. 32 CALADO, Manuel, frei. O valeroso Lucideno. Lisboa: [s.n.] 1648. 4. ed. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambucana, 2fase; v. 13).

Fonte: Diário de Pernambuco - www.pernambuco.com/diario/2003/09/08/especialholandesesf105_0.html

Felipe Camarão

Por Paulo Heroncio

Em defesa do Rio Grande havia chegado o seu grande filho, D. Antônio Felipe Camarão.

O bravo chefe indígena era um dos valentes capitães das forças libertadoras.

Nascido às margens do Potengi, na aldeia de Igapó, em 1580, aliara-se aos portugueses aos 18 anos de idade, quando já era entre os de sua tribo um valente guerreiro. Os padres jesuítas o educaram e o instruiu na fé, recebendo ele o batismo e casando-se em 1612.

Acompanhou a Jerônimo de Albuquerque na conquista do Maranhão.

Quando começou a luta da redenção da terra martirizada pelo jugo holandês, Camarão foi um dos capitães das Companhias de Emboscadas, merecendo brasão de armas e o título de capitão-mor dos índios do Brasil, com um soldo de 400\$000.

Quando Matias de Albuquerque e Bagnuolo acharam prudente abandonar Vila Formosa, na impossibilidade de manter as posições de Nazaré, D. Antônio sustentou a retaguarda dos retirantes.

D. Fradique de Toledo trouxe-lhe o título de DOM que lhe mandara el-rei.

Pelejara em Mata Redonda, comandara guerrilheiros quando Bagnuolo concentrara forças em Porto Calvo, dera combate a Artichfshy e abriu caminho a Goiana, quartel-general dos libertadores.

Agora, cumpria-lhe a missão de defender a terra de seu berço.

Às suas ordens, marcharam para o Rio Grande o seu regimento e mais duzentos índios, ribeirinhos de S. Francisco. Na Paraíba, colocou à testa da coluna cinqüenta homens batedores do sertão, e continuou a marcha, destruindo aldeias de tapuias e potiguares, indo acampar ao norte de Cunhaú, no mesmo local em que Barbosa Pinto vencera os holandeses.

O Supremo Conselho de Recife alarmara-se com a notícia da permanência do chefe indígena no Rio Grande. Era preciso garantir aquela conquista que se tornara celeiro, a fornecer sempre aos invasores grande quantidade de gado e de farinha.

Je Bas, membro do Conselho, partiu para o forte Ceulen, com dois navios e um reforço de sessenta soldados e com índios de Itamaracá, e um outro igual, de Cabedelo, além dos tapuias comandados por Jacob Rabbi e pelos filhos de Janduú. Ao todo, mais de mil homens.

Camarão dispunha apenas de uns seiscentos combatentes.

Aproveitando o terreno, cuja defesa era favorecida, de um lado pelo rio e, do outro, por uma espessa mata de tabocas, o grande chefe levantou fortificações apenas no lado aberto.

Aguardando as horas de combate, ele se ajoelhou diante de um crucifixo esmaltado que trazia consigo, o qual tinha no lado oposto uma imagem da Virgem.

Depois da prece ardente e cheia de fé, organizou seus soldados em três filas, ordenando que não perdessem tiro e que enquanto a primeira carregasse, a segunda passasse à frente, para descarregar, depois a terceira, evitando-se assim, interrupção no tiroteio. Acrescentou que se faltasse pólvora ou bala, gritassem todos por São João e Santo Antônio e seriam logo municidados.

Os holandeses, comandados por Rhineberg, partiram de Natal, ao encontro de Camarão, A 27 de janeiro de 1646, cercavam eles o acampamento e iniciavam o combate.

Os soldados de D. Antônio cumpriram fielmente as ordens recebidas. E o fizeram tão bem que carregavam os mosquetes demais, ocasionando uma força manobra, tão interessante quanto feliz. As armas esquentadas pela repetição das descargas davam um coice tão forte nos peitos dos atiradores, que os derrubavam em linha, permitindo assim que as balas inimigas passassem acima deles, sem os atingir. Ao vê-los cair, D. Antônio supôs que seus soldados estivessem todos mortalmente feridos. Mas quando viu que eles se erguiam e faziam novas descargas, reanimou-se na peleja.

Ante a resistência do acampamento, Rhineberg concebeu novo plano de ataque, dividindo seus soldados em três colunas, uma das quais sustentaria o fogo enquanto outra forçaria a passagem do rio e a terceira tentaria escalar o tabocal.

Más Camarão havia disposto seus guerreiros de modo a defender todos os pontos.

Os flamengos que avançaram sobre o tabocal sentiram-se envolvidos em duas emboscadas e trataram de fugir. Os que tentaram atravessar o rio receberam uma chuva de setas dos índios entrincheirados na outra margem.

Aos gritos de vitória dos soldados nacionais, o chefe holandês bateu em retirada, em desordem abandonando armas e bagagens, deixando no campo da luta cento e cinqüenta mortos.

Os nacionais tiveram apenas três feridos.

Acabara-se a munição. Não era possível perseguir o inimigo e sitiar o forte Ceulen.

Depois de uma semana de descanso, Camarão voltava à Paraíba, para refazer a tropa.

Frans Jansz Post

(1612-1680)

Tinha 24 anos quando Maurício de Nassau convidou-o a acompanhá-lo ao Brasil, residindo entre 1637 e 1644 em Recife, onde desenvolveria grande atividade, documentando a paisagem e tomando apontamentos de portos e fortificações que mais tarde aproveitaria como ilustrações no *Rerum per octennium in Brasilia*.

Gozando de prestígio junto ao Conde (que o mantinha aliás de seu bolso), residia no Palácio das Torres, tinha assento à mesa do mordomo, ao lado de Albert Eckhout e Georg Marcgraf, e dispunha inclusive de um criado. Durante a permanência no Brasil Holandês, pode ter visitado outros recantos controlados pela Companhia das Índias Ocidentais, notadamente a África.

Nos primeiros meses de 1644 já retornara à Holanda - antes portanto de Nassau, que só voltaria em julho do mesmo ano; mas continuaria ainda por algum tempo empregado do Conde, para quem ilustraria, em 1645, o acima mencionado livro de Barleus.

Em 1646 Frans Post ingressou na confraria de pintores de sua cidade natal, da qual seria procurador e finalmente tesoureiro (1658-59); a 27 de março de 1650 casou-se, enviuvando em 1664. De pouco depois é o retrato que lhe fez Frans Hals, no qual surge como "um burguês de olhar inteligente e bem-humorado, de espessa face bonachona e cabeleira hirsuta, sob negro feltro de copa afunilada, vestes em monocromática austeridade... um desses espíritos contemplativos, que se comprazem em olhar para as coisas, sem imaginação, mas com agudeza, a lhes penetra remanescência" (Sousa Leão).

É possível que em 1664 Post tenha estado em Paris, acompanhando o físico Christian Huyghens, e visitando Londres na mesma ocasião: datariam desse momento duas vistas de Paris, uma vista do Palácio de Fontainebleau e outra do Castelo de Windsor, mencionadas no catálogo de 1764 do Castelo de Honsholredijk; mas também é possível que o acompanhante de Huyghens, na viagem a Paris e Londres, tenha sido o pintor Jan Post, sobrinho de Frans Post e imitador de sua maneira.

Após 1664, viúvo, Post levará vida obscura, entregue a excessos alcoólicos que terminariam por minar sua capacidade criadora. Viria a falecer em fevereiro de 1680, menos de dois anos após seu antigo patrão Maurício de Nassau, tendo sido enterrado na Groote Kerk de Haariem.

Como muitos quadros de Frans Post são assinados, e cerca de 40, além do mais, datados, não é difícil reconstituir-lhe a evolução estilística, entre 1637 (data da *Ilha de Itamarati*, primeira obra executada no Brasil) e 1669, ano de execução da *Paisagem de Pernambuco* do Museu de Duesseldorf, última pintura datada. Post não foi pintor fecundo, tendo executado entre 200 e 300 obras, no decurso de uma carreira de mais de 40 anos - o que demonstra que, se conseguiu conquistar com suas *paisagens das Índias Ocidentais*, posição de destaque entre os artistas holandeses de seu tempo, não teve muitos clientes, a maior parte deles, quem sabe, antigos colonos no Brasil.

A aceitação moderada das paisagens de Post é ainda confirmada pelos modestíssimos preços que atingiam no Séc. XVII: 20 florins em 1695, embora em 1650 uma sua **Paisagem**, encomendada por Guilherme de Orange, lhe tivesse rendido 300 florins.

Pode-se dividir a carreira de Frans Post em três períodos: antes, durante e depois da viagem ao Brasil, isto é, de 1631 a 1636, de 1637 a 1644 e de 1645 a 1669. O período inicial acha-se representado por uma única pintura, um **Combate de Cavalaria** conservado em Viena, mero pastiche do que no gênero realizaram outros artistas holandeses de começos do Séc. XVII.

Anacrônico já à época de sua elaboração, serve somente para atestar os começos, mais do que discretos, de Post; e não terá sido em função dele, ou de obras de igual qualidade ou categoria, que Nassau o convidou a tomar parte na viagem ao Brasil, embora seja lícito contra-argumentar que um pintor de batalhas, mesmo iniciante, não seria de todo inútil no séquito de quem, como o Conde, dirigia-se a uma terra hostil, em missão de conquista, e cujo primeiro ato, tão logo desembarcado, foi o assédio às tropas de Bagnuolo com a conseqüente, captura de Porto Calvo.

É possível que Post tenha executado também paisagens, nos primórdios de sua carreira, mas tais obras desapareceram, e com elas os vínculos que uniam o jovem artista a seus antecessores e mestres. Assim sendo, foi no segundo período, ou seja, no Brasil, que Post confirmaria sua vocação pictórica, transformando-se a sombra da natureza tropical num puro paisagista.

Poucos quadros restaram da permanência brasileira: os quatro do Museu do Louvre.- *Rio Sio Francisco e Forte Maurício*, *Carro de Bois*, *Forte dos Reis Magos* e *Paisagem das Cercanias de Porto Calvo*, o último curiosamente assinado *F. Coreo*, tendo o pintor traduzido seu nome para o português; *Ilha de Itamaracá*, no Museu de Haia, e *Vista de Antônio Vaz*, que pertenceu à Coleção Sousa Leão.

Nesses quadros pintados no Brasil, sob uma luminosidade intensa e em meio à luxuriante vegetação tropical, Post conseguiria traduzir todo o pitoresco do país, sem deixar, porém de ser pictórico. A composição é simples, e não há acúmulo de detalhes esdrúxulos, que sobrecarregariam o quadro, contrastando esta simplicidade, quase despojamento, com as paisagens tão mais complexas efetuadas após o retorno à Europa.

Post subordina-se integralmente ao que vê, mesmo porque sua função, na comitiva do culto Maurício de Nassau, era a de um documentarista, tal como Eckhout, ambos a reunir material ilustrativo para posterior utilização pelo Conde.

As pinturas *brasileiras* servirão de paradigma às que irão suceder-se, quando começa o terceiro e último período de sua carreira; mas paulatinamente, à frescura da emoção direta impõe-se um estoque de fórmulas: Post repete-se e se amaneira, perdendo sua obra em originalidade e em força expressiva para ganhar em requinte e virtuosismo.

À composição sólida e sem artifícios dos quadros feitos no Brasil, nascidos ao contacto do espetáculo suntuoso e inédito do cenário tropical, alternar-se-á a complexidade crescente da *Vista do Ipojuca* (1647, Biblioteca Municipal de São Paulo), da *Vista de Olinda* (1650-5), Museu Nacional de Belas Artes), da *Plantação de Cana* (1660, Museu Nacional de Belas Artes), da *Igreja Jesuíta em Ruínas* (1665, Detroit Institute of Arts), cada qual buscando resumir, em alguns centímetros quadrados, toda a natureza do Brasil, tudo muito ao gosto dos colecionadores. com abundantes citações à fauna e à flora, ao casario e às montanhas ao longe, aos habitantes e às suas atividades, num processo que evoca o da enumeração caótica em Literatura, tão tipicamente barroco.

Acrescente-se a isso que, para satisfazer as exigências de clientes, nosso artista pintou muito quadro de circunstância, que em geral sequer assinava ou datava: infelizmente, essas obras comerciais constituem parte considerável de sua produção, e muito contribuíram para que até muito recentemente só se o considerasse como artista de interesse regional, pintor de importância secundária no panorama da paisagem holandesa do Séc. XVII, como o fez ainda em 1937 Arthur van Schendel:

“Frans Post é artista de segundo plano mas não deixa de ser também um talento pessoal. Tivesse permanecido na Holanda, não teria sido senão um paisagista medíocre; enriquecido da experiência brasileira, logrou produzir uma arte de sabor ainda desconhecido e de encantadora originalidade.”.

É inegável que, com suas paisagens brasileiras, Frans Post conquistou um domínio à parte, criando um gênero no qual não teria competidores. Típica, pessoal, embora algo fria, sua obra aparenta-se à de outros paisagistas holandeses seus contemporâneos, como Philips Koninck por exemplo, beneficiada, porém, pelo ineditismo do tema tropical.

Historicamente, sua importância é também grande, tendo sido o primeiro pintor a, em terra americana, dar uma versão ao mesmo tempo fiel e poética da região, num momento em que toda a ênfase era concedida à pintura de natureza religiosa.

Fonte: 500 Anos da Pintura Brasileira. www.pitoresco.com/brasil/franspost/franspost.htm

Padre Ambrósio Francisco Ferro e os Companheiros Sacrificados em Uruaçu

Por Mons. Francisco de Assis Pereira

“Trata-se de dois casos de martírio coletivo ocorridos em localidades do interior do Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XVII. Viviam-se o conturbado período do domínio holandês no Nordeste do Brasil (1630/1654), quando as autoridades flamengas, influenciadas pela Igreja Cristã Reformada Calvinista, iniciaram verdadeira perseguição religiosa às pequenas comunidades nascentes de católicos da então Capitania do Rio Grande, que começavam a se organizar. A situação agravou-se de tal maneira que culminou com o holocausto de numerosos cristãos dessas comunidades...”

(Trecho da Introdução de Protomártires do Brasil, de Mons. Francisco de Assis Pereira, Aparecida-SP, Editora Santuário, 2000)

Os relatos seguintes, que fazem parte de um capítulo do livro referido acima, contribuíram para a Beatificação de 30 mártires brasileiros pelo Santo Padre, no dia 21 de dezembro de 1998.

1. Os moradores do Rio Grande refugiam-se na Fortaleza dos Reis Magos e em Potengi

As notícias dos graves e dolorosos acontecimentos de Cunhaú espalharam-se rapidamente por toda a capitania do Rio Grande e capitanias vizinhas. A população ficou assustada e temia novos ataques dos tapuias e potiguares, instigados pelos holandeses. Urgia tomar medidas preventivas e defensivas. Mesmo suspeitando conivência das autoridades flamengas nesses ataques, alguns moradores influentes do Rio Grande, entre os quais o vigário **Pe. Ambrósio Francisco Ferro, Antônio Vilela, o Moço, Francisco de Bastos, Diogo Pereira e José do Porto**, não tiveram outra alternativa senão recorrer ao comandante da Fortaleza dos Reis Magos, cujo nome tinha sido mudado para Forte Ceulen, para ficarem lá sob proteção militar. Foram recebidos como hóspedes, não sabendo estes que a hospitalidade terminaria em tragédia[1].

A ameaça pairava, porém, sobre todos os outros moradores, em número bem maior. Que fazer? O Forte não comportava tanta gente. Parecia necessário que os moradores assumissem a sua defesa por conta própria. Assim pensando, resolveram providenciar a construção de uma fortificação rude, na pequena cidade de Potengi [2], a 25 quilômetros da Fortaleza.

Pela distância indicada se deduz não poder tratar se da própria cidade de Natal, situada a apenas dois quilômetros da Fortaleza dos Reis Magos. Foi este o lugar escolhido pelos moradores do Rio Grande para se defenderem contra os ataques dos índios tapuias e dos holandeses.

Os três cronistas portugueses, Lopo Curado Garro, Diogo Lopes Santiago e Frei Rafael de Jesus, descrevem [...] o abrigo de Potengi e a maneira como os moradores conseguiram sobreviver e responder aos ataques dos adversários. Tomemos, como exemplo, a narração de Santiago:

“Determinaram, como fizeram, de se recolher com suas mulheres e mais famílias a uma cerca ou paliçada de pau-a-pique que fizeram com seus escravos, e forneceram de mantimentos para muitos dias, em um sítio acomodado para sua defesa chamado Potengi (...) e nesta cerca estiveram recolhidos três meses, padecendo muitas misérias e trabalhos, sendo acometidos muitas vezes de seus inimigos, que, não satisfeitos do sangue que tinham derramado, lhes queriam também esgotar o seu. Eram os moradores que estavam dentro na cerca, setenta homens com suas mulheres, filhos e escravos.”[3]

As expressões “cerca de pau-a-pique” e “paliçada” usadas pelos cronistas portugueses não nos devem levar a uma falsa conceituação do tipo de abrigo levantado. Trata-se evidentemente de uma construção sólida, ampla e com cobertura, capaz de resistir três meses ao assédio constante de armas de fogo e máquinas de guerra e, ao mesmo tempo, abrigá-los contra as intempéries e guardar seus pertences e mantimentos.

Do lado holandês, várias fontes confirmam a existência do abrigo de Potengi e o seu desmantelamento sob as ordens de **Jacó Rabe**[4]. O documento mais importante, e ainda inédito, é o *Diário de Viagem à Paraíba e ao Rio Grande*, do Alto e Secreto Conselheiro Adriaen van Bullestrate (4 de outubro—29 de outubro de 1645), cujo original consultei em Haia, na coleção “Lirieven en Papieren uit Lirazilie”, maço 60, do Arquivo Geral do Reino. O prof. José Antônio Gonçalves de Mello, a meu pedido, traduziu a parte do texto referente ao Rio Grande, onde Bullestrate chegou a 11 de outubro, que aqui transcrevo em primeira mão:

“Por ordem dos Nobres e Secretos Conselheiros transportei-me à Paraíba e dali ao Rio Grande e segue-se o que ocorreu:

11 de outubro:

Antônio Paraopaba, regedor dos Brasilianos, havia partido com alguns de sua gente para o Cunhaú. Foi convocado para um entendimento. Jacob Rabbi havia ido para Potengi, situado a cerca de cinco milhas do Castelo (Ceulen).

Soube que os portugueses haviam sido mortos pelos Brasilianos por toda a Capitania, inclusive alguns que eles haviam assediado e se haviam entregado por acordo (...). Soube mais que os portugueses que se haviam assentado no Castelo (Ceulen) haviam sido também todos mortos (...).

12 de outubro:

*Parti para Potengi, situado a cerca de 5 milhas do Castelo, tendo ali encontrado uma casa bem fortificada e cercada de estaca, na qual os portugueses se tinham feito fortes; nela encontravam-se **232 pessoas**, compreendendo mulheres e crianças portuguesas e mais 100 negros dos portugueses que permaneceram. Algumas dessas pessoas pediram para poder ir de barco para Igarçu, outras para ir para o cercado ao pé do forte e todas que as suas vidas e das crianças lhes fossem poupadas. Permiti que aqueles que quisessem viajar para o forte pudessem fazê-lo e às outras foi concedida a segurança.*

13 de outubro:

Acordou-se com o Comandante Blaeubeeck, seu tenente e porta-bandeira, o escolteto Schout, Antônio Paraopaba e Jacob Rabbi o que será mais conveniente para a segurança desta capitania, a saber:

Resolveu-se em primeiro lugar que as cercas que os portugueses haviam feito nestas terras, tanto em Potengi quanto em outros lugares, principalmente as próximas das casas de Francisco Mendes, de Estevão Machado e de Jan Jacobsen, inclusive as feitas de madeiras de carnaúbas, seriam todas demolidas, para impedir a existência de fortificações nesta terra e o Regedor Antônio Paraopaba encarregou-se de fazer executar o trabalho com a sua gente.”[5]

Observe-se que o número de pessoas refugiadas na cerca, indicado por Bullestrate, é bem superior ao referido pelas fontes portuguesas (70). Mas este é apenas o número de homens, ao passo que a informação de Bullestrate inclui mulheres, crianças e escravos.

A presença em **Potengi** de alguns abrigos ou cercas onde os portugueses se refugiaram é assim confirmada por esta importante fonte holandesa, assim como os nomes dos dois Servos de Deus, **Francisco Mendes** e **Estevão Machado** que estão na lista dos propostos pela Postulação ao reconhecimento do martírio.

2. A cerca de Potengi é assediada

Deixando **Cunhaú** após a horrível matança, **Jacó Rabe** e seus ferozes aliados tapuias continuaram o seu itinerário de sangue por várias localidades da Paraíba e do Rio Grande, chegando em setembro à Casa Forte de **João Lostau Navarro**, um francês de Navarra, que possuía terras naquelas redondezas. De acordo com as pesquisas de Olavo Medeiros, a Casa Forte ficava situada perto da praia de Tabatinga, a poucos quilômetros de Natal[6].

Nessa incursão, vários moradores foram mortos. O proprietário “por ser estrangeiro” foi levado preso para o Forte dos Reis Magos[7]. No Forte, Lostau Navarro encontrou-se com outro prisioneiro português, **Antônio Vilela Cid**, acusado de cumplicidade na morte de um holandês no Ceará e de fazer parte de uma conspiração que visava a expulsão dos holandeses[8], além do Pe. Ambrósio Francisco Ferro e de outros quatro moradores do Rio Grande, ali recebidos como hóspedes.

A etapa seguinte da fatídica viagem de **Jacó Rabe** foi **Potengi**, onde os **70 moradores** estavam refugiados na cerca de pau-a-pique. Acreditava ele tratar-se de uma tarefa fácil pois os moradores não tinham como resistir por longo tempo e logo se entregariam. Eles, porém, resistiram heroicamente com as poucas armas à sua disposição: 17 armas de fogo, algumas espingardas, dardos, mosquetes, espadas, zagunchos e paus tostados[9].

O “**aleivoso Jacó**” ainda tentou persuadi-los a entregar suas armas em troca de defesa e proteção, mas os moradores não se deixaram enganar:

“Os cercados lhe responderam que bem certificados estavam que ele era o mesmo que mandara matar os moradores de Cunhaú, estando inocentes (...), no tocante às armas, que as não haviam de entregar, porque as tinham para se defenderem de quem os quisesse matar, porque era a defesa natural, permitida pelas leis divina e humana.”[10]

Foi quando o irritado Rabe mandou vir do Forte Ceulen o reforço de duas peças de artilharia. Não havia mais como resistir; os bravos moradores se renderam:

“Os miseráveis, vendo a artilharia preparada e tanta resolução e eles sem nenhum remédio e sem pólvora, cercados naqueles campos de tantos holandeses, trataram da entrega, sendo os concertos que lhes prometeram de os guardar, e conservar com as vidas e fazendas, e para isso fizeram suas capitulações.”[11]

Depuseram as armas e entregaram cinco companheiros como reféns a serem conduzidos à Fortaleza dos Reis Magos: **Estêvão Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Vicente de Souza Pereira, João da Silveira e Simão Correia**[12]. Em troca, se lhes davam garantias de vida e passaportes em nome do príncipe de Orange. Os moradores, porém, não acreditavam nessas promessas: resignados, aguardavam a sorte, entregues nas mãos de Deus.

3. O primeiro grupo de moradores é sacrificado

Com a rendição da cerca e o envio dos reféns à Fortaleza dos Reis Magos, os moradores do Rio Grande ficaram em dois grupos: **12 pessoas** na própria Fortaleza, incluindo os **5 hóspedes, 5 reféns e 2 prisioneiros**, e o restante dos moradores na cerca de **Potengi**, sob custódia.

Os holandeses planejaram logo a eliminação do primeiro grupo, certamente por se tratar de pessoas de influência e de prestígio na cidade: o vigário, um escabino, um rico proprietário. O fato serviria de exemplo para os outros moradores.

Tudo começou com as ordens do Alto e Secreto Conselho do Recife para executar os rebeldes, e a visita do Conselheiro Adriaen van Bullestrate, um dos três que dirigiam os destinos do Brasil Holandês[13]. [...] Segundo os cronistas portugueses, Bullestrate teria chegado à Fortaleza dos Reis Magos, procedente do Recife, no dia 2 de outubro, véspera da execução dos mártires de **Uruaçu**[14].

Na realidade, a fonte portuguesa mais antiga, a Relação de Lopo Curado Garro, [...] (fala) tão-somente da chegada nesta data de uma lancha trazendo as ordens do Supremo Conselho:

“Em dois do presente mês de outubro chegou uma lancha do Recife ao Rio Grande e conforme a execução que se fez, trouxe ordem para matar a todos os moradores de dez anos para cima como ao diante se verá.”[15]

A reconstituição da seqüência dos fatos é a seguinte: as autoridades holandesas do Recife, temendo que se estivesse formando no Rio Grande uma verdadeira insurreição contra o domínio holandês e visando eliminar de uma vez os supostos chefes da rebelião, mandaram ordens para executar sumariamente todos os moradores. Os emissários chegaram ao Rio Grande em 2 de outubro numa lancha vinda do Recife: as ordens foram cumpridas logo no dia seguinte, **3 de outubro**, com a horrível **matança de Uruaçu**.

O Conselheiro Bullestrate veio logo depois para inspecionar os trabalhos e verificar se as ordens tinham sido fielmente cumpridas [...]. Os 12 portugueses da Fortaleza foram embarcados em batéis e levados “rio acima” para o porto de Uruaçu[16], lugar escolhido para a execução. Segundo as tradições locais, o lugar do martírio, conhecido hoje como porto do Flamengo, fica às margens do Jundiá, vizinho à gamboa do Catolé (...).

Chegando ao lugar “*que para a navegação era porto, e para o martírio teatro*”, na bela expressão de Frei Rafael de Jesus, tudo já tinha sido precedentemente preparado para aí se executar o massacre. Os índios já tinham sido avisados e lá estava o chefe potiguar **Antônio Paraopaba** com os seus comandados. Este chefe indígena, [...] educado na Holanda e, mais tarde, constituído pelos holandeses regedor dos índios da capitania do Rio Grande, tinha-se convertido à religião reformada e era um seu fanático defensor.

Numa atitude ameaçadora e arrogante, Paraopaba “*escaramuçando num cavalo*”, estava à frente de um pelotão de mais de duzentos índios, bem armados, pertencentes aos dois grupos principais de índios da região: potiguares e tapuias.

Logo que desceram dos batéis, os flamengos ordenaram aos doze moradores vindos da Fortaleza que se despisses e se ajoelhassem. A um sinal dado por eles, os índios, que estavam emboscados, saíram dos matos e cercaram os indefesos colonos:

“Saíram dos matos com gestos e gritos tão medonhos que causariam espanto ao insensível, quanto mais aos humanos, destinados para serem a presa d'aqueles tigres.”[17]

Teve início, então, a terrível carnificina, descrita com impressionante realismo e fortes tintas pelos cronistas portugueses. Nas descrições nota-se claramente o contraste entre a crueldade e a violência dos algozes, e a paciência, a resignação e o perdão das vítimas:

“Começaram... a dar tão atrozes tormentos aos homens, e tão desumanos, que já muitos dos que o padeciam, tomavam por mercê a morte; mas usaram os holandeses da última crueldade, dilatando a pena, e depois de cansados de darem tão aspérrimos tormentos aos homens, os entregaram aos Tapuias e Potiguares, que ainda vivos os foram fazendo em pedaços, e nos corpos fizeram tais anatomias que são incríveis; arrancando a uns os olhos e tirando a outros as línguas e cortando as partes vergonhosas e metendo-lhas nas bocas.”[18]

A Relação de Lopo Curado Garro acrescenta outros detalhes sangrentos:

“Logo chamaram aos brasileiros para os matar, o que se executou logo, fazendo nos corpos destes mártires tais anatomias, que são incríveis; e não contentes com elas, os ditos flamengos os ajudaram a matar, assim arrancando os olhos a uns, e tirando as línguas a outros, e cortando as partes vergonhosas, e metendo-lhas nas bocas.”[19]

Ainda não saciados com tamanha crueldade, entregaram aqueles corpos exangues aos índios para o rito final:

“Retiraram-se os holandeses, e entraram de refresco os Alarves, e não achando naqueles corpos parte que de novo pudessem atormentar, os foram cortando e dividindo, por todas as juntas, até que neste martírio deram as almas a seu Criador, envoltas nas confissões da fé e nas galas da esperança. Horríveis à sua vista deixou a crueldade aqueles corpos, tanto que nem ainda tinham formas de troncos: a muitos abriram, para Lhes tirarem as entranhas, depois de lhes cortarem as cabeças, as pernas e os braços, porque o não parecessem; às cabeças tiraram as partes que lhes dão a forma, como olhos, línguas, narizes e orelhas; aos braços, as mãos; às mãos, os dedos; e porque tivesse a crueldade de todos parte no todo, não ficou gentio que não cortasse a sua parte.”[20]

A este espetáculo bárbaro contrapõe-se a atitude serena e profundamente cristã dos moradores na hora suprema:

“No dia e na forma relatada, se embarcaram todos os moradores que alojava a Fortaleza. Navegaram até o porto de Hiomavaçu, onde os deitaram em terra, rodeados da Companhia holandesa, cujo capitão os mandou despir a todos, e que se pusessem de joelhos. Parece que com este mandato queria a tirania tirar à paciência o ser da virtude, e fez com que a obediência a duplicasse. Sem repugnância obedeceram todos, postos os olhos no céu, ao qual se ofereciam em sacrifício, certos de ser chegada sua última hora.”[21]
“Pedindo todos a Deus que tivesse deles misericórdia, e Lhes perdoasse suas culpas e pecados, protestando que morriam firmes na santa fé católica crendo o que cria a santa madre Igreja de Roma.”[22]

Um elemento de fundamental importância para a caracterização deste massacre como verdadeiro martírio é a presença de um predicante da Igreja Reformada, chamado na ocasião para tentar demover os piedosos moradores de suas convicções religiosas, exortando-os a abjurar a sua fé. Os servos de Deus se mantiveram firmes:

“Os soldados de Cristo, com novo espírito, venceram a nova batalha, e com palavras e ações abominaram a cegueira herética e os condenados erros de suas seitas, confessando a gritos que morriam na pureza da fé católica, que crê e ensina a santa Igreja de Roma: e que de todo o coração detestavam todos os artículos que se desviavam de seus sagrados decretos, pela observância e confissão das quais estavam prestes a dar, uma e mil vidas, se as tiveram.” [23]

Após o massacre, os corpos dos servos de Deus completamente mutilados ficaram espalhados por todo o campo, às margens do Uruaçu.

4. O segundo grupo de moradores é sacrificado

Enquanto o **Pe. Ambrósio Francisco Ferro** era sacrificado na companhia dos reféns e prisioneiros trazidos da Fortaleza dos Reis Magos, os outros moradores em número bem maior, aproximadamente **65 homens com suas mulheres e filhos**, permaneciam trancafiados na cerca de Potengi, sob custódia de soldados holandeses. Quando tiveram de se render ao bando fortemente armado de **Jacó Rabe** após uma heróica resistência, como foi narrado anteriormente, os moradores já não nutriam ilusões sobre a sua libertação e com espírito de resignação cristã, aguardavam o momento do martírio, que sentiam iminente.

O clima que reinava, então, na cerca era de intensa religiosidade. Segundo as narrações dos cronistas, faziam-se aí orações, procissões com o Santo Crucifixo, jejuns e penitências extraordinárias com ásperos e bem apertados cilícios, cordas e outros instrumentos de penitência. No momento em que seus corpos foram despojados de suas vestes para serem entregues aos algozes e também ao serem preparados para a sepultura, visíveis eram os sinais desta austera penitência sobre os seus corpos[24]. Lopo Curado Garro descreve a cena com estas palavras:

“Houve também entre estes mártires grandes penitências, sem saberem uns dos outros, e ao dia que padeceram, jejuavam todos a pão, e água, assim os da fortaleza, como os da cerca, não sabendo uns dos outros, ao dia por a manhã pediram licença as mulheres para irem a enterrar os corpos mortos, e não lho consentiram; o que os escravos fizeram às escondidas, e não se achou um palmo de pano para os amortalharem a nenhum, por deixarem as ditas mulheres em estado que ficaram despidas de todo, achou-se que todos estes corpos estavam com cilícios, e os que os não tinham com cordas cingidas, e algumas tão metidas por a carne que mal apareciam. E sabe-se que durante o tempo em que estavam cercados houve extraordinárias penitências, e até os meninos as faziam, sendo todos nus, e com cordas cingidas, e todos os

dias se faziam procissões com um Santo Crucifixo, esperanças claras destas almas estarem gozando da bem-aventurança.”[25]

Concluído o massacre do primeiro grupo, os chefes holandeses enviaram seus soldados à cerca, distante meia légua do porto de Uruaçu, para trazer os outros moradores. Estes, já sabendo que iriam ser levados para o suplício, não acreditaram nas promessas de salvo-conduto e liberdade que os emissários lhes traziam e, entre lágrimas, se despediam de suas mulheres e filhos. Na verdade, só os homens deveriam ser levados para o lugar do martírio, mas sabemos pelas próprias crônicas que algumas mulheres, com os seus filhos, acompanharam os chefes de família e foram também sacrificadas.

Santiago descreve a emocionante despedida e a chegada ao local do martírio com essas palavras:

“Despediram-se os miseráveis de suas mulheres e filhos com muitas lágrimas, pedindo-lhes com muita eficácia que, pois iam morrer por seu Deus e inocentes, que lhes encomendassem as almas a seu Criador, e a quem pelo caminho foram pedindo perdão de seus pecados, dando-lhes muitas graças e, mui conformes por morrerem daquela sorte, e, antes de serem chegados ao sítio, teatro de crueldade e tirania jamais vista, foram cercados dos índios, e em chegando viam os cadáveres de seus companheiros e vizinhos que ainda palpitavam com as feridas, com cuja vista não desmaiaram, antes deram a Deus muitas graças consolando-se uns aos outros, e protestando que morriam firmes na fé católica romana.”

No local da execução, ainda marcado pelo sangue dos companheiros recentemente sacrificados, estando os seus corpos e membros espalhados por toda a parte, repetiram-se as cenas de tortura e de extrema barbárie com *“as mais estranhas e horrendas crueldades e tiranias que jamais se usaram”*. Cabeças cortadas, pernas e braços dilacerados; a muitos arrancaram os olhos e a língua; a alguns abriram o tronco, tirando-lhes o coração e as entranhas, cenas horríveis que até os cronistas sentem pejo ao narrá-las: *“Os opróbrios que nestas mortes houve não são críveis, nem para contar-se sem faltar às leis da pudicícia, vergonha e modéstia.”*[26]

5. Particularidades de algumas execuções

Os cronistas não apresentam somente uma descrição genérica dos suplícios infligidos ao grupo de moradores, mas se detêm particularmente em alguns nomes, cujo martírio chamava a atenção pelo seu significado. **Padre Ambrósio Ferro** foi mais barbaramente atingido por causa de sua condição de sacerdote. Um dos cronistas diz:

“Ao Padre Vigário Ambrósio Francisco Ferro fizeram tais anatomias e coisas, estando ainda vivo, que tenho pejo de escrevê-las, e bem se pode coligir que fariam hereges a um sacerdote tão honrado e virtuoso, em ódio e opróbrio da religião católica romana.”[27] [28]

Mateus Moreira é citado pelos três cronistas, embora com uma divergência de nome, Mateus ou Matias[29]. A descrição de sua morte é o ponto mais expressivo de toda a narrativa de Uruaçu e constitui um dos mais belos testemunhos de fé na Eucaristia, confessada na hora do martírio[30]. Os algozes arrancaram-lhe o coração pelas costas, e ele morreu exclamando: *“Louvado seja o Santíssimo Sacramento.”*[31] Frei Rafael de Jesus sublinha o significado profundamente religioso da profissão de fé, de Mateus, com este comentário:

“E seria permissão divina para que a um mesmo tempo visse o herege, para sua confusão, este divino mistério (o maior de nossa fé) no coração que tirava e na boca por onde saía.”

Antônio Baracho foi amarrado a uma árvore e os holandeses, estando ainda ele vivo, arrancaram-lhe a língua *“pondo-lhe na boca em lugar dela as partes pudendas que lhe cortavam”*[32]. E não ficou só nisto: depois de açoitado, queimaram-no com ferro em brasa e, finalmente, tiraram pelas costas o coração, *“desejosos sem dúvida de verem o tamanho de um coração em que coube o sofrimento de tantos martírios”*[33].

Estêvão Machado de Miranda foi executado diante de uma filha de sete anos que suplicava, abraçada ao pai com grandes lamentações, que fosse poupada a vida de seu genitor. Depois do pai morto, cobriu-lhe o rosto com a saia, chorando e pedindo aos algozes que também a matassem[34]. Duas filhas de **Estêvão Machado** foram mortas junto com o pai. A uma terceira *“que era uma galharda donzela”* venderam-na aos índios por um cão de caça.

Uma filha de **Antônio Vilela, o Moço**, ainda criança pequena, teve morte desapiedada, *“dando-lhe com a cabeça em um pau, a fizeram em dois pedaços”*[35].

Uma filha de **Francisco Dias, o Moço**, foi morta e aberta em duas partes com um alfanje. [36]

Manuel Rodrigues Moura: seu martírio é citado por Lopo Curado Garro e Santiago[37].

A esposa de **Manuel Rodrigues Moura**: depois do marido morto, cortaram-lhe as mãos e os pés; a mulher conseguiu sobreviver ainda três dias e *“acabou dando alma ao Criador”*[38].

João Martins e sete jovens, seus companheiros, foram os últimos a serem trucidados. Os próprios índios, lamentando executar oito jovens tão cheios de vida, mostraram sentimentos de compaixão e intercederam por eles junto aos holandeses. Estes não se comoveram e, na presença de **João Martins**, mataram a todos os seus companheiros, tentando desta maneira, demovê-lo de sua atitude. Ele respondeu com alegre rosto:

“Não me desampara Deus desta maneira, essas tomei sempre contra o tirano, e não contra minha Fé, Pátria e Rei. E suplicou que o matassem logo porque estava invejando as mortes de seus companheiros, e a

glória que tinham recebido, e quando não o quisessem matar, ele mesmo os persuadiria a que o fizessem.”[39]

Tais palavras provocaram ainda mais a ira dos fanáticos “que lhe fizeram em miúdas partes o corpo”

[1] LUCIDENO, p. 151; SANTIAGO, p. 345.

[2] SANTIAGO, p. 339; CASTRIOTO, p. 407.

[3] SANTIAGO, p. 339: cf. LUCIDENO, pp. 149-150; CASTRIOTO, p. 406.

[4] As fontes holandesas serão analisadas no cap. IV.

[5] O texto foi antecipadamente reproduzido, sem minha autorização, no livro *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*, de O. MEDEIROS FILHO, Natal 1998, pp.117-118.

[6] OLAVO DE MEDEIROS FILHO, “A enseada de Tabatinga e o porto de pescaria de João Lostau Navarro”, in *O Poti*, 19/10/86 e 26/10/86, Natal.

[7] LUCIDENO, p. 150; SANTIAGO, p. 339.

[8] HÉLIO GALVÃO, *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, Rio de Janeiro, 1979, p. 88.

[9] SANTIAGO, p. 339.

[10] LUCIDENO, p. 150.

[11] SANTIAGO, p. 344.

[12] LUCIDENO, p. 151; SANTIAGO, p. 344-345.

[13] *Diário de Viagem à Paraíba e ao Rio Grande*, BPB, maço 60.

[14] SANTIAGO, p. 345; CASTRIOTO, p. 411.

[15] LUCIDENO, p. 151.

[16] A grafia do nome Uruaçu aparece com as seguintes variantes: Uruuassu (Lucideno), Hioruvassu (Santiago), Hiomavaçu (Castrioto), Uruguagaçu (Mapa de Macgrave).

[17] CASTRIOTO, p. 414.

[18] SANTIAGO, p. 346.

[19] LUCIDENO, p. 151.

[20] CASTRIOTO, p. 413.

[21] CASTRIOTO, p. 412.

[22] SANTIAGO, p. 346.

[23] CASTRIOTO, p. 413.

[24] Cf. SANTIAGO, p. 353; CASTRIOTO, p. 414.

[25] LUCIDENO, p. 154.

[26] *Loc. cit.*, p. 347.

[27] *Loc. cit.*, p. 347.

[28] CASTRIOTO, p. 416.

[29] Segundo Lopo Curado Garro e Frei Rafael de Jesus, o nome é **Mateus Moreira**. Somente Diogo Lopes Santiago o chama de Matias Moreira. Cf. LUCIDENO, p. 152; CASTRIOTO, p. 415 e SANTIAGO, p. 347.

[30] João Paulo II evocou o belo testemunho de fé na Eucaristia de **Mateus Moreira**, comparando-o com o dos mártires da Igreja. Homilia de encerramento do XII Congresso Eucarístico Nacional - Natal, 13 de outubro de 1991.

[31] LUCIDENO, pp. 152-153; SANTIAGO, p. 347; CASTRIOTO, p. 415.

[32] SANTIAGO, p. 347.

[33] *Loc. cit.*, p. 347.

[34] LUCIDENO, p. 153.

[35] SANTIAGO, p. 347.

[36] *Loc. cit.*

[37] LUCIDENO, p. 153; SANTIAGO, p. 348.

[38] SANTIAGO, p. 348.

[39] LUCIDENO, p. 153.

Fonte: Protomártires do Brasil Jacob Rabbi havia ido para Potengi, situado a cerca de cinco milhas do Castelo ... Deixando Cunhaú após a horrível matança, Jacó Rabe e seus ferozes aliados ... www.permanencia.org.br/revista/historia/proto.htm - 76k
- Em cache - Páginas Semelhantes

Jacob Rabbi

Por Paulo Heroncio

Do arraial de Santo André, mandara Camarão a Pernambuco o capitão João de Magalhães, levando duzentas cabeças de gado que o chefe indígena trouxera do Rio Grande. De volta, o capitão traria armas e munições.

A certeza de que o inimigo concentrava tropas no forte Ceulen fez com que Vidal de Negreiros partisse para o norte, comandando seis companhias.

Na Paraíba, o bravo chefe se encontrou com D. Antônio, reunindo-se ambos para investir contra os batavos, armando ciladas com que envolviam os invasores, que procuravam abrigar-se nas fortalezas.

Depois dos sucessos de algumas refregas, Vidal julgou de seu dever voltar ao novo arraial do Bom Jesus, pois que as notícias do Rio Grande informavam não ser tão grande o número dos soldados que guarneciam o forte Ceulen e a cidade. A Camarão deixou o encargo de dar nova batida na Capitania.

O Antônio marchou com seus soldados para o Rio Grande, levando de passagem, tudo de vencida, ateando fogo às casas, degolando os que supunha cúmplices dos holandeses, arrebanhando o gado que encontrava.

Aos prejuízos dos flamengos com a marcha vitoriosa das hostes nacionais, juntaram-se outros não menos importantes.

A morte de Jacob Rabbi causou aos holandeses um prejuízo incalculável, não somente porque perdiam eles um ótimo elemento de prestígio para os selvagens, como também porque os índios estavam revoltados contra o assassinio do seu amigo e pediam a punição dos culpados.

Não esperava Gartsman que a morte do judeu provocasse tanta celeuma entre os bugres.

Havia anos, Jacob Rabbi aportara ao Brasil.

Espírito aventureiro, soubera conquistar a amizade dos naturais, metendo-se com eles nas tabas, vivendo a mesma vida selvagem que eles levavam, desposando uma índia, tornando-se de instintos tão ferozes quanto os bárbaros.

Depois da invasão holandesa, ele se aproximou dos flamengos quando estes já se haviam apossado da Capitania do Rio Grande. E com eles fizera estreita amizade, visando tirar partido da invasão, como locupletar-se de benefícios que lhe poderiam advir com o saque das propriedades dos portugueses.

À frente dos ferozes tapuias, espalhou muitas vezes o horror pela Capitania. Celebrizara-se pelos morticínios de Cunhaú e Uruaçu.

Quando ele cercou e destruiu o engenho Cunhaú, aquela propriedade pertencia ao comandante do forte Ceulen o governador do Distrito.

Gartsman julgara ousadia de Jacob Rabbi atentar contra a sua propriedade. Sentindo-se humilhado, deliberou vingar-se do malfeitor. Confabulando com o alferes Jacques Boukan, conseguiu que aquele destacasse dois oficiais para dar cabo do judeu.

Numa tarde, reuniram-se em casa de Johan Miller, que morava fora da cidade, alguns elementos representativos do governo holandês. Gartsman e Jacob Rabbi estavam presentes. Depois da ceia, o governador do Distrito se despediu de Miller, alegando afazeres e, montando a cavalo, saiu a galope.

Mais tarde, o judeu se retirava também. Quando se havia afastado algumas braças da casa, ouviu um disparo e sentiu que uma bala lhe varara o coração, E caiu sem vida.

A morte do grande amigo dos selvagens causara profundo desgosto às tribos aliadas dos flamengos. Os tapuias exigiram a punição dos culpados.

O Supremo Conselho mandou abrir inquérito e, apurando a responsabilidade de Gartsman, prendeu o governador e o mandou para a Holanda.

Janduí achou, porém, que aquele castigo não era suficiente e só se reconciliou com os flamengos depois que recebeu, de presente, duzentos florins, mil varas de fazenda, cem galões de vinho e 40 de azeite, duas pipas de aguardente e uma barrica de carne salgada.

Assim findara aquele judeu terrível, que tanto mal fizera ao Rio Grande.

O azorrague da Virgem vergastara o impenitente assassino de tantas vítimas.

Fonte: "Os Holandeses no Rio Grande", de Paulo Heroncio. Editora Clima / Fundação José Augusto, 198

O pioneirismo mossoroense e os endiabrados que reinaram no Rio Grande do Norte

por Williams Vicente

Mossoró diz que foi a primeira cidade do Rio Grande do Norte a fazer campanhas para liberação dos seus escravos. Conta-se oficialmente por aqui que o movimento preconizado desde 1848 por Casimiro José de Moraes Sarmiento, deputado geral pelo Rio Grande do Norte, atravessou décadas de percepção de que a sociedade não combinava com a escravatura. A cidade não tinha engenhos, cuidava do gado e para isso não precisava de muitos braços. Mas as mazelas trazidas pela seca, que atingia ricos e pobres, eram amenizadas com o comércio dos escravos. Nas décadas seguintes o ideal abolicionista tomou conta da cidade até a chegada do 30 de setembro de 1883, dia que foi oficializada a libertação. O dia 30 de setembro passou a ser a grande data cívica da cidade. A Lei nº 30, de 13 de setembro de 1913, declara feriado o dia 30 de setembro.

Outro feriado foi instituído ano passado, desta vez em nível estadual, e a história, neste caso, passa por motivos (anteriores à abolição dos escravos, numa época em que índios tinham a liberdade tolhida pela colonização) não apenas políticos e comerciais, mas também religiosos.

O dia 3 de outubro passou a ser feriado estadual para culto público e oficial dos protomártires de Uruaçu e Cunhaú, de acordo com a lei nº 8.913, de 6 de dezembro de 2006, sancionada pela governadora Wilma Maria de Faria, que declarou a data como Dia Estadual à Memória dos Protomártires de Uruaçu e Cunhaú.

Os mártires hoje são cultuados como santos e como o país é dominado pelo catolicismo a data é celebrada para além do flagelo físico que foi o massacre dos fiéis em Cunhaú e Uruaçu. O simbolismo parece se restringir tanto ao culto religioso que em Mossoró o comércio não vai parar nesta quarta-feira.

Sem desmerecer a importância da fé e das religiões, nem julgar o domínio de uma ou de outra, fato é que no século XVII quase 2/3 do comércio da cana-de-açúcar estavam nas mãos dos holandeses, mas com a União Ibérica (fusão das coroas portuguesa e espanhola) e o domínio espanhol, inclusive nas colônias lusas, as hostilidades entre Espanha e Holanda se acentuaram e os comerciantes holandeses sentiram que seu domínio comercial estava ameaçado. Como resposta, tentaram conquistar as regiões produtoras de açúcar, no caso o Nordeste brasileiro.

Os holandeses tentaram invadir a Bahia, frustraram-se e depois conquistaram Pernambuco. Para manter o reinado na capitania vizinha, aventuraram-se pelo Rio Grande, aonde vieram explorar nossas terras para abastecer o império em pátria pernambucana. Aqui, liderados pelo alemão Jacó Rabbi, os holandeses encontraram os índios Janduí, os aliados perfeitos para o domínio, pelo menos religioso, do Rio Grande.

Reprimidos e explorados pelos portugueses, os índios viram na Holanda a oportunidade de se rebelar contra as regras e a catequese de Portugal. A Holanda protestante atíçou a fúria dos tapuias. Em 16 de julho de 1645, o Pe. André de Soveral e outros 70 fiéis foram cruelmente mortos por 200 soldados holandeses e índios potiguares. Os fiéis estavam participando da missa dominical, na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho Cunhaú - no município de Canguaretama (RN). A intolerância calvinista dos invasores não admitia a prática da religião católica.

Três meses depois aconteceu o martírio de mais 80 pessoas, em Uruaçu, hoje comunidade do município de São Gonçalo do Amarante. Entre elas estava o camponês Mateus Moreira, que teve o coração arrancado pelas costas, enquanto repetia a frase: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento". A morte de Mateus Moreira é o ponto mais expressivo de toda a narrativa de Uruaçu e constitui um dos mais belos testemunhos de fé na Eucaristia, confessada na hora do martírio.

No dia 5 de março de 2000 acontecia a beatificação dos mártires pelo papa João Paulo II. Os mártires de Cunhaú e Uruaçu, chamados de protomártires, foram os primeiros no Brasil a derramarem o próprio sangue pela fé.

Fonte: Café Cultural

<http://cafe-cultural.blogspot.com/2007/09/o-pioneirismo-mossoroense-e-os.html>

Incorporada ao patrimônio cultural da Fundação José Augusto

A FORTALEZA - Em 6 de janeiro de 1598, foi dado início ao projeto do Padre Gaspar de Sampares, jesuíta com sólidos conhecimentos de engenharia, que compunha a expedição comandada por Mascarenhas Homem, vinda de Portugal com a finalidade de expulsar os franceses, construir um forte e fundar a cidade. Seis meses depois, João Rodrigues Colaço assumiu o cargo de Capitão-Mor da Fortaleza, erguida inicialmente de taipa. Reconstruída seguidamente manteve sempre as características da planta original.

Dos melhoramentos posteriores, o mais notável foi realizado em 1614, por Francisco Frias de Mesquita, refazendo as paredes em pedra e dando cabo às partes internas, ficando totalmente pronto em 1628. A Fortaleza foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 15 de janeiro de 1949 e, em 1965, incorporada ao patrimônio cultural da Fundação José Augusto, por decreto governamental.

Fonte: Assecom/RN = www.fja.rn.gov.br/pg_noticias.asp

Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500—1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**, 5ª edição (revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues). Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- ALBERTIN DE VRIES, Petronella. **Arte e ciência no Brasil holandês. Theatri Rerum Naturalium Brasiliae: um estudo dos desenhos**. Revista Brasileira de Zoologia. São Paulo, Sociedade Brasileira de Zoologia, 1985, p. 250322. Algumas dessas pranchas, pintadas a óleo, bem como desenhos a lápis e creiom, foram publicadas por WHITEHEAD, P. J. P., BOESEMAN, M. Um retrato do Brasil holandês no século XVII, tradução Edmard Jorge. Rio de Janeiro: Kosmos, 1989, p. 236247.
- ARQUIVO SOBRE A NECESSIDADE DE SEGUIREM com cem casais de índios com um missionário, para assistir no Assu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 11-13, p. 130-131, 1913-1915.
- ASSENTO DE BATISMO. Vitoriano. **Registro manuscrito de 1795**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (caixa antiga).
- ASSENTO DE ÓBITO. Valéria. **Registro manuscrito de 1758**. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (caixa antiga).
- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura brasileira — introdução ao estudo da cultura no Brasil**, 4ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- BANCK, Geert Arent. **Memória e imaginário: pensando a cidadania atual no espelho do Brasil Holandês**, in República das etnias. Rio de Janeiro: Museu da República, 2000. p. 51
- BANCK, Geert Arent. Op. cit. p. 51
- BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Tradução de Cláudio Brandão;
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil** (Prefácio de Antônio Cândido), 4ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- CALADO, Manuel, frei. **O valeroso Lucideno**. Lisboa: [s.n.] 1648. 4. ed. Recife: FUNDARPE, 1985. (Coleção Pernambuco, 2ª fase; v. 13).
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Ed. Achiamé, 1983.
- _____. **Os Holandeses no Rio Grande do Norte (1949)**. Mossoró: ESAM, 1992 (Coleção Mossoroense, Série C, v. 792).
- CAPITANIA DO RIO GRANDE. OFÍCIO DIRIGIDO À METRÓPELE PELO SENADO DA CAMARA DE NATAL em 5 de outubro de 1799. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 7, n. 1/2, p. 153-159, 1909.
- CARVALHO, Alfredo de. **Aventuras e aventureiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1929.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé. Natal: Fundação José Augusto, 1984 (Capítulo III: p. 57-91).
- CASTRO, Nei Leandro (coord.). **Terra Potiguar: uma viagem pela beleza e pela cultura do Rio Grande do Norte**. Barcelona: Bustamante Editores. Natal: CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. O Rio Grande do Norte na cartografia do século XVII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 48 e 49, p. 27-68, 1952.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.
- FREIRE, Carlos Norberto (coord.). **A História do Rio Grande do Norte**. Natal: Tribuna do Norte, 1998 (Fascículo 3)
- _____. **Sobrados e mocambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. Gilberto de Melo. **Casa-grande & senzala**, 12ª edição. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- GALVÃO, Hélio. **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande**, 2ª edição. Natal: Fundação Hélio Galvão/Scriptorium Candinha Bezerra, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**, 2. ed. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LOPES, Fátima Martins. (Org.). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande (1623-1823)**. Natal: EDUFERN, 2000.
- MARIZ, Marlene da Silva. **O Rio Grande do Norte e o Descobrimento do Brasil**. In: _____. COSERN/ IBERDROLA / Secretaria Estadual de Turismo/Banco do Brasil/Universidade Potiguar, 1998. p. 40-65.
- MATHIAS, Herculano Gomes (coord.). **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1997/1998 (Fascículo 7: A União Ibérica/As Invasões Holandesas).
- MEDEIROS Filho, Olavo de. **Aspectos da história da Cidade do Natal** (organizado por João Gothardo Dantas Emerenciano). Natal: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo - Depto. de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.
- _____. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1984.
- _____. O mais valioso acervo de manuscritos históricos do Estado. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. (Org.). **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — história e acervo**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.
- MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

- MELLO, Dom Thomaz José de; CAMPOS, José Theotônio de; LE ROY, Pedro Antonio; PINHO, Manoel Gomes.. **Correspondência do Governador de Pernambuco e Junta**. 1º de junho de 1790, Recife [para] Caetano da Silva Sanches, Capitão-Mor do Rio Grande. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (Correspondências manuscritas de 1700 a 1799).
- NAVARRO, Jurandyr. Prefácio. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. (Org.). **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte** - história e acervo. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.
- NOTAS AVULSAS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 4, n. 1, p. 88, jan. 1906.
- NOTAS AVULSAS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v.8, n. 1-2, p. 152, 1910.
- OLIVEIRA, E. F. de; Macedo H. A. M. de; Araújo, M. B. de e Dantas, M. H. **Os holandeses e os tapuias**. História do RN n@ WEB [On-line]. Available from World Wide Web: <URL: www.seol.com.br/rnaweb/>
- PISO, Willem, MARCGRAVE, **George**. **Historia naturalis Brasiliae**. Amsterdam, [s.n.], 1648.
- PUNTONI, Pedro, **O País dos Tapuias**. In:_____. *A Guerra dos Bárbaros – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: 1998. 254 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. p. 34-72.
- RIBEIRO, Berta G. VELTHEN, Lucia H. von. Coleções Etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In:_____. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 103-112.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SOUZA, Itamar de. **O Domínio Holandês no RN**. *Diário do Rio Grande do Norte*. Natal: Diário de Natal/Diário de Natal Educação/Projeto Ler, 01/jun1992 (Fascículo 2).
- SUASSUNA, Luiz Eduardo B. MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte Colonial (1597/1822)**. Natal: Natal Editora, 1997.
- TAVARES DE LIRA, Augusto. **História do Rio Grande do Norte**, 2ª edição. Brasília: Fundação Jose Augusto/Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.
- TEENSMA, B. N. **O Diário de Rodolfo Baro (1647) como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte**. [s. l.]: ca.1998 (mimeo).
- VIEIRA, padre Antônio. Sermões v. VII. Lisboa, 1689. p. 356.
-